

21/10/2019

Grande Imprensa

FOLHA DE S. PAULO - SP

[Vão-se os anéis](#)

[MEC vai liberar R\\$ 100 mi por ano a universidades federais sem hospitais](#)

O ESTADO DE S. PAULO - SP

[Bandeira branca...](#)

O GLOBO - RJ

[Governo precisa resolver as 14 mil obras paradas](#)

[A difícil passagem do verbo à ação](#)

Imprensa Estadual

DIÁRIO POPULAR - RS

[Pelotas sediará congresso internacional de Arqueologia](#)

ALÔ BRASÍLIA

[MEC instala lava jato da educação, diz Bolsonaro](#)

O DIA - PI

[STF libera recurso de R\\$ 1,5 bilhão do Fundef ao Piauí](#)

Agências de notícias e sites

ALAGOINHAS NOTÍCIAS

[MEC remaneja recursos próprios para recompor orçamento das federais](#)

AGÊNCIA FOLHA

[MEC vai liberar R\\$ 100 mi por ano a universidades federais sem hospitais](#)

G1

[Mais de 800 mil alunos de SP devem fazer as provas do Saeb em 2019](#)

[Univasf tem inscrições abertas para seleção de mestrado em Psicologia](#)

Grande Imprensa

FOLHA DE S. PAULO - SP

[Apesar de lei, combate ao bullying segue como desafio para escolas de todo o país](#)

[Primeiro Enem sob Bolsonaro não deve reverter orientação do exame](#)

[Quem fizer redação de esquerda no Enem não deve ser prejudicado, diz presidente do Inep](#)

[Em projeto-piloto, Enem 2020 será digital para 50 mil inscritos](#)

[Dez anos após vazamento do Enem, nenhum envolvido em roubo foi preso](#)

[Novas tecnologias de estudo para o Enem incluem ajuda de robô por celular](#)

[Tire suas dúvidas sobre datas e horários do Enem 2019](#)

[Voluntários releem textos de mais de 2.000 alunos de escolas públicas](#)

[Amazônia, migração e vacina são temas da vez no Enem](#)

[Campus doado por Raduan Nassar ilustra ataques a universidades](#)

Grande Imprensa

FOLHA DE S. PAULO - SP

[MEC libera R\\$ 1,1 bilhão para universidades e institutos](#)

CORREIO BRAZILIENSE - DF

[Liberado R\\$ 1 bi para universidades](#)

FOLHA DE S. PAULO - SP

[Gestão Covas identifica irregularidades em cerca de 120 creches e desvios de R\\$ 10 mi](#)

O ESTADO DE S. PAULO - SP

[Destino certo](#)

[MEC: bloqueio de verbas de universidades acabou](#)

[Prefeitura de SP vê problemas em 116 creches](#)

[Inscrições para Fuvest chegam a 129 mil](#)

O GLOBO - RJ

[MEC libera verba de custeio das universidades](#)

Revistas

ÉPOCA - RJ

[O MINISTRO DO CONFRONTO](#)

Imprensa Estadual

O LIBERAL - PA

[RESULTADOS INVESTIMENTO](#)

A TARDE - BA

[Democracia e avanços na Educação de Salvador](#)

CORREIO DA BAHIA - BA

[Mesmo com liberação de verba, universidades baianas vão manter medidas de contingenciamento](#)

CORREIO POPULAR – SP

[MEC : bloqueio de verbas de universidades acabou](#)

DIÁRIO DE PERNAMBUCO - PE

[MEC anuncia liberação de todo o orçamento bloqueado](#)

FOLHA DE PERNAMBUCO - PE

[MEC destrava verba para universidades](#)

J. DO COMMERCIO - PE

[MEC libera verba para universidades](#)

O POPULAR - GO

[Ministério da Educação em cerra bloqueio de verbas](#)

Agências de notícias e sites

AGÊNCIA BRASIL

[MEC remaneja recursos próprios para recompor orçamento das federais](#)

CIRCUITO MATO GROSSO

[MEC remaneja recursos próprios para recompor orçamento das federais](#)

CONGRESSO EM FOCO

[MEC libera orçamento bloqueado de universidades e institutos federais](#)

DIÁRIO DA AMAZÔNIA - RO

[E-books apoiados pela Fapero têm acesso internacional](#)

G1

[Universidades do RS vão usar os R\\$ 100 milhões liberados pelo MEC para quitar dívidas e cumprir o ano letivo](#)

JORNAL DO CAMPUS

[O pior sentido de “efeito retardado” do corte de bolsas](#)

METRÓPOLES

[Weintraub e Pontes brigam por R\\$ 4,5 bilhões do CNPq e da Capes](#)

NEXO

[Apoio à ciência: o que está em jogo no projeto de unir agências](#)

O DEBATE - MA

[Câmara aprova mais R\\$ 600 milhões para a Capes em 2020](#)

PORTAL ISTOÉ

[MEC remaneja recursos próprios para recompor orçamento das federais](#)

SURGIU

[Proteção da Amazônia e direitos humanos à água e ao saneamento básico são destaques nos debates de Congresso Internacional em Coimbra](#)

TUDO RONDÔNIA

[MEC remaneja recursos próprios para recompor orçamento das federais](#)

CLIPPING



UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

[MEC remaneja recursos próprios para recompor orçamento das federais](#)

AGÊNCIA GLOBO

[Ministro da Educação imita meme da internet após anúncio de desbloqueio de verba para universidades](#)

[Foi fruto da pressão da sociedade, diz presidente da UNE após liberação de recursos para as federais](#)

G1

[MEC libera verbas para instituições federais da Zona da Mata e Vertentes](#)

[UFU, UFTM e IFTM recebem restante das verbas contingenciadas pelo MEC](#)

[Governo libera toda a verba que ainda estava bloqueada no orçamento de universidades federais](#)

[Com desbloqueio do MEC, instituições de SC planejam suspensão de restrições e retomada de atividades](#)

METRÓPOLES

[A duas semanas da prova, veja como se preparar para o Enem 2019](#)

O DOCUMENTO - MT

[Enem é aceito em 42 instituições de ensino portuguesas](#)

PORTAL EXAME

[O ministro colocou óculos de plástico em referência a um meme famoso nas redes — o do "turn down for what" — usado quando alguém "lacr" em uma discussão](#)

PORTAL ISTOÉ

[MEC : bloqueio de verbas de universidades acabou](#)

TERRA

[MEC libera todo orçamento bloqueado de universidades federais](#)

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

[MEC libera todo orçamento bloqueado de universidades federais](#)

[MEC : bloqueio de verbas de universidades acabou](#)

Imprensa Estadual

O LIBERAL - PA

RESULTADOS INVESTIMENTO

A TARDE - BA

[Democracia e avanços na Educação de Salvador](#)

CORREIO DA BAHIA - BA

[Mesmo com liberação de verba, universidades baianas vão manter medidas de contingenciamento](#)

CORREIO POPULAR – SP

[MEC : bloqueio de verbas de universidades acabou](#)

DIÁRIO DE PERNAMBUCO - PE

[MEC anuncia liberação de todo o orçamento bloqueado](#)

FOLHA DE PERNAMBUCO - PE

[MEC destrava verba para universidades](#)

J. DO COMMERCIO - PE

[MEC libera verba para universidades](#)

O POPULAR - GO

[Ministério da Educação enerra bloqueio de verbas](#)

Agências de notícias e sites

AGÊNCIA BRASIL

[MEC remaneja recursos próprios para recompor orçamento das federais](#)

CIRCUITO MATO GROSSO

CLIPPING



[MEC remaneja recursos próprios para recompor orçamento das federais](#)

CONGRESSO EM FOCO

[MEC libera orçamento bloqueado de universidades e institutos federais](#)

DIÁRIO DA AMAZÔNIA - RO

[E-books apoiados pela Fapero têm acesso internacional](#)

G1

[Universidades do RS vão usar os R\\$ 100 milhões liberados pelo MEC para quitar dívidas e cumprir o ano letivo](#)

JORNAL DO CAMPUS

[O pior sentido de “efeito retardado” do corte de bolsas](#)

METRÓPOLES

[Weintraub e Pontes brigam por R\\$ 4,5 bilhões do CNPq e da Capes](#)

NEXO

[Apoio à ciência: o que está em jogo no projeto de unir agências](#)

O DEBATE - MA

[Câmara aprova mais R\\$ 600 milhões para a Capes em 2020](#)

PORTAL ISTOÉ

[MEC remaneja recursos próprios para recompor orçamento das federais](#)

SURGIU

[Proteção da Amazônia e direitos humanos à água e ao saneamento básico são destaques nos debates de Congresso Internacional em Coimbra](#)

TUDO RONDÔNIA

[MEC remaneja recursos próprios para recompor orçamento das federais](#)

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

[MEC remaneja recursos próprios para recompor orçamento das federais](#)

AGÊNCIA GLOBO

[Ministro da Educação imita meme da internet após anúncio de desbloqueio de verba para universidades](#)

[Foi fruto da pressão da sociedade, diz presidente da UNE após liberação de recursos para as federais](#)

G1

[MEC libera verbas para instituições federais da Zona da Mata e Vertentes](#)

[UFU, UFTM e IFTM recebem restante das verbas contingenciadas pelo MEC](#)

[Governo libera toda a verba que ainda estava bloqueada no orçamento de universidades federais](#)

[Com desbloqueio do MEC, instituições de SC planejam suspensão de restrições e retomada de atividades](#)

METRÓPOLES

[A duas semanas da prova, veja como se preparar para o Enem 2019](#)

O DOCUMENTO - MT

[Enem é aceito em 42 instituições de ensino portuguesas](#)

PORTAL EXAME

[O ministro colocou óculos de plástico em referência a um meme famoso nas redes — o do "turn down for what" — usado quando alguém "lacr" em uma discussão](#)

PORTAL ISTOÉ

[MEC : bloqueio de verbas de universidades acabou](#)

TERRA

[MEC libera todo orçamento bloqueado de universidades federais](#)

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

[MEC libera todo orçamento bloqueado de universidades federais](#)

MEC : bloqueio de verbas de universidades acabou

Agências de notícias e sites

BRASIL DE FATO

Até que a ganância nos separe

GAZETA DO POVO – PR

MEC desbloqueia 100% do orçamento das universidades federais

JORNAL DA CIÊNCIA

Como salvar a educação

NEXO

Apoio à ciência: o que está em jogo no projeto de unir agências

O DOCUMENTO - MT

Comissão debate cortes orçamentários na Educação e as metas do PNEP

AGÊNCIA ESTADO

MEC libera orçamento de universidades e institutos federais

FOLHA DE S. PAULO - SP - PAINEL

Vão-se os anéis

O relatório da PEC paralela da reforma da Previdência deve desembarcar desfalcado nos próximos dias na Comissão de Constituição e Justiça do Senado. O fim da isenção tributária a entidades filantrópicas será suspenso. Segundo aliados, o relator Tasso Jereissati (PSDB-CE) teria se convencido a tratar do tema em projeto de lei após a reforma, detalhando como corrigir o que ele considera uma injustiça. Entre as beneficiadas pela menor tributação, há faculdades de elevado padrão aquisitivo.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://painel.blogfolha.uol.com.br/2019/10/21/tasso-deve-retirar-fim-de-isencao-a-filantronicas-de-pec-paralela-da-reforma-da-previdencia/>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - COTIDIANO

MEC vai liberar R\$ 100 mi por ano a universidades federais sem hospitais Proposta para 42 faculdades de medicina é recorrer a centros médicos privados para garantir formação

Brasília

O MEC (Ministério da Educação) vai desembolsar cerca de R\$ 100 milhões por ano para garantir que 42 faculdades federais de medicina que hoje não têm hospitais próprios possam contratar até centros médicos privados, incluindo as Santas Casas, para garantir a formação dos estudantes.

Uma portaria deverá ser publicada até o fim deste ano para disciplinar a liberação desse dinheiro no próximo ano.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/10/mec-vai-liberar-r-100-mi-por-ano-a-universidades-federais-sem-hospitais.shtml>

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - COLUNA DO ESTADÃO **Bandeira branca...**

Atacada pelos bolsonaristas, a ala “bivarista” do PSL avalia fazer um gesto de paz na direção do inimigo: antecipar para novembro próximo a escolha do líder do partido na Câmara, em nome de uma reconciliação.

» ... ou cinza. Como não há almoço de graça, a ideia de sacrificar Delegado Waldir exige como troca a cabeça do líder do governo, Major Vítor Hugo, hoje empenhado nas redes sociais em atacar o grupo de Bivar.

» E ele?. “A gente nem o considera mais líder do governo. Se Waldir é agressivo, Vitor Hugo também é”, diz Junior Bozzela, da ala “bivarista”. Ele se encontrará hoje com Abraham Weintraub, a convite do ministro, para discutir o partido.

» Terceira via. A possibilidade de um nome de conciliação na liderança do PSL, que não seja o de Eduardo Bolsonaro nem o de Delegado Waldir, é vista com bons olhos pelo Palácio do Planalto. Um dos citados é Coronel Armando (SC).

topo ↕

O GLOBO - RJ - EDITORIAL

Governo precisa resolver as 14 mil obras paradas

Elas representam um investimento de R\$ 144 bilhões, equivalente ao déficit da União previsto para 2019

O governo anuncia a criação de um cadastro nacional de obras executadas com recursos federais. Confirma-se, portanto, que o Executivo até hoje não tem controle sobre os projetos próprios e os realizados em parceria com estados e municípios.

É notável, porque apenas na última década o governo federal financiou pelo menos 38.412 projetos, segundo o Tribunal de Contas da União.

Em junho passado, o TCU consolidou suas auditorias. Listou 14 mil obras paralisadas, ou seja 37% do total custeado por Caixa Econômica Federal, Ministério da Educação, Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) e Fundação Nacional de Saúde (Funasa) e pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Essa parcela inconclusa representa um investimento público de R\$ 144 bilhões. É um volume de dinheiro equivalente ao déficit previsto para este ano no Orçamento da União.

Audidores alertaram para a possibilidade de um desperdício muito maior. Isso porque, embora a amostra de 38.412 obras seja bastante representativa, ela não reflete com exatidão o nível de eficiência na aplicação dos recursos federais, em geral pulverizados por uma miríade de organismos burocráticos.

Mapeamento preliminar do Ministério da Economia indica existência de 29 meios diferentes para transferências de recursos da União para obras nos estados e municípios, entre convênios, repasses voluntários e até termo de colaboração. A regra tem sido pouco controle e muita opacidade nos gastos.

Os prejuízos ao Erário são constantes e não é por falta de dinheiro. Numa análise refinada de 1,8 mil obras paradas, o TCU encontrou como causas mais comuns o sobrepreço e a inexistência de projetos básicos.

Mês passado, a Caixa Econômica também auditou seus financiamentos ao Programa de Aceleração do Crescimento. Percebeu que entre os motivos para as obras permanecerem inacabadas se destacam dificuldades técnicas do órgão que propôs o projeto (23,5%) e da empresa executora (8,8%). Problemas burocráticos (4,4%) constituem fator mais preponderante do que a má qualidade dos orçamentos (2,9%), indicada em 12º lugar na listagem dos fundamentos.

O governo federal não sabe exatamente quantas obras tem e financia em todo o país, e por isso pretende iniciar um cadastro. Em contraste, o Dnit já tem prontas 1,4 mil normas para padronização de projetos. Elas somam 74 volumes e estão apoiadas por uma base de dados, atualizada trimestralmente, sobre a variação de preços de 2.011 tipos de materiais e equipamentos. A burocracia é pródiga no grande museu nacional de obras paradas.

O governo precisa retomar e concluir os projetos, rapidamente. As perdas crescem a cada novo ano.

topo ↕

O GLOBO - RJ - SOCIEDADE

A difícil passagem do verbo à ação

É importante agir para tornar a carreira de professor mais atrativa e as condições de trabalho melhores

Há seis meses, terminei uma coluna citando uma frase do educador português Antônio Nóvoa que vem bem a calhar na semana seguinte a de justas homenagens aos mestres: “Nos dias de hoje, há uma retórica cada vez mais abundante sobre o papel fundamental que os professores serão chamados a desempenhar na construção da ‘sociedade do futuro’ (...) O excesso dos discursos esconde a pobreza das práticas políticas. (...) A inflação retórica tem um efeito desresponsabilizador: o verbo substitui a ação e conforta-nos o sentimento de que estamos atentar fazer alguma coisa”. É importante, portanto, agir para tornara carreira mais atrativa, a formação mais eficiente, e as condições de trabalho melhores.

A atratividade tema ver, em primeiro lugar (ainda que não exclusivamente), com salários. Nesse sentido, avançamos um pouco, mas em ritmo insuficiente. O relatório feito pelo Inep para monitorar as metas do Plano Nacional de Educação mostra que a distância salarial que se para professores da média dos demais profissionais com nível superior diminuiu entre 2012 e 2017 de 35 para 25 pontos percentuais. Essa falta de atratividade é uma das variáveis que explicam por que, na média, alunos que procuram cursos de formação de professores têm desempenho inferior no Enem ao que outros ingressam em carreiras de maiores salários.

Só melhorara atratividade não basta. É preciso também dar aos profissionais a melhor formação possível, alinhada com os desafios que enfrentarão em sala de aula, tema que está em debate agora (ainda que longe do consenso), com a proposta de uma base nacional de formação docente. Não dá, porém, para discutir formação sem considerar o crescimento do ensino superior à distância. Nos cursos que preparam os professores, a maioria dos ingressantes já estão matriculados nesta modalidade. Um estudo divulgado na semana passada pela consultoria IDados mostra que alunos em cursos à distância de licenciatura em Matemática, Letras e Pedagogia têm desempenho pior tanto no Enem (portanto, no ingresso na universidade) quanto no Enade (ao final do curso superior), em relação com aqueles que estão no presencial.

Por fim, mesmo com melhores salários e uma boa formação universitária, é ainda necessário melhorar as condições de trabalho e a formação em serviço, do momento em que colocam o pé em sala de aula pela primeira vez, até o fim da carreira. Cruzamentos feitos nos questionários respondidos por docentes e diretores na Prova Brasil mostram, por exemplo, que é comum professores novatos assumirem as turmas mais desafiadoras, já que o critério na maior parte das escolas é deixar os mestres mais experientes elegerem as turmas em que darão aulas. Além disso, é necessário avançar na cultura — e nas condições — para que as escolas se tornem ambientes de formação profissional constante, com apoio para o desenvolvimento dos docentes, sempre com foco no melhor para os alunos.

A literatura acadêmica mostra que, excluindo os fatores externos à escola (como o nível de pobreza e escolaridade das famílias), o fator de maior impacto no aprendizado do aluno é o professor. Não há nada de inesperado nisso. O surpreendente é perceber como tem sido difícil transformar o verbo em ação.

topo ↕

DIÁRIO POPULAR - RS - CIDADE

Pelotas sediará congresso internacional de Arqueologia

Jorge Eremites de Oliveira, doutor em História/Arqueologia pela PUCRS, docente da UFPel e presidente da SAB

A cidade de Pelotas, localizada no sul do Rio Grande do Sul, também conhecida como Princesa do Sul, sediará, no período de 4 a 8 de novembro de 2019, o 20º Congresso da SAB, evento promovido pela Sociedade de Arqueologia Brasileira. O organização do encontro está sob a responsabilidade da própria associação científica, fundada em 1980, que congrega arqueólogos e profissionais de campos afins que atuam no país e em outras partes do mundo.

Na edição de 2019, a reunião mantém a tradição de estar voltada para além-fronteiras disciplinares e político-territoriais. Está organizada de maneira a ser marcada por encontros e reencontros, socialização de saberes, debates sobre diversos assuntos, reflexões a respeito do papel social dos arqueólogos, desafios apresentados na pauta do dia e momentos de confraternização, dentre outras atividades. Também pretende ser um espaço privilegiado à discussão e definição de diretrizes mais éticas e inclusivas no que diz respeito à produção do conhecimento arqueológico, especialmente no que se refere a temáticas contemporâneas que marcam a dinâmica da vida em sociedade.

Neste sentido, o Congresso é aberto ao público em geral, será realizado no Campus I da UCPel (rua Gonçalves Chaves, 373) e tem como tema central Memória, patrimônio cultural e Direitos Humanos, pensado a partir da tragédia do incêndio que em setembro de 2018 atingiu o Museu Nacional da UFRJ, sede oficial da SAB e de outras associações científicas. Está organizado em conferências, mesas-redondas, minicursos e simpósios temáticos, com centenas de trabalhos inscritos. Contará com a participação de renomados conferencistas e apoio de várias instituições nacionais e de docentes, discentes e técnicos de instituições de Ensino Superior da região (**Capes**, Fapergs, Iphan, UCPel, UFPel, Furg e outras).

A conferência de abertura, a ser proferida na noite do dia 4 de novembro, será feita pelo cacique Babau, do povo Tupinambá e liderança do movimento indígena nacional; terá

como tema **A luta dos povos indígenas por seus territórios tradicionais** no Brasil. A conferência de encerramento, marcada para a noite do dia 8 do referido mês, será realizada pelo professor doutor Alexander Wilhelm Armin Kellner, diretor do Museu Nacional, e versará sobre **A reconstrução do Museu Nacional: um desafio para o Brasil**.

O 20º Congresso da SAB também promoverá a Arqueologia e outros campos do conhecimento institucionalizados no Rio Grande do Sul e em outras regiões. Movimentará hotéis, "hostels", pousadas, restaurantes, lojas, agências de turismo, serviços de transporte, gráfica etc. na cidade de Pelotas. Também gerará emprego temporário e renda a pessoas que colaborarão com o evento, incluindo estudantes em situação de vulnerabilidade social, dentre outras relevâncias sociais. Na ocasião, a Brigada Militar intensificará o policiamento no entorno do local da reunião.

Ainda há tempo para a inscrição na categoria de ouvinte, com direito a fazer minicurso com carga horária de dez horas e a devida emissão de certificados. A programação e outras informações estão disponíveis no site www.xxcongresso.sabnet.com.br.

Todas as pessoas são bem-vindas ao 20º Congresso da SAB e à Princesa do Sul.

topo ↕

ALÔ BRASÍLIA - BRASIL

MEC instala lava jato da educação, diz Bolsonaro

O presidente Jair Bolsonaro defendeu hoje (15) a chamada lava jato da educação, batizada com este nome pelo ministro da área, Ricardo Vélez Rodríguez, sobre as investigações de medidas adotadas em gestões anteriores. A afirmação ocorre um dia depois da assinatura de um protocolo de intenções para apurar indícios de irregularidades no âmbito do Ministério da Educação.

“Muito além de investir, devemos garantir que investimentos sejam bem aplicados e gerem resultados. Partindo dessa determinação, o ministro professor Ricardo Vélez apurou vários indícios de corrupção no âmbito do MEC em gestões passadas. Daremos início à ‘Lava Jato da Educação’”, disse o presidente na sua conta pessoal no Twitter.

Indícios

Segundo nota do MEC enviada à imprensa, a pasta já identificou favorecimentos indevidos no Programa Universidade para Todos (ProUni), desvios no Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), envolvendo o sistema S, concessão ilegal de bolsas de ensino a distância e irregularidades em universidades federais.

O diretor-geral da Polícia Federal, Maurício Valeixo, também participou da reunião. A investigação é uma das principais metas do Ministério da Educação dentro do plano de ações dos 100 primeiros dias do governo. Trata-se ainda do cumprimento de uma orientação de Bolsonaro dada, de acordo com a pasta, para todos os ministérios e instituições federais.

topo ↕

O DIA - PI - CIDADES

STF libera recurso de R\$ 1,5 bilhão do Fundef ao Piauí

O governador Wellington Dias promete utilizar todos os recursos para fazer a educação avançar

Em decisão proferida na sexta-feira (18), o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Gilmar Mendes, decidiu por acatar o recurso impetrado pelo governo do Estado, por meio da Procuradoria Geral do Estado do Piauí (PGE), sobre a decisão negativa do Tribunal de Contas da União (TCU) em antecipar o crédito proveniente do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef).

O TCU havia suspenso a contratação de instituição financeira para antecipação do crédito proveniente do Fundef, que será aplicado na educação do estado. O recurso, na ordem de R\$ 1,5 bilhão de reais, é devido pela União ao Piauí referente à sua participação no Fundef desde o ano de 1997, quando foi implantado. O governador Wellington Dias afirmou ainda que o recurso do Fundef permitirá grandes investimentos na educação do Piauí. "Vamos aplicar 100% dos recursos em educação, seguindo a Constituição, as Leis e orientações do TCU, TCE e do próprio STF. Vamos fazer o maior Programa de Melhoria da Educação do Estado do Piauí", destacou.

O chefe do Executivo garantiu que o recurso será investido na rede de educação básica, alfabetização de jovens e adultos e profissionalização técnica. "Além de melhorar nossas estruturas, alcançando em cada escola tudo que garante uma escola de boa qualidade. Vamos reduzir evasão escolar, reduzir repetência, ampliar as matrículas e, o principal, alcançar educação de muita qualidade no Piauí", ressalta o gestor. O governo do Estado argumenta que vem adotando todas as normas e regramentos estabelecidos pela corte.

O plano para utilização destes recursos conta com o assessoramento da Fundação Getúlio Vargas (FGV), parceria que irá auxiliar no cumprimento das metas estabelecidas pelo Governo do Estado. O Fundef é o antecessor do atual Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb), e em 2018, o Supremo Tribunal Federal decidiu que a União deve pagar aos estados e municípios um valor resultante de diferenças de transferências de exercícios anteriores.

topo 

ALAGOINHAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

MEC remaneja recursos próprios para recompor orçamento das federais O ministro da Educação, Abraham Weintraub, dá entrevista coletiva sobre descontingenciamento de verbas

O Ministério da Educação (MEC) remanejou recursos da própria pasta e das autarquias para recompor os orçamentos das universidades e institutos federais. Nesta sexta-feira (18), o MEC anunciou a liberação total dos recursos previstos para essas instituições de ensino em 2019. Parte deles estava bloqueada.

Em nota, o MEC diz que os recursos são oriundos da própria pasta, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** e Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

“Os valores a serem empenhados por estas áreas só serão necessários no final de novembro, quando novos recursos serão descontingenciados”, diz a pasta, que não detalha a origem específica dos recursos realocados hoje.

O ministério ressalta, no entanto, que os programas conduzidos pela pasta não serão

prejudicados. “Todos os programas e ações da pasta serão executados de acordo com o cronograma estabelecido”, afirma.

Ao todo, o MEC anunciou a liberação de cerca de R\$ 1,1 bilhão para universidades e institutos federais. Deste total, as universidades receberão R\$ 771 milhões. Os institutos, aproximadamente R\$ 336 milhões.

Bloqueio

O bloqueio das verbas foi feito no início deste ano. As universidades tiveram, no total, um bloqueio de R\$ 2,4 bilhões, o que representa, em média, 30% dos recursos discricionários. Esses recursos cobrem despesas de custeio como gastos com água, energia elétrica, aquisição de materiais de consumo e outras prestações de serviço.

No mês passado, com o descontingenciamento feito pelo Ministério da Economia, as instituições tiveram parte do orçamento recomposto, receberam R\$ 1,156 bilhão. Além disso, foram feitas outras liberações pontuais pelo MEC. Com o remanejamento anunciado hoje, o orçamento foi totalmente recomposto.

A liberação agora possibilitará que as universidades tenham tempo para gastar os recursos este ano, segundo o ministro da Educação, Abraham Weintraub. “Não queríamos que as universidades falassem que o governo soltou [os recursos] nos últimos dias do ano e não tivemos competência para gastar [em tão pouco tempo]. Vamos fazer a gestão deste fluxo de caixa aqui no MEC mesmo”, disse em coletiva de imprensa concedida hoje.

Segundo ele, o bloqueio de recursos do orçamento do MEC e de outros ministérios, no início do ano, foi necessário para “sinalizar ao mercado uma série de compromissos com a responsabilidade fiscal, com a boa gestão e com a Reforma da Previdência”.

De acordo com o MEC, a pasta segue com aproximadamente R\$ 2,9 bilhões contingenciados pelo governo federal.

“Não houve um descontingenciamento global do MEC”, explicou o secretário executivo do ministério, Paulo Vogel durante entrevista à imprensa. “Chegando próximo ao fim do ano, olhamos para o nível de execução do ministério e para as perspectivas econômicas. E conseguimos fazer este ajuste interno para liberar recursos de áreas que podemos ajustar mais perto do fim do ano.”

topo ↕

AGÊNCIA FOLHA - TEMPO REAL

**MEC vai liberar R\$ 100 mi por ano a universidades federais sem hospitais
Proposta para 42 faculdades de medicina é recorrer a centros médicos privados
para garantir formação**

Brasília

O MEC (Ministério da Educação) vai desembolsar cerca de R\$ 100 milhões por ano para garantir que 42 faculdades federais de medicina que hoje não têm hospitais próprios possam contratar até centros médicos privados, incluindo as Santas Casas, para garantir a formação dos estudantes.

Uma portaria deverá ser publicada até o fim deste ano para disciplinar a liberação desse

dinheiro no próximo ano.

A proposta foi feita pela Ebserh, empresa vinculada ao MEC e que foi criada na gestão do PT para gerenciar hospitais universitários.

A medida sai do forno no momento em que a maioria dos reitores quer se livrar do peso que seus hospitais exercem sobre o orçamento das universidades, estranguladas com sucessivas reduções de verbas federais.

Nesse esforço de redução de custos, muitos passaram a integrar a rede da Ebserh, que responde pela total gestão desses hospitais arcando, inclusive, com os gastos de pessoal.

Sob Jair Bolsonaro, a empresa passou para o comando do general Osvaldo Ferreira, que decidiu usar a Ebserh para dar uma solução permanente para um problema que se intensificou a partir de 2003 com a proliferação de faculdades sem hospitais, necessários para a devida capacitação dos estudantes.

A maior parte dessas escolas foi criada entre 2003 e 2015 durante os governos de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, ambos do PT.

Segundo Ferreira, as conversas com os hospitais que poderão ser contratados como centros de formação em medicina estão em andamento e os recursos para o pagamento já foram empenhados.

“Acredito que não haverá contingenciamento”, disse ele em entrevista à Folha.

“Cada faculdade deverá receber cerca de R\$ 2 milhões por ano para pagar os hospitais que aceitarem servir como centros de treinamento dos alunos.”

No Amapá, que construiu e equipou um hospital com recursos de emendas parlamentares da bancada, o custeio será da ordem de R\$ 230 milhões quando estiver em pleno funcionamento.

Será mais que o dobro do orçamento previsto para as 42 faculdades sem hospitais.

Neste caso, no entanto, o hospital fará parte da rede da Ebserh. O processo de inclusão da unidade foi definido antes da chegada de Ferreira e ainda não está concluído.

A proposta de parcerias em vez de hospitais próprios também vai pôr fim a um périplo de parlamentares à empresa e ao MEC que se arrasta desde o ano passado.

Quase duas dezenas de deputados e senadores tentaram convencer o governo a encampar hospitais municipais e estaduais, a maior parte endividada, para que servissem de centros universitários.

A ideia era se livrar de um custo pesado no orçamento, já estrangulado pela crise fiscal.

Para serem incorporados, esses hospitais precisariam ser públicos (municipais ou estaduais) e operarem integralmente pelo SUS (Sistema Único de Saúde).

Teriam, então, de ser doados para as faculdades de medicina que, posteriormente, solicitariam a inclusão na rede da Ebserh por meio de contrato de gestão.

Ferreira preferiu uma solução mais econômica para evitar que o MEC arcasse com um custo que, na verdade, seria do Ministério da Saúde.

“Nossa preocupação aqui [na Ebserh] é a formação do estudante de medicina”, disse o general.

“Claro que esses hospitais prestam um importante serviço de atendimento à comunidade pelo SUS, mas o foco, pelo MEC, é garantir a qualidade da formação dos nossos médicos”, reforça.

Hoje, a Ebserh administra uma rede de 40 hospitais universitários em todas as regiões do país.

As despesas desses hospitais são pagas com recursos do MEC e, em menor parte, do Ministério da Saúde, que banca os atendimentos oferecidos à população via SUS.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Mais de 800 mil alunos de SP devem fazer as provas do Saeb em 2019
Provas do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) acontecem entre esta segunda-feira (21) e 1º de novembro. Avaliação do governo federal serve para indicar o nível da educação no Brasil.

Mais de 863 mil alunos da rede pública de ensino do estado de São Paulo farão as provas do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb). As provas acontecem entre esta segunda-feira (21) e 1º de novembro.

O Saeb é o sistema de avaliação nacional do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). A avaliação substitui a antiga Prova Brasil.

A prova tem como público-alvo os alunos matriculados nos 5º e 9º anos do Ensino Fundamental e 3ª séries do Ensino Médio das escolas públicas. As disciplinas avaliadas serão as de língua portuguesa e matemática.

A prova também acontece, de maneira experimental, para os alunos da 2ª e 9ª séries do Ensino Fundamental. Os primeiros farão a prova tradicional e os mais velhos farão a prova de ciências da natureza e ciências humanas.

Os resultados dessa prova servem para compor o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), principal indicador da educação pública do Brasil.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Univasf tem inscrições abertas para seleção de mestrado em Psicologia
As inscrições para a seleção podem ser realizadas até o dia 14 de novembro.

Por G1 Petrolina

A Universidade Federal do Vale do São Francisco (Univasf) abriu 30 vagas para o mestrado acadêmico do Programa de Pós-Graduação em Psicologia (PPGPSI). As inscrições para a seleção podem ser realizadas até o dia 14 de novembro. São duas linhas de pesquisa: “Processos Cognitivos e Comportamentais” e “Processos

Psicossociais.

As inscrições devem ser feitas exclusivamente pela internet, através do Sistema de Inscrição em Processo Seletivo (PS) da Univasf. Devem ser apresentados apenas arquivos digitalizados e legíveis em formato PDF. A relação de documentos está presente no edital.

Podem participar da seleção, os portadores de diploma ou de declaração de conclusão de curso de graduação em qualquer área desde que reconhecido pelo Ministério da Educação (MEC).

O candidato deve optar, no momento da inscrição, por apenas uma linha de pesquisa e também um único docente dessa linha. A área de Processos Cognitivos e Comportamentais conta com 12 vagas e seis docentes vinculados. Já a de Processos Psicossociais, conta com 18 vagas e oito docentes vinculados.

O processo seletivo será composto por três etapas: Comprovação de proficiência em língua inglesa, avaliação de conhecimentos metodológicos e avaliação do currículo. As provas serão realizadas no dia 29 de novembro, no campus Sede, em Petrolina, nas salas que serão divulgadas até 48h antes da data da prova no site do Programa.

O resultado final do processo seletivo está previsto para ser divulgado a partir de 11 de dezembro. O cronograma completo da seleção está disponível no edital.

FOLHA DE S. PAULO - SP - COTIDIANO

**Apesar de lei, combate ao bullying segue como desafio para escolas de todo o país
Norma de 2015 obriga estabelecimentos a ter plano de combate ao problema; que tem dia mundial de combate neste domingo (20)**

São Paulo

“Eu não sou uma doença, mamãe”, repetia Zeca, 10, aos prantos. O desespero do menino (cujo nome foi alterado para proteger sua identidade) tinha razão. Minutos antes, fora alvo de violência psicológica na escola.

Três colegas do garoto promoveram em junho deste ano a simulação de uma vacinação no 5º ano de um colégio tradicional de Salvador (BA). A imunização de brincadeira era de um “princípio ativo” com o nome antizeca.

Rossieli Soares, secretário de Educação da gestão Doria (PSDB), diz que, de forma geral, as escolas da rede pública paulista notificam os casos de bullying. Mas ele também admite que a subnotificação é uma realidade.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/10/apesar-de-lei-combate-ao-bullying-segue-como-desafio-para-escolas-de-todo-o-pais.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - ESPECIAL

**Primeiro Enem sob Bolsonaro não deve reverter orientação do exame
Professores preveem sumiço de temas em textos de base, mas conteúdo das questões não deve mudar**

São Paulo

O que esperar de um Enem (Exame Nacional do Ensino Médio) sob nova direção? A ansiedade de fazer uma prova que é a porta de entrada para as principais universidades do país ganhou um ingrediente adicional neste ano: a mudança de governo.

Dias após ganhar a eleição de 2018, o presidente Jair Bolsonaro (PSL) criticou uma das questões do exame, que mencionava um dialeto usado por gays e travestis, e afirmou que sua gestão iria “tomar conhecimento da prova” antes da aplicação.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/10/primeiro-enem-sob-bolsonaro-nao-deve-reverter-orientacao-do-exame.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - ESPECIAL

Quem fizer redação de esquerda no Enem não deve ser prejudicado, diz presidente do Inep

Chefe de órgão que faz a prova diz que exame precisa evitar polêmicas para não tirar foco do aluno do conteúdo exigido

Brasília

O presidente do Inep (Instituto de Estudos e Pesquisas Educacionais), Alexandre Lopes, diz que a decisão do governo Bolsonaro de criar uma comissão para fazer análise ideológica de questões do Enem não vai impactar o que se espera dos candidatos: “Vamos avaliar o conhecimento do aluno, buscar uma prova mais neutra possível.”

Lopes é o terceiro a ocupar a presidência do Inep, responsável por produzir a prova, neste ano. A diretoria responsável pelo exame ficou sem titular por quase cinco meses. Mas, segundo ele, tudo está preparado.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/10/quem-fizer-redacao-de-esquerda-no-enem-nao-deve-ser-prejudicado-diz-presidente-do-inep.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - ESPECIAL

Em projeto-piloto, Enem 2020 será digital para 50 mil inscritos

Exame terá mais de uma edição ao ano; mesmo com exclusão digital, plano é de prova 100% no novo formato até 2026

Brasília e São Paulo

O Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais) vai iniciar em 2020 a aplicação digital do Enem. A proposta, que será progressiva e tem previsão atingir a totalidade das provas em 2026, começará como um modelo-piloto com 50 mil participantes de 15 capitais.

O entendimento dentro do Ministério da Educação é que, no meio digital, há também a possibilidade de uso de questões em outros formatos, com vídeos e até games.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/10/em-projeto-piloto-enem-2020-sera-digital-para-50-mil-inscritos.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - ESPECIAL

**Dez anos após vazamento do Enem, nenhum envolvido em roubo foi preso
Quatro condenados em 2011 entraram com recurso; prova já teve questão repetida e erro de impressão**

Brasília

Em 2009, no meio do otimismo segundo mandato do presidente Lula (PT), 4,1 milhões de candidatos haviam se inscrito para a primeira edição do novo Enem: a partir dali, a nota do exame criado em 1998 para avaliar o ensino médio valeria como vestibular unificado para universidades federais.

Mas tinha um furto no meio caminho. Em 1º de outubro daquele ano, a dois dias do início das provas, o Enem vazou e a aplicação foi cancelada.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/10/dez-anos-apos-vazamento-de-exame-nenhum-envolvido-em-roubo-foi-preso.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - ESPECIAL

**Novas tecnologias de estudo para o Enem incluem ajuda de robô por celular
Podcasts e canais de vídeo também ajudam participantes a reforçar o preparo para o exame**

São Paulo

Falta de tempo e de dinheiro para frequentar um cursinho é algo que sempre atrapalhou os participantes do Enem e dos demais vestibulares do país. Cada vez mais, porém, ferramentas digitais têm ajudado a amenizar esse problema.

Plataformas educacionais, canais de vídeo, podcasts e até grupos no WhatsApp oferecem conteúdos didáticos e atendimento personalizado para milhares de estudantes.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/10/novas-tecnologias-de-estudo-para-o-enem-incluem-ajuda-de-robô-por-celular.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - ESPECIAL

Tire suas dúvidas sobre datas e horários do Enem 2019

Veja dicas para se preparar antes das provas e para o momento do exame

São Paulo

A edição 2019 do Enem (Exame Nacional do Ensino Médio), a primeira realizada pelo governo Bolsonaro será nos dias 3 e 10 de novembro em 1.927 municípios brasileiros. O custo total estimado é de R\$ 537,6 milhões. A edição deste ano recebeu 5,1 milhões de inscritos. Desse total, 2,1 milhões pagaram taxa de inscrição, que gerou uma arrecadação de R\$ 179 milhões.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/10/tire-suas-duvidas-sobre-datas-e-horarios-do-enem-2020.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - ESPECIAL

Voluntários releem textos de mais de 2.000 alunos de escolas públicas

Projeto de universitário da USP prepara estudantes de baixa renda para o Enem
São Paulo

Quando pisou pela primeira vez no campus da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (USP) Vinícius Andrade, 24, diz que se deparou com uma realidade que até então desconhecia, e que por muito tempo considerou inalcançável.

Nascido num bairro periférico de Ribeirão Preto, ele conta que, até o fim do ensino médio, não sabia sobre as formas de ingresso no ensino superior público e achava que só ricos conseguiriam ter acesso a esse tipo de universidade.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/10/voluntarios-releem-textos-de-mais-de-2000-alunos-de-escolas-publicas.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - ESPECIAL

Amazônia, migração e vacina são temas da vez no Enem

Professores sugerem conteúdos básicos, atualidades e filmes em que aluno deve concentrar estudos

São Paulo

Além dos conteúdos básicos das disciplinas, o Enem inclui perguntas de atualidades. Apesar de não ser possível prever o que será questionado, professores apontam temas que precisam de mais atenção do aluno, que podem ser abordados em questões ou na redação.

Para auxiliar os alunos, os docentes costumam sugerir assuntos pertinentes a partir das principais discussões da sociedade ao longo do ano.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/10/amazonia-migracao-e-vacina-sao-temas-da-vez.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - ILUSTRÍSSIMA

Campus doado por Raduan Nassar ilustra ataques a universidades

Ensino superior público padece com perda de recursos e de autonomia, diz

Marilene Felinto

Lagoa do Sino era nome da fazenda do escritor Raduan Nassar, doada por ele à UFSCar em 2011, embora o aceite da doação tenha ocorrido, de fato, ainda em 2010, durante o governo do ex-presidente Lula.

O ataque —do bloqueio de recursos à ameaça de privatização e perda da autonomia universitária contida no Future-se, projeto privatizante e mercantil lançado em julho último pelo MEC (Ministério da Educação)— é mais revoltante quando se trata do

Lagoa do Sino pelo que a implantação desse campus simboliza.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2019/10/campus-doado-por-raduan-nassar-ilustra-ataques-a-universidades.shtml>

topo ↕

A TARDE - BA - POLÍTICA

Luzia, a reitora do Ifba eleita em dezembro, ainda espera a posse

Já dizia Octávio Mangabeira, é sempre bom recorrer à máxima pense num absurdo, a Bahia tem precedente. Desta vez o palco é o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (Ifba). Lá, a professora Luzia Mota foi eleita em 13 de dezembro e até hoje, quase 10 meses depois, não tomou posse.

Pro tempore é uma expressão latina que significa transitório, ou por enquanto, qualquer coisa assim. E aí está o absurdo: no Ifba o reitor Renato Anunciação, que tumultuou o processo e ficaria pro tempore, num pleito com quatro candidatos foi o último, mas virou o primeiro. Está até hoje.

PROTELAÇÃO — Luzia Mota teve 32,2%. Segundo ela, o processo foi tumultuado pelas tentativas de proteção do reitor (e candidato):

— Foram necessários dois mandados de segurança para garantir a realização da eleição.

A documentação com o resultado eleitoral, que elegeu ainda os diretores de campi, foi encaminhada ao MEC em 10 de janeiro, para as avaliações jurídicas e trâmites visando ao encaminhamento à Casa Civil e a nomeação da reitora eleita, pelo presidente Bolsonaro.

Pelo contrário, o MEC não só deixou de efetuar o encaminhamento como ainda fez retroceder todos os procedimentos já efetuados. Luzia tem o apoio de 32 dos 42 representantes federais da Bahia, mas nem isso sensibiliza o ministro Abraham Weintraub, de resto, outro mestre em abrir precedentes absurdos.

topo ↕

GOVERNO DO AMAZONAS - TEMPO REAL

Fapeam reúne com gestores de ensino e pesquisa do Amazonas

A diretoria da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (Fapeam) reuniu-se com os gestores de instituições de ensino e pesquisa do Amazonas na sexta-feira (18/10) para tratar de assuntos relacionados aos Programas de Pós-Graduação Stricto Sensu (PPGs). O encontro ocorreu na sede da Fapeam, no bairro Flores, zona centro-sul de Manaus.

O objetivo foi discutir ações de melhorias para os cursos de pós-graduação do Amazonas, bem como informar e sensibilizar os gestores para a participação dos pró-reitores, coordenadores dos cursos e programas de pós-graduação e autoridades afins das instituições de ensino superior do Amazonas para o encontro promovido pela Fapeam com a diretora de avaliação da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, Sônia Nair Bábó, que ocorrerá no dia 7 de novembro.

Nesse encontro serão abordados os avanços que ocorrerão no processo de avaliação do Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG) a serem implantados no quadriênio de

2021, com o objetivo de promover a preparação preventiva dos programas.

Durante a reunião, a diretora-presidente da Fapeam, Márcia Perales, apresentou os 13 programas lançados pela Fundação em 2019, dados gerais dos investimentos realizados nas cinco de linhas de ação da entidade, bem como o percentual de crescimento nos investimentos e a retomada de programas.

Na oportunidade, ela destacou também o Programa Institucional de Apoio à Pós-Graduação Stricto Sensu (Posgrad), que conta com investimento na ordem de R\$ 19.542.010,00, neste ano, para a concessão de 725 bolsas para alunos de mestrado e doutorado, mais auxílio financeiro para as instituições de ensino e pesquisa localizadas no Amazonas.

Além de Márcia Perales, participaram da reunião, pela Fapeam, a diretora técnico-científica, Marne Vasconcellos; e a diretora administrativo-financeira, Márcia Irene Andrade. E, pelas instituições convidadas, participaram o reitor da Universidade do Estado do Amazonas (UEA), Cleinaldo Costa; o reitor da Universidade Federal do Amazonas (Ufam), Sylvio Puga; o reitor do Instituto Federal do Amazonas (Ifam), Antonio Venâncio Castelo Branco; o diretor do Instituto Leônidas & Maria Deane (ILMD/Fiocruz Amazônia), Sérgio Luz Bessa; e a diretora do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa), Antonia Franco.

topo ↕

J. DO COMMERCIO - PE - BRASIL

Ensino a distância oferece mais vagas

RIO e BRASÍLIA - Pela primeira vez, a oferta de vagas nos cursos de graduação a distância (EAD) ultrapassou o número de vagas disponibilizadas pelo ensino presencial, segundo dados do Censo da Educação Superior.

De acordo com o levantamento, divulgado na última semana pelo Ministério da Educação (MEC), em 2018 houve 7,1 milhões de vagas a distância e 6,3 milhões em cursos presenciais. Apesar do grande número de vagas disponíveis, a quantidade efetivamente ocupada é pequena.

O número de cursos de educação a distância no País cresceu 50% em apenas um ano, passando de 2.018 para 3.177. Do total de vagas do ensino superior, a maior parte é oferecida por universidades privadas: cerca de 12 milhões, e 835 mil por instituições públicas. No que diz respeito ao número de vagas na EAD, a tendência se repete, com cerca de 7 milhões de vagas no setor privado e 113,1 mil no público.

Os dados evidenciam ainda o domínio de alguns grupos educacionais privados no ensino superior a distância. Segundo o Censo, apenas cinco instituições particulares concentram mais de 50% dos alunos que cursam EAD. O ingresso nessa modalidade também cresceu consideravelmente, passando de cerca de 1.073.497 para 1.373.321. A taxa de ingresso no presencial faz o caminho oposto, caindo de 2.152.752 para 2.072.614.

Após a desidratação do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), a partir de 2015, e o impacto nas matrículas presenciais, a educação a distância se tornou uma fonte de recursos importante para os grupos privados. "É um desafio importante para instituições manter o equilíbrio econômico, já que o preço médio das mensalidades da EAD é menor

que do ensino presencial", afirma o presidente da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior, Celso Niskier, acrescentando que o modelo do ensino superior deve ser cada vez mais híbrido: "Acredito que estamos caminhando para uma educação com a combinação de presencial e EAD". Um decreto assinado pelo presidente Michel Temer em 2017 flexibilizou os parâmetros para a educação a distância no ensino superior. A norma afrouxou os critérios para abertura de novos polos. Antes, era necessária uma visita in loco de técnicos do MEC para permitir a inauguração - a partir do decreto, bastava atender os indicadores de qualidade estabelecidos pelo órgão.

Embora o número de vagas ocupadas seja pequeno, o crescimento na oferta de vagas e cursos evidencia o protagonismo que a educação a distância tem obtido no sistema educacional superior do País. Os cursos de graduação a distância devem ter atividades presenciais. É o caso de avaliações, estágios, atividades que demandem atuação em laboratório científico e a defesa do trabalho de conclusão de curso. Recentemente, além dos cursos de graduação, a **Capes** permitiu pela primeira vez cursos de pós-graduação strictu sensu a distância.

Na opinião do especialista em EAD João Vianney, além da flexibilização da norma para construção de novos polos, a crise econômica e as características da sociedade atual explicam o aumento explosivo na oferta da modalidade: "Os cursos de EAD são, em média, 70% mais baratos que os da educação presencial, num país com economia estagnada, e a opção da população é pela mensalidade mais barata. Além disso, a EAD leva o acesso a uma ampla gama de cursos em cidades pequenas e médias.

Professora da USP, Elba Barreto pondera que a expansão desenfreada da educação a distância, sobretudo em carreiras que formam professores, é preocupante, uma vez que grande parte dos cursos não oferece estrutura que viabilize a qualificação adequada.

No caso dos cursos de licenciatura, que habilitam o estudante a ser professor da educação básica, o número desses graduandos na modalidade não presencial se tornou maioria no País: 50,2% dos matriculados nas licenciaturas fazem a formação a distância. "É um ensino superior que se expandiu e é caracterizado como um ensino de massa, que atende à grande proporção de alunos a muito baixo custo, com improviso em termos da produção de material, polos com atendimento precário. Para formação na docência, é muito importante botar o pé na escola. Há uma carga horária de estágio muito grande para essas carreiras, e a inserção desses cursos a distância com as redes de ensino regulares é muito mais precarizada", analisa Elba Barreto.

A situação ganha contornos alarmantes quando analisada a diferença entre os resultados alcançados por alunos da educação presencial, em comparação com os que fazem a modalidade a distância. Uma avaliação feita pelo consultor da Hoper Educação, Adriano Coelho, com base nas notas do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade), mostra que 62% dos estudantes de pedagogia a distância foram "reprovados" na prova, ou seja, tiraram conceito 1 ou 2. Na educação presencial, o percentual cai para 29%. "Essa expansão em larga escala e sem o devido cuidado oferece riscos bastantes sérios pela frente. A próxima geração de profissionais que teremos são as pessoas que estamos formando agora. No caso das licenciaturas, é ainda pior, porque são eles que vão formar os outros profissionais. Temos casos de EAD

muito interessantes no País, ilhas de excelência que estão conseguindo conceito Enade 4 e 5, mas não é uma tendência geral.

topo ↕

JORNAL DA PARAÍBA - PB - ÚLTIMAS

UFPB, UFCG e IFPB devem receber valor restante dos 30% contingenciados pelo Governo Federal

Na Paraíba mais de R\$ 90 milhões do valor repassado pelo MEC haviam sido bloqueados.

Na manhã desta sexta-feira (18) o Governo Federal anunciou o descontingenciamento do orçamento das universidades e institutos federais do Brasil. Na Paraíba, o restante dos R\$ 90 milhões bloqueados do orçamento das universidades pelo Governo serão liberados à Universidade Federal da Paraíba (UFPB), à Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), e ao Instituto Federal da Paraíba (IFPB). As três instituições tiveram 30% do orçamento bloqueado em abril, quando o MEC anunciou o contingenciamento de R\$ 5,8 bilhões das verbas destinadas às Instituições de Ensino Superior (IES) de todo o país.

A Universidade Federal da Paraíba (UFPB) havia tido R\$ 44 milhões bloqueados, e a Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) R\$ 27 milhões. Com os bloqueios, a Paraíba se tornou o estado do Nordeste que mais perdeu bolsas de incentivo à pesquisa científica no último congelamento anunciado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior (**Capes**); foram 580 bolsas de pós-graduação cortadas no estado.

O reitor da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), Vicemario Simões, comentou que recebeu a notícia com muita alegria, mas que ainda não é possível saber precisamente quanto a universidade, que teve R\$ 27 milhões do seu orçamento bloqueado, vai receber do MEC. Em setembro, o ministro-chefe da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, havia informado que o Governo Federal iria descontingenciar mais R\$ 8,3 bilhões do orçamento distribuído aos ministérios. Destes, R\$ 1,9 bilhão seria destinado ao Ministério da Educação para atender às universidades.

Um mês após o pronunciamento de Lorenzoni, o ministro da Educação, Abraham Weintraub, em entrevista à imprensa, disse que “Cem por cento de todo o orçamento para o custeio das universidades federais e institutos estão sendo descontingenciados neste momento”. Com isso, os cofres de instituições de ensino superior de todo o país receberão até a próxima semana cerca de R\$ 1,1 bilhão, sendo R\$ 771 milhões para universidades e R\$ 336 milhões para institutos federais.

De acordo com as assessorias de imprensa da UFPB e do IFPB, as instituições ainda não têm conhecimento do valor exato que será destinado a cada uma, mas a quantia estará disponível nos sistemas até a próxima semana. Estima-se que cerca de R\$ 20,5 milhões à UFPB e R\$ 15 milhões serão repassados à UFCG. O IFPB não soube informar quanto irá receber, mas assim com as outras instituições, reforçou que espera o valor restante dos 30% inicialmente bloqueados.

topo ↕

CENÁRIO MT - TEMPO REAL

MEC remaneja recursos próprios para recompor orçamento das federais

O Ministério da Educação (MEC) remanejou recursos da própria pasta e das autarquias para recompor os orçamentos das universidades e institutos federais. Hoje (18), o MEC

anunciou a liberação total dos recursos previstos para essas instituições de ensino em 2019. Parte deles estava bloqueada.

Em nota, o MEC diz que os recursos são oriundos da própria pasta, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** e Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

“Os valores a serem empenhados por estas áreas só serão necessários no final de novembro, quando novos recursos serão descontingenciados”, diz a pasta, que não detalha a origem específica dos recursos realocados hoje.

O ministério ressalta, no entanto, que os programas conduzidos pela pasta não serão prejudicados. “Todos os programas e ações da pasta serão executados de acordo com o cronograma estabelecido”, afirma.

Ao todo, o MEC anunciou a liberação de cerca de R\$ 1,1 bilhão para universidades e institutos federais. Deste total, as universidades receberão R\$ 771 milhões. Os institutos, aproximadamente R\$ 336 milhões.

Bloqueio

O bloqueio das verbas foi feito no início deste ano. As universidades tiveram, no total, um bloqueio de R\$ 2,4 bilhões, o que representa, em média, 30% dos recursos discricionários. Esses recursos cobrem despesas de custeio como gastos com água, energia elétrica, aquisição de materiais de consumo e outras prestações de serviço.

No mês passado, com o descontingenciamento feito pelo Ministério da Economia, as instituições tiveram parte do orçamento recomposto, receberam R\$ 1,156 bilhão. Além disso, foram feitas outras liberações pontuais pelo MEC. Com o remanejamento anunciado hoje, o orçamento foi totalmente recomposto.

A liberação agora possibilitará que as universidades tenham tempo para gastar os recursos este ano, segundo o ministro da Educação, Abraham Weintraub. “Não queríamos que as universidades falassem que o governo soltou [os recursos] nos últimos dias do ano e não tivemos competência para gastar [em tão pouco tempo]. Vamos fazer a gestão deste fluxo de caixa aqui no MEC mesmo”, disse em coletiva de imprensa concedida hoje.

Segundo ele, o bloqueio de recursos do orçamento do MEC e de outros ministérios, no início do ano, foi necessário para “sinalizar ao mercado uma série de compromissos com a responsabilidade fiscal, com a boa gestão e com a Reforma da Previdência”.

De acordo com o MEC, a pasta segue com aproximadamente R\$ 2,9 bilhões contingenciados pelo governo federal.

“Não houve um descontingenciamento global do MEC”, explicou o secretário executivo do ministério, Paulo Vogel durante entrevista à imprensa. “Chegando próximo ao fim do ano, olhamos para o nível de execução do ministério e para as perspectivas econômicas. E conseguimos fazer este ajuste interno para liberar recursos de áreas que podemos ajustar mais perto do fim do ano.”

Narjara Carvalho

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Após Previdência, governo planeja enviar medidas econômicas ao Congresso; saiba quais são

Intenção da equipe econômica do governo é aprovar reformas tributária e administrativa, fazer mudanças no pacto federativo e acelerar privatizações.

A área econômica do governo Bolsonaro, chefiada pelo ministro Paulo Guedes, já tem praticamente fechado um amplo pacote de medidas para propor ao Congresso Nacional após a conclusão da reforma da Previdência. A intenção é apresentar o plano como uma agenda de "transformação" do Estado.

De acordo com interlocutores da equipe econômica, as propostas têm sido debatidas internamente nos últimos meses e só não foram apresentadas ainda para evitar ruídos no Legislativo e afastar problemas na aprovação da reforma da Previdência, considerada prioridade e cuja tramitação deve ser concluída nesta semana.

O pacote econômico vai prever ações com o objetivo de melhorar as contas do governo, dos estados e municípios, simplificar procedimentos e estimular o crescimento da economia, visando a geração de empregos. Várias das medidas já foram comentadas por autoridades do Ministério da Economia nos últimos meses.

O plano contempla quatro eixos básicos:

mudanças no chamado pacto federativo (regras sobre arrecadação, os campos de atuação dos estados e municípios e suas obrigações);
reforma administrativa (alteração de regras para o serviço público);
reforma tributária (mudanças nos tributos cobrados da sociedade);
aceleração do processo de privatizações (vendas de empresas públicas).

As linhas gerais da proposta

Partidos chegam a acordo para divisão de recursos de megaleilão de petróleo

MUDANÇAS NO PACTO FEDERATIVO

Considerado pela área econômica como o principal eixo do pretendido processo de transformação da economia, as mudanças no pacto federativo – conjunto de regras constitucionais que determina a arrecadação de recursos, os campos de atuação dos estados e municípios e suas obrigações para com os contribuintes – englobarão uma série de propostas.

Segundo informações iniciais do Ministério da Economia, com as mudanças no pacto federativo, a previsão é de um aumento de transferências de recursos aos estados e municípios, de cerca de R\$ 500 bilhões em 10 anos. Mas esse valor pode cair devido à "desidratação" da proposta de reforma da Previdência.

Apesar de destinar mais recursos aos estados e municípios, a proposta da área econômica é de que sejam vedados gastos adicionais desses entes em pessoal e custeio – de modo que as transferências adicionais feitas pelo governo sejam utilizadas para

investimentos e redução de dívidas.

Conheça os principais pontos das propostas de mudança no pacto federativo:

Divisão dos recursos do petróleo - junto com a divisão dos recursos do megaleilão de petróleo da cessão onerosa, o ministro Paulo Guedes já informou que o governo quer aumentar a destinação de recursos do pré-sal aos estados e municípios.

Fundeb - Governo deve propor a manutenção do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb), com aumento proposto no repasse da União de 10% para 15%, que seria feito por meio de recursos existentes nos fundos constitucionais. O valor proposto, porém, ficará abaixo da proposta da deputada Dorinha Rezende (DEM-TO) que torna o Fundeb permanente – pela qual a União teria que arcar com a alta dos repasses para 40%.

Descentralizar, desvincular e desindexar (DDD) - Além da descentralização de recursos (destinação maior de verbas do petróleo e do Fundeb para os estados e municípios), o plano do ministro Paulo Guedes prevê ainda a desindexação do orçamento (que as despesas deixem de crescer, na medida do possível, de acordo com indexadores) e a desvinculação de recursos (desobrigação de gastos em determinadas áreas). O plano ficou conhecido como "DDD". "Somos geridos hoje por um software [que controla a destinação dos recursos], programa que manda o dinheiro sair, em determinada proporção, e 96% está carimbado. Há uma inversão de valores. Em uma democracia madura, o Congresso assume os orçamentos públicos. O Congresso tem de assumir o controle orçamentário da República", explicou o ministro Guedes em setembro.

Reforço de gatilhos das regras fiscais - A regra do teto de gastos públicos (pelo qual as despesas não podem crescer acima da inflação do ano anterior) já prevê, no caso de seu descumprimento, uma série de "gatilhos" que seriam acionados como, por exemplo, a proibição para novos concursos, de reajustes aos servidores e de aumentos de gastos com subsídios. O problema é que o governo já vem adotando essas diretrizes nos últimos anos, mesmo sem o descumprimento do teto de gastos. Por isso, o plano, que deve prever o "reforço" desses gatilhos, tem como base propostas da PEC do deputado Pedro Paulo (DEM-RJ), relacionadas com a regra de ouro. De acordo com o Ministério da Economia, o governo analisa apoiar a interrupção do pagamento do abono salarial caso os limites sejam descumpridos e a redução temporária da jornada de trabalho de servidores, com redução salarial equivalente. Também avalia propor o corte de todas as remunerações acima do teto do Supremo Tribunal Federal (STF).

Conselho Fiscal da República - Governo vai propor a criação desse conselho, que vai reunir integrantes da área econômica, do Congresso Nacional, do Judiciário e dos estados. O presidente Jair Bolsonaro também poderá participar dos encontros. A ideia, segundo disse Guedes recentemente, é que o conselho analise a cada três meses a destinação dos recursos públicos. O conselho está sendo apelidado de "Copom das contas públicas". O Copom é o órgão do Banco Central que define os juros básicos da economia, com base nas metas de inflação. Já o Conselho Fiscal da República acompanhará a execução dos gastos públicos e o cumprimento das regras fiscais. Atualmente, há três normas fiscais a serem cumpridas: o teto de gastos (despesas não podem subir acima da inflação do ano anterior); a meta de déficit primário (despesas maiores do que receitas, sem contar juros da dívida) e a chamada regra de ouro (que impede que o governo contraia dívida para cobrir despesas correntes, como o pagamento de salário de servidores). A área econômica defende a manutenção das duas

primeiras, mas negocia alterações na regra de ouro.

Rodrigo Maia diz que reforma administrativa pode vir antes da tributária

REFORMA ADMINISTRATIVA

A área econômica informou que o governo está fazendo, nos últimos meses, um "grande diagnóstico" do serviço público e que conversa com especialistas, além de órgãos internacionais, como o Banco Mundial e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), para definir as bases de uma proposta de reforma administrativa a ser enviada ao Legislativo.

De acordo com as projeções contidas na proposta da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2020, os gastos com servidores públicos – a segunda maior despesa primária do orçamento (perdendo apenas para a previdência social) – avançariam de R\$ 326 bilhões, em 2019 (4,46% do Produto Interno Bruto - PIB), para R\$ 338,1 bilhões em 2020 (4,29% do PIB); para R\$ 350 bilhões em 2021 (4,14% do PIB); e para R\$ 363,3 bilhões (4% do PIB) em 2022.

O impacto da reforma administrativa nas contas públicas, segundo a última previsão do Ministério da Economia, deve começar em 2021.

Veja pontos da reforma administrativa pretendida pelo governo:

Regime jurídico para novas contratações de servidores - O governo avalia flexibilizar as regras de contratação de novos servidores públicos. Está em estudo, por exemplo, a contratação de celetistas e de funcionários temporários, que não teriam estabilidade no cargo, via concurso público. Atualmente, os servidores públicos estatutários da administração direta, de autarquias ou de fundações públicas têm direito à estabilidade após três anos de efetivo exercício, desde que aprovados em avaliação especial de desempenho. Isso vale para todos os poderes da União, de estados, do Distrito Federal e dos municípios. Quem faz concurso para empresas públicas e sociedades de economia mista é chamado de empregado público e está submetido ao regime jurídico estabelecido pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Salário - Nas novas contratações, o objetivo é aproximar o salário inicial da "realidade do mercado", o seja, do setor privado. Estudo do Banco Mundial diz que o setor público federal paga, em média, salários 96% superiores aos pagos pelo setor privado formal. O levantamento foi feito com base em dados de 2017.

Progressão de carreira - Atualmente, há uma tabela de progressão salarial com 13 níveis. A intenção do governo é que a progressão tenha mais níveis, de modo que os servidores demorem mais tempo para chegar ao salário final da carreira.

Número de carreiras - Atualmente, há mais de 300 tipos de carreiras no serviço público. A proposta é reduzir para algo entre 20 ou 30 carreiras. Segundo o governo, isso vai racionalizar o sistema e permitir uma maior "mobilidade" para os servidores.

Avaliação de servidores - O governo quer aprimorar o sistema de avaliação de servidores públicos. "Estamos vendo as melhores práticas internacionais para criar um mecanismo onde o servidor se sinta engajado, tenha reconhecimento. No futuro, a gente quer um mecanismo onde a atuação do servidor tenha um peso muito importante para o seu crescimento", disse o secretário especial de Desburocratização do Ministério da Economia, Paulo Uebel, em agosto.

Reforma tributária pode injetar R\$ 120 bi por ano na economia

REFORMA TRIBUTÁRIA

O governo vai finalmente enviar, ao Legislativo, sua aguardada proposta de reforma tributária – o que foi evitado, até o momento, em razão da prioridade ao processo de aprovação da reforma da Previdência Social.

Enquanto aguardava o "timing" correto, o governo viu caminhar mais fortemente no Congresso Nacional duas propostas: a PEC 45/2019, que tramita na Câmara dos Deputados e abrange cinco tributos, que seriam transformados em um único, que incidiria sobre o consumo e seria cobrado no destino; e a PEC 110/2019, discutida no Senado Federal, e pela qual seriam extintos nove tributos e substituídos por um imposto sobre bens e serviços.

A simplificação da cobrança de impostos é considerada por especialistas como fundamental para a retomada do crescimento econômico.

Analistas e investidores reclamam do elevado número de tributos e da complexidade e dizem que isso afasta investimentos.

No caso do ICMS estadual, por exemplo, há 27 diferentes legislações vigentes no país. A reforma tributária, com várias propostas discutidas nos últimos 30 anos, sem sucesso, é avaliada como sendo de alta complexidade.

Veja pontos da proposta que o governo pretende apresentar de reforma tributária:

IVA dual - Diferentemente das duas propostas que tramitam no Congresso Nacional (na Câmara e no Senado Federal), a área econômica não vai propor, em um primeiro momento, a unificação dos tributos federais, estaduais e municipais em um imposto sobre valor agregado (IVA). A proposta do governo vai encampar a unificação do PIS e da Cofins (considerados mais problemáticos), incorporando, em um segundo momento, o Imposto Sobre Produtos Industrializados (IPI). Depois, os estados e municípios que aprovarem a alteração, em suas assembleias legislativas, poderão "acoplar" o ICMS e o ISS ao IVA do governo.

Folha de pagamento - A área econômica continua avaliando formas de desonerar a folha de pagamento das empresas, depois que a proposta de retomar a cobrança de um tributo nos moldes da extinta CPMF caiu por terra – junto com o ex-secretário da Receita Federal, Marcos Cintra, que a defendia. Recentemente, o governo informou que está negociando a redução das alíquotas do Sistema S, cobradas na folha, que variam, atualmente, de 0,3% a 2,5%, dependendo do ramo de atividade, mas outros estudos estão sendo feitos para desoneração da folha.

Tributação de lucros e dividendos: representantes da área econômica, e o próprio presidente Jair Bolsonaro, já informaram que pretendem propor a retomada da tributação de lucros e dividendos distribuídos aos cotistas e acionistas de empresas. Esse tributo deixou de ser cobrado pelo Brasil em 1995. Atualmente, o país é um dos poucos no cenário internacional que não opera com essa tributação.

Imposto de Renda Pessoa Jurídica: em contraponto à ideia de tributar a distribuição de lucros e dividendos, o Ministério da Economia também vai propor a redução do

Imposto de Renda cobrado das empresas. A carga tributária das empresas, segundo informou o ministro Guedes em janeiro, é de 34%, mas a área econômica quer reduzir a tributação para um patamar mais próximo do praticado em outros países. A ideia é que a alíquota seja reduzida para algo próximo a 20%. Informações de interlocutores da área econômica são de que essa redução seria gradual, com o passar dos anos.

Imposto de Renda Pessoa Física: o ministro da Economia, Paulo Guedes, indicou que o governo quer diminuir as deduções do Imposto de Renda da Pessoa Física, como em Saúde e Educação, mas a área econômica também informou que pode reduzir a alíquota máxima atual, de 27,5%, para 25%, algo que compensaria a redução das deduções. Outro objetivo é promover uma simplificação das regras. As alíquotas, atualmente cobradas nas faixas de renda, também podem mudar.

Benefícios fiscais: a proposta de reforma tributária do governo também vai prever a revisão até 2022 de cerca de R\$ 100 bilhões concedidos por meio de subsídios (renúncias fiscais), segundo informações da área econômica. A revisão acontecerá durante os próximos três anos, e a ideia é revisar cerca de R\$ 35 bilhões (0,5% do PIB) a cada ano. A medida não representa, necessariamente, a eliminação dos subsídios. Isso porque poderá ser feita a realocação de recursos, ou seja, o governo pode eliminar alguns subsídios, autorizar novos ou substituir alguns já existentes.

Governo quer acelerar as privatizações no país

PRIVATIZAÇÕES

O Ministério da Economia informou, no começo deste mês, que o governo já levantou R\$ 96,2 bilhões (US\$ 23,5 bilhões) em privatizações, desinvestimentos, concessões e venda de ativos neste ano.

O valor ultrapassa a meta estabelecida pelo governo, de US\$ 20 bilhões em 2019. A pasta não soube informar, no entanto, quanto do total efetivamente já entrou no caixa da União. O objetivo da área econômica é caminhar o mais rápido possível com o processo de desestatização.

O governo federal contabilizou, em outubro, 205 empresas estatais de controle direto ou subsidiárias. O balanço anterior, divulgado pela pasta em agosto, informava que eram 133 empresas.

A mudança se deve à inclusão no levantamento de empresas subsidiárias que atuam no exterior e de Sociedades de Propósito Específico (SPEs), criadas em sociedade com empresas privadas para executar projetos determinados, especialmente no setor elétrico.

Segundo o último balanço, as estatais ainda possuem participações minoritárias em 432 empresas privadas – totalizando uma atuação da União em 637 empresas, entre públicas e privadas.

Em agosto, o governo federal anunciou um plano para privatizar nove empresas estatais:

Telecomunicações Brasileiras S/A (Telebras);
Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (Correios);
Companhia Docas do Estado de São Paulo (Codesp);
Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social (Dataprev);

Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro);

Empresa Gestora de Ativos (Emgea);

Centro de Excelência em Tecnologia Eletrônica Avançada (Ceitec);

Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo (Ceagesp);

Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias (ABGF).

O secretário de Desestatização, Desinvestimento e Mercados do Ministério da Economia, Salim Mattar, informou neste mês que o valor arrecadado com privatizações aumentará até o final do ano e que o governo deve se concentrar na venda de participações do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) em empresas de capital aberto.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Reitoria da Unila planeja normalizar serviços depois de desbloqueio de verba do MEC, em Foz do Iguaçu

Durante o contingenciamento, Unila reduziu os serviços de segurança e higiene, e viagens. Liberação de verba para as instituições federais de ensino foi anunciado na sexta-feira (18).

Com o desbloqueio total no orçamento das instituições federais de ensino, anunciado pelo Ministério da Educação (MEC) na sexta-feira (18), a Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila) de Foz do Iguaçu, no oeste do Paraná, informou que planeja normalizar os serviços de segurança e higiene.

De acordo com o reitor, Gleisson Brito, durante o contingenciamento, a Unila também reduziu os gastos com viagens.

Conforme a instituição, a verba do custeio desses serviços representa R\$ 12 milhões, dos R\$ 13,8 milhões que estavam bloqueados.

Segundo a Unila, o uso de reagentes químicos tinha sido suspenso para as pesquisas em laboratório e estavam liberados apenas para as aulas.

O transporte de alunos entre as unidades também foi reduzido.

"No nosso grupo de pesquisa, a gente passou a comprar o básico, como as luvas, para a utilizar no laboratório. Sai do próprio bolso do professor ou do aluno", contou o universitário Samuel Chagas.

Bloqueio do orçamento

O bloqueio de 30% do orçamento das instituições federais de ensino, feito pelo MEC, ocorreu em abril.

Em setembro, o Governo Federal desbloqueou a metade das verbas de custeio.

Enquanto o orçamento estava parcialmente bloqueado, conforme a Unila, a instituição pagou em dia as bolsas de assistência, as contas de água, luz e telefone.

Segundo a reitoria, a Unila não tem prédios próprios e paga cerca de R\$ 3 milhões de aluguel.

De acordo com o reitor, a prioridade da instituição foi garantir a segurança jurídica e institucional.

"Com a primeira parte do descontingenciamento, nós optamos por manter as contas da universidade no azul e entrar 2020 sem débitos com os nossos credores e nenhum dos nossos locatários", explicou.

FOLHA DE S. PAULO - SP - COTIDIANO

MEC libera R\$ 1,1 bilhão para universidades e institutos

Valor virá de remanejamento interno e de órgãos ligados à pasta, como a Capes Brasília

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, anunciou nesta sexta-feira (18) que a pasta vai liberar todo o orçamento das universidades e institutos federais bloqueados neste ano.

O MEC informou que os recursos para essa liberação serão remanejados de ações da pasta e de órgãos ligados a ela, o FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação), a **Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior)** e o Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacionais).

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=48924&_mather=e8b9c2fe029587b9&anchor=6131909&pd=d587cf1008d339bde00d19a72556f68e

topo ↕

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA

Liberado R\$ 1 bi para universidades

O Ministério da Educação (MEC) anunciou ontem o descontingenciamento de pouco mais de R\$ 1 bilhão do orçamento das universidades federais, realizado a partir de remanejamento interno do MEC. "Cem por cento de todo o orçamento para o custeio das universidades federais e institutos estão sendo descontingenciados neste momento", disse o ministro da Educação, Abraham Weintraub.

O MEC, na verdade, não recebeu nenhum desbloqueio da Casa Civil e do Ministério da Economia. "O que a pasta fez foi realocar recursos de outras áreas para o orçamento das universidades e institutos. Ainda seguem bloqueados recursos de outras áreas dentro do ministério", explicou.

O ministro afirmou ainda que o bloqueio de recursos não atrapalhou as atividades nas instituições, mesmo com a suspensão de aulas noturnas por falta de vigilância e de serviços de limpeza. "Foi feita uma boa gestão. Administramos a crise na boca do caixa. Vamos terminar o ano com tudo rodando bem", acrescentou.

De acordo com o secretário executivo do ministério, Paulo Vogel, estão sendo liberados R\$ 1,1 bilhão dos R\$ 19,6 bilhões que já estavam previstos para as despesas discricionárias do MEC. "Todas as universidades e institutos federais estão tendo o custeio integralmente liberado", afirmou Weintraub. "Estamos descontingenciado o restante que ainda estava bloqueado. Estávamos em torno de 85% já descontingenciado e, agora, chegamos a 100%".

O anúncio inicial de contingenciamento causou uma crise, após Weintraub justificar que

os cortes aconteceriam devido à “balbúrdia em universidades”. Durante a coletiva, o ministro afirmou que não se arrepende da fala. Governos anteriores também realizaram contingenciamento de recursos.

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - COTIDIANO

Gestão Covas identifica irregularidades em cerca de 120 creches e desvios de R\$ 10 mi

Prefeitura anuncia mudanças em regras para unidades em meio a investigação da máfia das creches

São Paulo

A gestão Bruno Covas (PSDB) identificou irregularidades em cerca de 120 creches conveniadas e possíveis desvios de quase R\$ 10 milhões. As unidades, administradas por 35 organizações sociais, podem acabar descredenciadas ao final do processo.

O anúncio dos problemas detectados vem em meio à apuração da existência de uma máfia das creches na cidade de São Paulo. As unidades têm cerca de 15 mil alunos dos 338 mil na cidade.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/10/gestao-covas-identifica-irregularidades-em-120-creches-e-desvios-de-r-10-mi.shtml>

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - SONIA RACY

Destino certo

As escolas municipais não serão afetadas pelo PL 611 – aprovado na quarta-feira, na Câmara, e que compõe o Plano de Desestatização. Quem garante à coluna é Bruno Covas. O projeto, que passou sem alarde, autoriza a Prefeitura a privatizar 41 terrenos públicos mas ainda não chegou para a sanção do prefeito.

O destino de pelo menos quatro imóveis da Secretaria da Educação já está decidido: serão alienados para terceiros tão logo terminem as obras do antigo Cine Marrocos. O cinema será a nova sede da secretaria, que reunirá no prédio todas as unidades.

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - METRÓPOLE

MEC: bloqueio de verbas de universidades acabou

Com última liberação ontem, instituições voltam a contar com R\$ 1,1 bi para luz, água e terceiros; governo alega realocação interna

O Ministério da Educação (MEC) anunciou ontem o descontingenciamento do orçamento das universidades federais. “Cem por cento de todo o orçamento para o custeio das universidades federais e institutos está sendo descontingenciado neste momento”, disse o ministro Abraham Weintraub.

Segundo ele, o contingenciamento não chegou a prejudicar nenhuma das ações da pasta. “Foi feita uma boa gestão. Administramos a crise na boca do caixa. Vamos terminar o ano com tudo rodando bem”, afirmou.

De acordo com o secretário executivo do MEC, Paulo Vogel, será liberado R\$ 1,1 bilhão (R\$ 771 milhões para as universidades e R\$ 336 milhões para os institutos

federais). Segundo a pasta, a medida foi possível pela realocação interna de recursos do MEC, sem nova liberação pelo Ministério da Economia.

Em entrevista coletiva ontem para anunciar o descontingenciamento, Weintraub disse que o orçamento para 2020 é o mesmo deste ano e ressaltou que receitas adicionais poderão ser conseguidas pelo Future-se. O programa incentiva a captação de verba privada pelas universidades federais.

Em abril, o MEC anunciou o bloqueio de 30% das despesas discricionárias de universidades e institutos federais. Esses recursos são usados para o pagamento de despesas como contas de água, luz e contratos de funcionários terceirizados.

Com o bloqueio dessas verbas, as universidades federais enfrentaram dificuldades. Como o Estado mostrou, houve paralisação de obras em andamento, redução de uso de equipamentos como ar-condicionado, para economizar energia, e de autorizações para atividades de campo. A concessão de bolsas de intercâmbio também ficou prejudicada.

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - METRÓPOLE

Prefeitura de SP vê problemas em 116 creches

Auditoria realizada pela Prefeitura de São Paulo identificou indícios de irregularidade na prestação de contas de 116 creches da cidade, das quais quatro tiveram contratos com a gestão Bruno Covas (PSDB) encerrados.

Parte da rede conveniada de creches é suspeita de superfaturar contratos de aluguel e comprar menos merenda do que declarava à administração. Ao iniciar as apurações, conferindo a contabilidade dessas associações, a Prefeitura identificou que elas também deixavam de recolher impostos, em um total próximo de R\$ 10 milhões.

As 112 creches que ainda não foram suspensas têm até a semana que vem para apresentar a defesa à Prefeitura. Covas afirmou que a administração está “preparada para substituir” as creches expulsas da rede para não prejudicar as crianças.

A cidade tem 2.960 creches gerenciadas pelo setor privado, em parceria com a Prefeitura. Essas suspeitas foram identificadas pela Controladoria-Geral do Município, que fez auditoria nas contas das entidades. “Na prestação de contas, havia agendamento de pagamentos”, diz o controlador-geral Gustavo Úngaro. “As contas não eram pagas e o agendamento, cancelado.”

Diante das irregularidades, a Prefeitura anunciou mudanças no credenciamento. No lugar de um ano de experiência na área, as entidades terão de comprovar pelo menos dois. Também terão de estar inscritas no Conselho Municipal dos Direitos da Criança, ter Título de Utilidade Pública e seus titulares não podem ter antecedentes criminais. O secretário municipal de Educação, Bruno Caetano, disse que outras mudanças, envolvendo o pagamento de merendas, estão em estudo.

Um servidor público, da Diretoria de Ensino de Guaianases, na zona leste, foi afastado por suspeita de facilitar as fraudes.

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - METRÓPOLE

Inscrições para Fuvest chegam a 129 mil

As inscrições para o vestibular da Fuvest, responsável pelo processo seletivo da Universidade de São Paulo (USP), chegaram a 129.148 neste ano. O número é maior do que o registrado na edição anterior (127.786). A carreira de Medicina – em São Paulo, Bauru e Ribeirão Preto – é a mais concorrida da USP.

O aumento do prazo de inscrição, que passou para 40 dias, contribuiu para a alta na procura, segundo a Fuvest. Para 2020, a USP oferece 11.147 vagas em 106 carreiras de graduação. Do total, 8.317 são destinadas à seleção pela Fuvest.

Outras 2.830 vagas são voltadas para o Sistema de Seleção Unificada (Sisu), que considera notas obtidas no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). As provas da primeira fase da Fuvest ocorrerão em 24 de novembro.

topo ↕

O GLOBO - RJ - SOCIEDADE

MEC libera verba de custeio das universidades

R\$ 1,1 BILHÃO

O Ministério da Educação (MEC) anunciou ontem uma realocação de recursos dentro da pasta e descontingenciou toda averba de custeio das instituições federais de ensino superior. De acordo com o ministério, R\$ 1,1 bilhão será liberado para universidades e institutos federais.

Os valores não são recursos novos. Eles foram remanejados dentro da própria pasta, embora o ministério não tenha detalhado de onde saiu o dinheiro. Em relação ao orçamento de todo o MEC, incluindo recursos de todas etapas de ensino, o bloqueio de verbas segue em R\$ 2,86 bilhões.

— Não houve descontingenciamento global do MEC. O que fizemos foi uma realocação de recursos dentro da pasta — explicou o secretário-executivo, Antonio Vogel. Presidente da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições de Federais de Ensino Superior (Andifes), João Carlos Salles afirmou que o descontingenciamento mostra o reconhecimento do MEC de que a execução de todo o orçamento é fundamental para manter o funcionamento das universidades. — Estamos esperando o dinheiro chegar ao nosso sistema. Não seria possível desempenhar bem a tarefa sem ter 100% do orçamento. Mas ainda falta liberar 50% da verba para investimento. Vamos trabalhar para isso — disse. Reitora da UFRJ, a maior universidade do país, Denise Carvalho afirmou que, mesmo com a liberação do recurso, manterá as medidas de racionamento adotadas para tentar trazer mais equilíbrio ao caixa da instituição. A UFRJ tem um déficit de cerca de R\$ 170 milhões.

— Estamos devendo muitos meses da conta de luz. Estamos fazendo o nosso dever de casa, então espero que o ministro cumpra o que prometeu — afirmou. As instituições já planejam como o dinheiro será usado. A Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), por exemplo, voltará a liberar o uso do ar-condicionado, proibido desde agosto. Também retomará seu Programa Integrado de Bolsas (PIB), o que permitirá que bolsistas de iniciação científica e extensão retornem às suas atividades a partir de novembro.

A Ufes, no entanto, manterá em vigor medidas de economia tomadas desde agosto, como bloqueio de ajuda de custo aos estudantes para eventos, corte de 50% nas despesas de manutenção de equipamentos, de material de consumo e alteração na

frequência da limpeza.

SEM ARREPENDIMENTO

Em abril, foram contingenciados R\$ 2,4 bilhões do orçamento discricionário das federais. Na época, o ministro da Educação, Abraham Weintraub, afirmou que o bloqueio aconteceria em universidades interessadas em promover “balbúrdia” —mas, na verdade, o MEC contingenciou 30% do orçamento discricionário de todas as instituições federais. Como reação à fala de Weintraub e ao bloqueio orçamentário, milhões de pessoas foram às ruas para cobrar mais investimentos na Educação. Questionado ontem se estava arrependido da afirmação, o ministro negou. —Não me arrependo. Vou repetir, salientar e reforçar que, pela primeira vez, há um governo que tem respeito pelo dinheiro do pagador de imposto. As universidades são caríssimas, tem universidade que custa R\$ 4 bilhões por ano — disse o ministro. — Universidade não é lugar para fazer festa onde morre gente, não é lugar para produzir metanfetamina e nem plantar maconha. Após o bloqueio de R\$ 2,4 bilhões, o MEC foi fazendo liberações ao longo do ano para recompor o orçamento — em setembro, desbloqueou R\$ 1,15 bilhão. Ontem, chegou ao R\$ 1,1 bilhão que faltava. Segundo a pasta, serão R\$ 771 milhões para universidades e R\$ 336 milhões para institutos federais. Durante a entrevista coletiva, Weintraub disse que a medida é fruto do reaquecimento da economia. Segundo especialistas, com a liberação dos recursos o governo abrandou o cenário para a discussão do Future-se, programa do MEC para financiamento das universidades federais. Na coletiva, o ministro afirmou que a expectativa é de cerca de 20 universidades aderirem ao programa num primeiro momento. No entanto, algumas das principais instituições do país, como a UFRJ, a UNB e a Unifesp, já se manifestaram contra o programa. O Brasil tem 63 universidades federais.

“Universidade não é lugar para fazer festa onde morre gente, não é lugar para produzir metanfetamina” _ Abraham Weintraub, ministro da Educação

ÓCULOS ESCUROS

O ministro afirmou que os recursos foram liberados agora, ainda em outubro, para as universidades usarem o dinheiro antes do fim do ano. Ao final da coletiva, Weintraub colocou óculos escuros em referência a um “meme” popular nas redes sociais para indicar “lacrção”, e afirmou “Ab (Abraham) is out!”. Depois, soltou o microfone na mesa. Questionado se estaria deixando o comando da pasta, Weintraub explicou que se tratava apenas de um “Sextou!”, expressão utilizada para comemorar a chegada do fim de semana.

“Estamos devendo muitos meses da conta de luz. Estamos fazendo o nosso dever de casa, espero que o ministro cumpra o que prometeu” _ Denise Carvalho, reitora da UFRJ

topo ↕

ÉPOCA - RJ - BRASIL

O MINISTRO DO CONFRONTO

Ao completar seis meses de governo, Abraham Weintraub coleciona polêmicas e ofusca o debate sobre os desafios, que não são poucos, à frente do Ministério da Educação

Abraham Weintraub tem tão pouca intimidade com a língua portuguesa que, nesta semana, uma reportagem publicada em um site listou 11 erros cometidos pelo ministro da Educação ao elaborar um guia de ajuda aos estudantes que farão a prova do Enem neste ano. Entre um tuíte em que escreveu que “havia emendas parlamentares de R\$ 55 milhões” (o correto é “havia”, já que “haver”, verbo impessoal, não é flexionado no sentido de “existir”) e outro com uma reclamação contra fake news sobre “calúnias nas quais eu insitaria a violência” (a ortografia certa é “incitaria”), os exemplos são muitos. Mas a principal preocupação de Weintraub nos seis meses em que está à frente do Ministério da Educação (MEC), completados na semana passada, tem mais a ver com o conteúdo do que com a forma. Seu estilo direto, considerado ofensivo pelos muitos alvos, mas visto como um sinal de sinceridade pelos aliados, já lhe rendeu cerca de 60 interpelações judiciais, uma média de uma a cada três dias no cargo. Nenhum outro ministro do governo alcançou tal feito.

Um evento em uma manhã de segunda-feira nublada na capital paulista, há algumas semanas, ilustra a atuação do ministro. O vice-governador de São Paulo, Rodrigo Garcia, terminara de proferir um sonolento discurso, em ritmo pausado, quando o locutor anunciou o nome de Weintraub. Ele colocou-se um passo à frente dos políticos no palanque, gastou um minuto para tirar o paletó e afrouxar a gravata e avisou: “Sou assim mesmo, mais informal”. Demorou pouco para criticar quem acabara de lhe anteceder. Garcia havia elogiado a presença no palco de políticos que deixavam as ideologias de lado para garantir algum consenso, o que, naquele caso, significava a entrega de ônibus escolares a crianças e adolescentes pelo governo federal. “Eu discordo. Estou aqui, sim, pela ideologia, a ideologia de dizer a verdade. Eles querem escravizar a gente, é disso que se trata, escravidão”, discursou, deixando Garcia ruborizado. Weintraub seguiu o raciocínio: “A educação, e não o ensino, foi, sim, um veículo para escravizar o povo brasileiro”. De pé, o deputado federal Eduardo Bolsonaro (PSL-SP) assentia com a cabeça. “A eleição do presidente Bolsonaro é a pedra fundamental dessa mudança. Onde dois mais dois é igual a quatro, maçã é maçã, pera é pera. As coisas são claras. Quem rouba tem de ir para a cadeia. Muito obrigado”, encerrou o ministro.

O estilo de Weintraub já o colocou na mira da Comissão de Ética Pública, vinculada à Presidência da República como instância consultiva, onde responde a um processo e corre o risco de enfrentar outros dois. O ministro é alvo de um procedimento em razão de uma de suas muitas publicações no Twitter, rede social em que amealhou 320 mil seguidores em seis meses — não é nenhum Sergio Moro, com 1,5 milhão, mas tem quase o dobro dos 180 mil seguidores do colega Augusto Heleno, do Gabinete da Segurança Institucional. Após a apreensão de 39 quilos de cocaína na Espanha em um avião da Força Aérea Brasileira (FAB) que integrava a comitiva de Bolsonaro, Weintraub escreveu que petistas eram “amigos de traficantes como as Farc (Forças Armadas

Revolucionárias da Colômbia)” e que “no passado o avião presidencial já transportou drogas em maior quantidade. Alguém sabe o peso do Lula ou da Dilma?”.

Confrontado, o ministro não recuou e dobrou os ataques em sua defesa prévia, por escrito, à comissão: “Foi uma forma bastante amena e bem-humorada de catalogar os exmandatários (...). Vale ressaltar ainda que caberia a um deles pelo menos uma série de qualificações ainda mais contundentes, tais como bandido, criminoso, presidiário e

marginal, dentre outros, e à outra, críticas ainda mais mordazes do que ser chamada meramente de ‘uma droga’”, afirmou, no documento.

O processo foi instaurado por unanimidade. Conselheiros chegaram a comentar, de forma reservada, que, se o ministro quer ser comediante, está no lugar errado. As outras duas reclamações contra ele, com chances elevadas de se tornarem processos, também envolvem ofensas pessoais. Numa postagem sobre o grupo de petistas que ganhou na Mega-Sena em 19 de setembro, disparou outro petardo: “Dois eventos praticamente impossíveis na mesma notícia: ganhar sozinho na Mega-Sena e petista ficar milionário sem roubar... estou com medo de ver um Saci-Pererê hoje”. Em outras, chamou o presidente da França, Emmanuel Macron, de “calhorda oportunista” e “cretino”. A Comissão de Ética pode desde aplicar uma advertência até recomendar a exoneração do servidor ao presidente da República por conduta grave contra padrões éticos. O mandatário, contudo, não é obrigado a acatar a sugestão.

É nula a possibilidade de Bolsonaro aplicar medidas ao subordinado em decorrência das ofensas que espalha. Desfrutando cada vez mais do apoio dos filhos do presidente — considerado o núcleo de maior confiança do ex-capitão —, ele não enfrenta o fogo amigo da militância virtual bolsonarista, que atinge militares, políticos e técnicos do governo.

Em contraponto às críticas vindas de opositores ou alvos de sua ira, as descrições sobre Weintraub são bem mais generosas entre os parlamentares alinhados com o governo: bem-humorado, educado, gentil. A suposta agressividade, segundo eles, é na verdade o jeito transparente e direto de ser. O deputado Carlos Jordy (PSL-RJ), que tem bom trânsito no ministério, contou que Weintraub é brincalhão, fala palavrão nos momentos informais e que o termo popularizado por ele virou uma espécie de piada. “Às vezes, dependendo do contexto, a gente brinca: ‘Vamos parar de balbúrdia’”, disse o parlamentar, em referência à expressão usada pelo ministro para anunciar cortes nas verbas das universidades públicas, o que provocou os maiores protestos contra o governo Bolsonaro em seus pouco mais de dez meses de existência.

Weintraub não é um neoconvertido ao bolsonarismo. Ele e o irmão, Arthur, hoje assessor especial da Presidência, começaram a sair do anonimato na política quando caíram nas graças do então deputado Onyx Lorenzoni, em 2017, durante uma audiência na Câmara dos Deputados sobre a Previdência. Foi Lorenzoni que os apresentou, logo depois, a Bolsonaro. Ambos passaram a elaborar uma proposta de reforma da Previdência muito antes de Paulo Guedes juntar-se ao time e passar a liderar as discussões. Desde essa época até ser escolhido como ministro da Educação, responsável pelo segundo maior orçamento da Esplanada, Weintraub demonstrou lealdade, trabalhando de forma voluntária para o atual presidente quando as chances de Bolsonaro ser eleito pareciam remotas.

O economista entrou no governo com a nova gestão, como secretário-executivo da Casa Civil, chefiada por Lorenzoni. Naquele momento, ainda costumava se apresentar como Abraão, por ser mais fácil de pronunciar e de entender que Abraham. Seu nome foi cogitado seriamente para o MEC pela primeira vez em um voo de mais de 17 horas entre Tel Aviv e Brasília, na primeira quarta-feira de abril. No domingo, apenas quatro dias depois, foi feito o convite oficial. Na época, a gestão de Ricardo Vélez Rodríguez, um professor colombiano indicado pelo ideólogo de direita Olavo de Carvalho, já havia

se revelado um desastre.

Apesar da muita espuma de suas declarações, Weintraub colocou a máquina do MEC para funcionar. Entre suas principais iniciativas está o Future-se, um programa que ataca o problema crônico de falta de recursos das universidades e institutos federais. O objetivo declarado do governo é levantar até R\$ 100 bilhões para as instituições, por meio de fundos públicos e do setor privado, além de permitir a busca de outras fontes de financiamento para atenuar a penúria atual. Alguns educadores apontaram pontos positivos na proposta, outros fizeram restrições, mas o debate acabou contaminado pela ideologia. De um lado, professores e sindicatos acusam o governo de querer “privatizar” as universidades de forma disfarçada. De outro, Weintraub ameaçou ir atrás das “zebras gordas” — professores que ganham acima de R\$ 15 mil por mês.

Outra briga que o ministro promete comprar é com as universidades privadas, que ganharam muito dinheiro ao conceder bolsas de estudo sem critério por meio do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies). Agora, ameaçadas pelo calote e em busca de ajuda do governo, ouviram a seguinte declaração: “O que o governo vai fazer por vocês? Nada. Vocês têm de se virar”. No plano do ensino fundamental, a aposta é nas escolas cívicomilitares, cuja gestão é compartilhada entre órgãos militares e o Executivo, e a efetividade questionada por especialistas. Embora seu desempenho seja acima da média, isso se deveria mais ao perfil dos alunos e a outros fatores do que à disciplina verde-oliva.

A vida política do ministro da Educação é recente. Antes disso, ele teve uma longa e bem-sucedida carreira no mercado financeiro e uma nem tão duradoura nem tão destacada passagem pela academia. Weintraub atuou por quase 20 anos no setor bancário, a maior parte no banco Votorantim, onde começou como office boy e chegou a economista-chefe e diretor da corretora. Ex-presidente do Votorantim, Wilson Masao Kuzuhara disse ter ainda hoje boa relação com o ex-funcionário, a quem se refere como alguém inteligente e ambicioso, desde os primeiros anos no banco. “O fato de ter assumido o Ministério da Educação sem ter um currículo que o sustentasse nisso mostra o peso dessa ambição”, afirmou Kuzuhara. Embora se lembre de Weintraub como um sujeito que “nunca foi de fazer média para agradar aos outros”, também o tinha como “alguém civilizado, que não passava por cima ou tentava destruir eventuais adversários” pelo caminho. “O ambiente dele hoje é muito mais hostil”, disse.

Weintraub foi demitido do grupo Votorantim depois de uma mudança na direção do banco, com a venda de 50% da instituição para o Banco do Brasil. Foi então recomendado pelo antigo chefe para uma vaga na Quest Investimentos. Um contemporâneo do pouco tempo em que Weintraub trabalhou na gestora de recursos, com sede em São Paulo, lembrou que a impressão mais forte que o agora ministro deixou nos colegas foi a de sempre apresentar uma solução aparentemente fácil para um problema complexo. “Ele se achava mais inteligente que todo mundo, sempre tinha uma proposta mágica e mirabolante na manga. Obviamente que essas ideias não eram nada de novo. Outras pessoas já as tinham considerado e achado arriscadas demais”, relembrou o colega, que, em tempos de brigadas bolsonaristas nas redes, pediu para seu nome não ser revelado.

Entre 2007 e 2010, Weintraub assinou uma série de artigos no jornal Valor Econômico, do Grupo Globo. O tom era bem-humorado e mais ameno, distante da retórica bélica

atual. No discurso de encerramento da Conferência de Ação Política Conservadora (CPAC), no último domingo, ele acusou o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso de abrir o caminho para Lula, assim como a aids abre caminho para a morte por tuberculose. Quando falava a língua do mercado, há alguns anos, as palavras saíram diferentes. “A inflação acabou há 13 anos, existe equilíbrio fiscal, o BC (Banco Central) tem liberdade operacional para atuar conforme critérios técnicos internacionais e o câmbio é flutuante”, comemorou, em 2007, ao projetar um cenário positivo para o país.

Antes de entrar na política, Weintraub teve uma longa carreira no mercado financeiro, onde chegou a economista-chefe de um banco. A carreira acadêmica foi mais curta e menos bem-sucedida

Em 2010, último ano do governo Lula, Weintraub previa a intensificação do embate ideológico e um cenário de retrocesso democrático mundial, com um “enfraquecimento institucional e diminuição de liberdades individuais”. Mas, na cabeça do então diretor do Votorantim, o Brasil do futuro não seria “fagulha do renascimento libertário econômico ou político, tampouco um vetor obscurantista”. Escreveu: “Nessa idade de incertezas, o Brasil, moreno faceiro, é um país inteligente o bastante para não ser radical. Historicamente, nossos movimentos são suaves”. Quando questionado em conversas sobre se existe alguma contradição entre o que pensava antes e o país de hoje, o ministro refuta a hipótese e reforça que não há cerceamento de liberdades, tampouco enfraquecimento das instituições, e que “o Congresso segue aberto, e a imprensa livre”.

No dia a dia, Weintraub tenta fazer o estilo “gente como a gente”. Gaba-se, nas redes sociais, de almoçar no bandejão do ministério. Costuma ir com mais frequência à lanchonete, que fica ao lado do restaurante, onde quase sempre pede omelete. Dos tempos de mercado financeiro, mantém a vestimenta impecável, com camisas com abotoaduras, terno completo, incluindo o colete, sapatos muito bem engraxados, toda segunda-feira. As gravatas, apesar da sugestão de assessores, destoam: são temáticas e de cores fortes. Nos fins de semana, já foi visto algumas vezes num restaurante do Lago Sul frequentado pelos ministros Sergio Moro e Paulo Guedes, o Avenida Paulista. Nessas ocasiões, suas preferências gastronômicas costumam ser menos frugais. Como entrada, gosta de burrata e salada. Como prato principal, opta pelo lagostim. Costuma aparecer no local aos sábados vestido informalmente, de bermuda e camiseta.

A mulher, Daniela Weintraub, e os três filhos se mudaram para Brasília, depois de Weintraub passar alguns meses na ponte aérea nos fins de semana para ver a família. Em julho, quando passavam férias na pacata Alter do Chão, à beira do Rio Tapajós, o ministro e a família foram abordados por militantes, que os intimidaram enquanto jantavam. Os manifestantes empunhavam cartazes e protestavam contra o corte de verbas para as universidades. Em resposta à investida, Weintraub subiu em um banquinho e fez um discurso inflamado. Ao final, com a filha caçula aos prantos em seu colo, assustada, ele bateu boca com um homem de ascendência indígena: “Não é porque você está com um cocar que você é mais brasileiro que eu, seu babaca”.

Nas horas vagas, Weintraub gosta de tocar saxofone e gaita. Com alguma frequência, publica vídeos nas redes sociais fazendo duetos com o irmão ao violão. Nem nos momentos de lazer, porém, deixa de pensar no ex-presidente Lula. Chegou a postar um vídeo improvisando uma paródia em que comemorava o fato de o petista estar “enjaulado”. Quem conhece Weintraub desde o tempo da transição do governo nota

uma guinada em seu estilo. “Aguçou um pouco mais como ministro, mas ele sempre foi autêntico e está 100% alinhado ao presidente”, disse o deputado João Carlos Bacelar (PL-BA), que visita o MEC com frequência. Embora o ministro seja discreto em relação aos planos para o futuro, no seu entorno há quem aposte em uma carreira política, com disputa em eleições. Quando é questionado sobre a hipótese, Weintraub costuma responder: “Eu não fujo de minha trilha”.

topo ↕

O LIBERAL - PA - REPÓRTER 70 RESULTADOS INVESTIMENTO EDUCAÇÃO

A Comissão de Educação da Câmara dos Deputados aprovou mais R\$ 600 milhões para o orçamento da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, a Capes**, em 2020. O dinheiro vai assegurar 135 mil vagas para os programas de formação de professores da autarquia vinculados ao Ministério da Educação, bem como a criação de seis mil bolsas de pós-graduação e pesquisa. Nem tudo está perdido, portanto.

topo ↕

A TARDE - BA - BAHIA Democracia e avanços na Educação de Salvador Secretário municipal de Educação de Salvador.

A Educação de Salvador tem conquistado um espaço de referência no Brasil. Somos a capital que mais avança na área: o Ideb da rede municipal saltou 32,5% em 2017, comparativamente a 2013. Nesse mesmo período, a taxa de abandono escolar teve queda de 54,5% e a distorção idade/ano caiu 20,5%.

Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua (Pnad) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) 2018, divulgados recentemente, mostram que Salvador alcançou uma taxa de escolarização de 98,3% da pré-escola – o terceiro melhor índice das capitais brasileiras.

No acesso à creche, nossa capital é a 5ª com melhor taxa e devemos, ainda em 2020, bater a meta estabelecida para 2024. Essas conquistas, e tantas outras, são frutos de um trabalho árduo, intenso, e de ideias inovadoras, como o programa Agente da Educação e as Escolas Laboratórios (Escolabs).

Aqui destaco também o Pé na Escola – um programa que amplia a oferta de vagas através de parcerias com escolas privadas e que se tornou case nacional por seu caráter pioneiro. Implantado em 2018, o Pé na Escola já soma 42 escolas parceiras credenciadas, que ofertam mais de 4.500 vagas. A Educação em Salvador é marcada por um ritmo intenso de trabalho.

Nesses dois anos que estou à frente da Smed, por exemplo, inauguramos 25 obras, entre elas o Subúrbio 360, somando investimentos da ordem de R\$ 61 milhões. Aplicamos R\$ 8 milhões na aquisição de mobiliário escolar e R\$ 16 milhões em fardamento e kits escolares, assinamos 18 contratos em parceria com o Ministério da Educação (MEC) para reconstrução de unidades escolares, com investimento de R\$ 95,4 milhões, entre outros. É um trabalho que tem como marca, também, a participação e a democracia.

Nesse aspecto, destacam-se a construção do material pedagógico Nossa Rede e a recente eleição de diretores e vice-diretores escolares – fruto de um processo construído

através da atuação direta e conjunta da Secretaria Municipal da Educação (Smed), de gestores, das gerências regionais e do Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado da Bahia (APLB).

A votação, realizada em 19 de setembro, levou às escolas 73 mil pessoas entre professores, coordenadores, servidores, alunos e responsáveis. Salvador está entre as quatro maiores cidades do país e se posiciona entre os três piores PIB per capita entre as capitais, o que nos torna uma metrópole pobre e desigual.

O primeiro passo para redução da desigualdade social é investir numa educação de qualidade com equidade. Temos que ter altas expectativas para nossos jovens, crianças e adultos.

O foco na melhoria da aprendizagem deve ser perseguido através de monitoramento e avaliações contínuas. Transformar o discurso em prática, ampliar o acesso, estimular a permanência e garantir a aprendizagem, são pilares que alicerçam a gestão da educação municipal da primeira capital do Brasil.

topo ↕

CORREIO DA BAHIA - BA - BRASIL

Mesmo com liberação de verba, universidades baianas vão manter medidas de contingenciamento

Desde o início do ano, identificamos uma defasagem orçamentária, diz reitor da Ufba

O Ministério da Educação (MEC) anunciou, nesta sexta-feira (18), a liberação de R\$ 1,1 bilhão no orçamento das universidades e institutos federais. O valor equivale ao que tinha sido contingenciado ao longo do ano. No entanto, entre as instituições federais da Bahia, os cintos vão continuar apertados. Em pelo menos três delas, medidas de economia devem continuar.

Na Universidade Federal da Bahia (Ufba), os procedimentos anunciados em setembro serão mantidos, de acordo com o reitor da instituição, o professor João Carlos Salles. Na ocasião, a universidade suspendeu de vez itens como o uso de ar-condicionado, ligações telefônicas para celular, interurbanas e internacionais, aditivos de obras e incentivos para viagens de eventos.

“As medidas continuam porque a situação que identificamos desde o início do ano é de defasagem orçamentária, ou seja, a Ufba tem uma necessidade a mais”, explicou Salles, em entrevista ao CORREIO, por telefone.

O orçamento de capital, por exemplo, era de R\$ 38 milhões em 2015. Em 2019, passou a ser de R\$ 10 milhões – esses recursos são destinados a obras e compra de equipamentos. “Muitas vezes, a gente acabava solicitando que (o recurso de capital) fosse para custeio. Significa que ainda estamos numa situação de defasagem e vamos olhar com todo cuidado”, disse o reitor.

Só para dar uma ideia, a universidade enfrentou pelo menos duas paralisações de vigilantes devido à falta de pagamento, em maio e em agosto, além de ter reduzido o contrato de limpeza e encerrado o funcionamento de três bibliotecas aos fins de semana.

A Ufba esteve no centro das discussões nacionais sobre os cortes do MEC desde o início. Em maio, após uma entrevista ao jornal O Estado de S. Paulo, o ministro Abraham Weintraub anunciou que a Ufba, assim como a Universidade de Brasília (UnB) e a Universidade Federal Fluminense (UFF) teriam cortes no orçamento por promoverem ‘balbúrdia’. Na época, o contingenciamento chegou a mais de R\$ 53 milhões.

Após a repercussão negativa, o MEC informou que o corte seria para todas as universidades e institutos federais. Na Ufba, de acordo com Salles, a liberação deve ser de aproximadamente 20% do orçamento total.

A universidade tinha R\$ 8 milhões contingenciados e outros R\$ 24 milhões bloqueados, que equivaliam a 5% e 15%, respectivamente.

“O fato de ter orçamento bloqueado significa que não está disponível no sistema. O contingenciado você visualiza, mas não há liberação para empenho”, disse o reitor.

Os valores, de acordo com ele, ainda não tinham sido liberados. A expectativa, porém, era de que isso acontecesse ainda nesta sexta-feira. Todo o recurso será destinado ao orçamento de custeio – ou seja, ao funcionamento básico da Ufba. O custeio inclui desde as contas de água, energia e telefone até os contratos de vigilância e limpeza.

Universidades e institutos

Segundo o MEC, as universidades federais devem receber R\$ 771 milhões, enquanto os institutos terão R\$ 336 milhões liberados.

“Foi feita uma boa gestão. Administramos a crise na boca do caixa. Vamos terminar o ano com tudo rodando bem”, disse o ministro Abraham Weintraub, em entrevista coletiva, nesta sexta-feira, em Brasília.

O ministério não informou, porém, de onde era o recurso que foi remanejado para as instituições de ensino superior. As verbas foram liberadas, mas não houve descontingenciamento na pasta como um todo – o MEC continua com R\$ 2,9 bilhões de seu orçamento de 2019 bloqueados.

Também presidente da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), o reitor da Ufba, João Carlos Salles, disse que a liberação era uma defesa da entidade desde que os cortes foram anunciados. “Para a Andifes, é todo um reconhecimento de que era necessário esse recurso para o funcionamento regular das universidades.”, disse.

Em setembro, o CORREIO mostrou que outras universidades federais também tinham adotado medidas para reduzir gastos, assim como a Ufba. Já nos institutos federais, desde maio, os cortes levaram ao cancelamento de cursos e à suspensão de editais.

No Instituto Federal da Bahia (Ifba), que tinha 35% de seu orçamento contingenciado até o ano passado, a contenção de despesas implementada em 2019 deve continuar – especialmente as que envolvem redução de consumo de energia elétrica, água, papelaria e demais insumos. De acordo com o reitor da instituição, Renato da Anunciação Filho, há, inclusive, uma campanha em andamento pela economia.

“O Ifba seguirá captando recursos de fontes alternativas ao orçamento para custos e despesas discricionárias, como os programas federais Pronatec/Mediotec, e principalmente as parcerias diretas com as prefeituras municipais através do programa ‘O Ifba na sua cidade’, cuja meta é elevar o corpo discente do instituto dos atuais 36 mil alunos para 100 mil mediante à oferta de verticalização da educação aos municípios, do ensino fundamental à pós-graduação”, disse o reitor, através de nota.

No dia 30 de setembro, o MEC desbloqueou R\$ 12.438.493,00 – ou seja, 15% do orçamento do IFBA. “Os outros 20% que devem estar sendo contingenciados agora correspondem a R\$ 15.816.771,88, dos quais R\$ 12.341.000,00 do orçamento de funcionamento e R\$3.475.771,88 para a assistência estudantil”, completou.

Os recursos são distribuídos entre os 22 campi em todo o estado, além da reitoria e do Polo de Inovação, ambos em Salvador. Eles devem ser direcionados ao reestabelecimento do funcionamento normal do instituto, incluindo a reabertura de postos de serviços terceirizados de vigilância e de limpeza que tinham sido fechados por conta do contingenciamento.

Há, ainda, a possibilidade de utilizar parte do recurso economizado ao longo do período de contingenciamento para o ensino, com a aquisição de insumos para as aulas práticas.

O Instituto Federal Baiano (IF Baiano) também informou que os valores ainda não tinham sido repassados ao Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi). Segundo o instituto, o bloqueio no início do ano foi de 30% do orçamento, mas, no mês passado, 10% do valor foi liberado. O IF Baiano é um dos que vai manter as medidas de otimização dos gastos.

"O recurso liberado, conforme anúncio do MEC, será destinado aos custos de manutenção e funcionamento da instituição. Independentemente do desbloqueio, o IF Baiano continuará a otimizar os gastos e, seguindo a tradição da instituição, a manter a qualidade na utilização dos recursos", informou, em nota.

A Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB) informou, através da assessoria, que também ainda não tinha recebido a verba até a tarde desta sexta-feira. Aproximadamente R\$ 3 milhões de seu orçamento estavam bloqueados.

Em maio, a UFSB era a instituição federal mais afetada do Brasil pelo contingenciamento, tendo 53,96% de seu orçamento discricionário congelado. Na época, o orçamento de custeio era de R\$ 17.620.589, mas houve um bloqueio de R\$ 5.213,565, uma porcentagem de 29,59%. Já o recursos de investimento eram R\$ 13.909.074 e foram cortados R\$ 11.801.066, 84,84% do valor.

Agora, segundo a assessoria, a verba liberada será destinada a pagamentos de contratos, principalmente de reforma e manutenção predial. A universidade informou, porém, que ainda avalia se vai manter as estratégias de contingenciamento.

Já a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), que respondeu à reportagem na noite desta sexta-feira, informou que a liberação do orçamento já constava no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI). “Foi

liberado 17% de limite (autorização de gastos), que representa R\$ 8,3 milhões de reais. A UFRB divulgou hoje a Portaria N° 1.120 que trata sobre medidas de racionalização de gastos e redução de despesas”, disse a entidade, em nota.

O CORREIO procurou ainda, a Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB) e a Universidade Federal do Vale do São Francisco (Univasf), mas as instituições ainda não responderam aos questionamentos da reportagem.

topo ↕

CORREIO POPULAR – SP - BRASIL

MEC : bloqueio de verbas de universidades acabou

O Ministério da Educação (MEC) anunciou ontem o descontingenciamento do orçamento das universidades federais. "Cem por cento de todo o orçamento para o custeio das universidades federais e institutos está sendo descontingenciado neste momento", disse o ministro Abraham Weintraub.

Segundo ele, o contingenciamento não chegou a prejudicar nenhuma das ações da pasta. "Foi feita uma boa gestão. Administramos a crise na boca do caixa. Vamos terminar o ano com tudo rodando bem", afirmou.

De acordo com o secretário executivo do MEC, Paulo Vogel, será liberado R\$ 1,1 bilhão (R\$ 771 milhões para as universidades e R\$ 336 milhões para os institutos federais). Segundo a pasta, a medida foi possível pela realocação interna de recursos do MEC, sem nova liberação pelo Ministério da Economia.

Em entrevista coletiva ontem para anunciar o descontingenciamento, Weintraub disse que o orçamento para 2020 é o mesmo deste ano e ressaltou que receitas adicionais poderão ser conseguidas pelo Future-se. O programa incentiva a captação de verba privada pelas universidades federais.

Em abril, o MEC anunciou o bloqueio de 30% das despesas discricionárias de universidades e institutos federais. Esses recursos são usados para o pagamento de despesas como contas de água, luz e contratos de funcionários terceirizados.

Com o bloqueio dessas verbas, as universidades federais enfrentaram dificuldades. Como o jornal O Estado de S. Paulo mostrou, houve paralisação de obras em andamento, redução de uso de equipamentos como ar-condicionado, para economizar energia, e de autorizações para atividades de campo. A concessão de bolsas de intercâmbio também ficou prejudicada. As informações são do jornal O Estado de S. Paulo.

topo ↕

DIÁRIO DE PERNAMBUCO - PE - BRASIL

MEC anuncia liberação de todo o orçamento bloqueado

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, anunciou nesta sexta-feira que a pasta vai liberar todo o orçamento das universidades e institutos federais bloqueados neste ano. Os valores liberados nesta sexta, que somam R\$ 1,1 bilhão, virão de remanejamentos internos do MEC e devem garantir a execução integral dos recursos discricionários (que não incluem salários) de custeio das instituições. Não fazem parte, portanto, de um novo descontingenciamento do orçamento.

A pasta da Educação do governo Jair Bolsonaro (PSL) ainda sofre um bloqueio de

recursos, atualmente de R\$ 2,9 bilhões, que atinge ações que vão da educação básica à pós-graduação, como a oferta de bolsas de pesquisa. Os valores foram liberados agora, segundo o ministério, para que haja tempo de as universidades empenharem os recursos ainda neste ano e garantirem sua execução. O MEC não informou de onde sairão os recursos para essa liberação. "Acho que a gente tem tudo para terminar este ano em situação oposta do que foi alardeada", disse Weintraub em entrevista coletiva nesta sexta em Brasília.

O contingenciamento de recursos é prática recorrente realizada pelo governo federal em todos anos, em diferentes gestões. Em 2019, no entanto, Weintraub iniciou uma crise ao afirmar em entrevista que algumas universidades teriam cortes porque praticavam o que ele chamou de balbúrdia. Após repercussão negativa, a pasta divulgou que o percentual de congelamento, de 30% dos recursos discricionários, seria aplicado de forma isonômica a todas as instituições. Questionado, Weintraub disse que não se arrepende de sua declaração, que provocou reação de reitores e manifestações por todo país.

topo ↕

FOLHA DE PERNAMBUCO - PE - BRASIL

MEC destrava verba para universidades

Medida anunciada pelo ministro da educação, Abraham Weintraub, também atinge os institutos federais

BRASÍLIA (Folhapress) - O ministro da Educação, Abraham Weintraub, anunciou na última sexta-feira que a pasta vai liberar todo o orçamento das universidades e institutos federais bloqueados neste ano. Os valores liberados nesta sexta, que somam R\$ 1,1 bilhão, virão de remanejamentos internos do MEC e devem garantir a execução integral dos recursos discricionários (que não incluem salários) de custeio das instituições. Não fazem parte, portanto, de um novo descontingenciamento do orçamento.

A pasta da Educação do governo Jair Bolsonaro (PSL) ainda sofre um bloqueio de recursos, atualmente de R\$ 2,9 bilhões, que atinge ações que vão da educação básica à pós-graduação, como a oferta de bolsas de pesquisa. Os valores foram liberados agora, segundo o ministério, para que haja tempo de as universidades empenharem os recursos ainda neste ano e garantirem sua execução.

O MEC não informou de onde sairão os recursos para essa liberação. "Acho que a gente tem tudo para terminar este ano em situação oposta do que foi alardeada", disse Weintraub em entrevista coletiva nesta sexta em Brasília. O contingenciamento de recursos é prática recorrente realizada pelo governo federal em todos anos, em diferentes gestões. Em 2019, no entanto, Weintraub iniciou uma crise ao afirmar em entrevista que algumas universidades teriam cortes porque praticavam o que ele chamou de balbúrdia.

Após repercussão negativa, a pasta divulgou que o percentual de congelamento, de 30% dos recursos discricionários, seria aplicado de forma isonômica a todas as instituições. Questionado, Weintraub disse que não se arrepende de sua declaração, que provocou reação de reitores e manifestações por todo país. Ao fim da entrevista, ele ainda colocou um óculos de plástico, usado em vídeos na internet para indicar que alguém "lacrou", e jogou o microfone na mesa.

"Não estou falando que todo mundo está errado, estou pedindo transparência [das ações e contas das universidades], se isso for polêmico, vou ser polemico", disse.

"Universidade não é lugar para produzir festa com gente bêbada, para produzir metanfetamina e plantar maconha", completou ele, sem especificar a quais casos se referia.

topo ↕

J. DO COMMERCIO - PE - BRASIL

MEC libera verba para universidades

Ministro descontingenciou R\$ 1,1 bilhão. Pasta ainda tem R\$ 2,86 bi bloqueados GOVERNO

O Ministério da Educação (MEC) anunciou nesta sexta-feira (18) uma realocação de recursos dentro da pasta e descontingenciou toda a verba de custeio das instituições federais de ensino superior. De acordo com o ministério, R\$ 1,1 bilhão será liberado para universidades e institutos federais.

Os valores não são recursos novos, eles foram remanejados dentro da própria pasta, embora o ministério não tenha detalhado de onde saiu o dinheiro. Em relação ao orçamento de todo o MEC, incluindo recursos de todas etapas de ensino, o bloqueio de verbas segue em R\$ 2,86 bilhões. "Em relação ao orçamento do MEC, continua contingenciado o mesmo montante, não houve descontingenciamento global do MEC, o que fizemos foi uma realocação de recursos dentro da pasta.

Ainda temos R\$ 2,86 bilhões contingenciados em todo ministério", explicou o secretário-executivo da pasta, Antonio Vogel. Segundo a pasta, serão R\$ 771 milhões para universidades e R\$ 336 milhões para institutos federais. Durante coletiva de imprensa, o ministro da Educação, Abraham Weintraub, disse que a medida é fruto do reaquecimento da economia. "Lá atrás eu havia dito, e falei como economista e não como ministro, que tudo isso teria impacto positivo na economia, que a arrecadação subiria, empregos seriam criados, e a gente poderia descontingenciar. Eu disse que teríamos que administrar a crise na boca do caixa", afirmou. Em abril foram contingenciados R\$ 2,4 bilhões do orçamento discricionário das universidades. Na época, o ministro afirmou que o bloqueio aconteceria em universidades que promovessem "balbúrdia".

A afirmação desencadeou uma crise no País, e milhões de pessoas foram às ruas cobrar mais investimentos na Educação. Questionado se arrependia da afirmação, Weintraub negou. Depois da declaração, o ministro contingenciou 30% do orçamento discricionário de todas as instituições federais. Após o bloqueio de R\$ 2,4 bilhões, o MEC foi fazendo liberações ao longo do ano para o orçamento das instituições federais de ensino superior – em setembro foi desbloqueado R\$1,15 bilhão até chegar aos últimos R\$ 1,1 bilhão que faltavam e foram liberados nesta sexta. "Não me arrependo.

O que eu vou repetir, salientar e reforçar é que, pela primeira vez, há um governo que tem respeito pelo dinheiro do pagador de imposto. As universidades são caríssimas, tem universidade que custa R\$ 4 bilhões por ano para o pagador de imposto", defendeu o ministro, voltando a criticar as federais: "Universidade não é lugar para fazer festa onde morre gente, não é lugar para produzir metanfetamina e nem plantar maconha".

A análise é de que com a liberação dos recursos, o governo abrandará o cenário para a discussão do Future-se, programa do MEC para financiamento das universidades federais. Na coletiva, o ministro afirmou que a expectativa é de que cerca de 20 universidades façam adesão ao programa num primeiro momento. No entanto, o que

tem sido visto é que as principais instituições do País, como a UFRJ, a UNB e a Unifesp, já se manifestaram contra o programa.

O Brasil tem 63 universidades federais. Weintraub afirmou que os recursos foram liberados agora, ainda em outubro, para que as universidades tenham tempo para usar o dinheiro antes do fim do ano. Ao fim da coletiva, o ministro da educação colocou um óculos escuro, em referência a um meme para indicar “lacrção”, e afirmou “Ab (Abraham) is out!”. Depois, soltou o microfone na mesa. Questionado se estaria deixando o comando da pasta, Weintraub explicou que se tratava apenas de um “Sextou!”, Expressão utilizada para comemorar a chegada do fim de semana.

topo ↕

O POPULAR - GO - BRASIL

Ministério da Educação enerra bloqueio de verbas

O Ministério da Educação (MEC) anunciou ontem (18) o descontingenciamento do orçamento das universidades federais. “Cem por cento de todo o orçamento para o custeio das universidades federais e institutos está sendo descontingenciado neste momento”, disse o ministro Abraham Weintraub. Segundo ele, o contingenciamento não chegou a prejudicar nenhuma das ações da pasta. “Foi feita uma boa gestão. Administramos a crise na boca do caixa. Vamos terminar o ano com tudo rodando bem”, afirmou.

De acordo com o secretário executivo do MEC, Paulo Vogel, será liberado R\$ 1,1 bilhão (R\$ 771 milhões para as universidades e R\$ 336 milhões para os institutos federais). Segundo a pasta, a medida foi possível pela realocação interna de recursos do MEC, sem nova liberação pelo Ministério da Economia. Em entrevista coletiva ontem para anunciar o descontingenciamento, Weintraub disse que o orçamento para 2020 é o mesmo deste ano e ressaltou que receitas adicionais poderão ser conseguidas pelo Future-se.

O programa incentiva a captação de verba privada pelas universidades federais. Em abril, o MEC anunciou o bloqueio de 30% das despesas discricionárias de universidades e institutos federais. Estes recursos são usados para o pagamento de despesas como contas de água, luz e contratos de funcionários terceirizados.

topo ↕

AGÊNCIA BRASIL - TEMPO REAL

MEC remaneja recursos próprios para recompor orçamento das federais

Ministério libera total dos recursos previstos às instituições

O Ministério da Educação (MEC) remanejou recursos da própria pasta e das autarquias para recompor os orçamentos das universidades e institutos federais. Hoje (18), o MEC anunciou a liberação total dos recursos previstos para essas instituições de ensino em 2019. Parte deles estava bloqueada.

Em nota, o MEC diz que os recursos são oriundos da própria pasta, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** e Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

“Os valores a serem empenhados por estas áreas só serão necessários no final de novembro, quando novos recursos serão descontingenciados”, diz a pasta, que não detalha a origem específica dos recursos realocados hoje.

O ministério ressalta, no entanto, que os programas conduzidos pela pasta não serão prejudicados. “Todos os programas e ações da pasta serão executados de acordo com o cronograma estabelecido”, afirma.

Ao todo, o MEC anunciou a liberação de cerca de R\$ 1,1 bilhão para universidades e institutos federais. Deste total, as universidades receberão R\$ 771 milhões. Os institutos, aproximadamente R\$ 336 milhões.

Bloqueio

O bloqueio das verbas foi feito no início deste ano. As universidades tiveram, no total, um bloqueio de R\$ 2,4 bilhões, o que representa, em média, 30% dos recursos discricionários. Esses recursos cobrem despesas de custeio como gastos com água, energia elétrica, aquisição de materiais de consumo e outras prestações de serviço.

No mês passado, com o descontingenciamento feito pelo Ministério da Economia, as instituições tiveram parte do orçamento recomposto, receberam R\$ 1,156 bilhão. Além disso, foram feitas outras liberações pontuais pelo MEC. Com o remanejamento anunciado hoje, o orçamento foi totalmente recomposto.

A liberação agora possibilitará que as universidades tenham tempo para gastar os recursos este ano, segundo o ministro da Educação, Abraham Weintraub. “Não queríamos que as universidades falassem que o governo soltou [os recursos] nos últimos dias do ano e não tivemos competência para gastar [em tão pouco tempo]. Vamos fazer a gestão deste fluxo de caixa aqui no MEC mesmo”, disse em coletiva de imprensa concedida hoje.

Segundo ele, o bloqueio de recursos do orçamento do MEC e de outros ministérios, no início do ano, foi necessário para “sinalizar ao mercado uma série de compromissos com a responsabilidade fiscal, com a boa gestão e com a Reforma da Previdência”.

De acordo com o MEC, a pasta segue com aproximadamente R\$ 2,9 bilhões contingenciados pelo governo federal.

“Não houve um descontingenciamento global do MEC”, explicou o secretário executivo do ministério, Paulo Vogel durante entrevista à imprensa. “Chegando próximo ao fim do ano, olhamos para o nível de execução do ministério e para as perspectivas econômicas. E conseguimos fazer este ajuste interno para liberar recursos de áreas que podemos ajustar mais perto do fim do ano.”

[topo](#)

CIRCUITO MATO GROSSO - TEMPO REAL

MEC remaneja recursos próprios para recompor orçamento das federais

MEC anunciou a liberação total dos recursos previstos para essas instituições de ensino em 2019

O Ministério da Educação (MEC) remanejou recursos da própria pasta e das autarquias para recompor os orçamentos das universidades e institutos federais. Ontem (18), o MEC anunciou a liberação total dos recursos previstos para essas instituições de ensino em 2019. Parte deles estava bloqueada.

Em nota, o MEC diz que os recursos são oriundos da própria pasta, do Fundo Nacional

de Desenvolvimento da Educação (FNDE), da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** e Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

“Os valores a serem empenhados por estas áreas só serão necessários no final de novembro, quando novos recursos serão descontingenciados”, diz a pasta, que não detalha a origem específica dos recursos realocados hoje.

O ministério ressalta, no entanto, que os programas conduzidos pela pasta não serão prejudicados. “Todos os programas e ações da pasta serão executados de acordo com o cronograma estabelecido”, afirma.

Ao todo, o MEC anunciou a liberação de cerca de R\$ 1,1 bilhão para universidades e institutos federais. Deste total, as universidades receberão R\$ 771 milhões. Os institutos, aproximadamente R\$ 336 milhões.

Bloqueio

O bloqueio das verbas foi feito no início deste ano. As universidades tiveram, no total, um bloqueio de R\$ 2,4 bilhões, o que representa, em média, 30% dos recursos discricionários. Esses recursos cobrem despesas de custeio como gastos com água, energia elétrica, aquisição de materiais de consumo e outras prestações de serviço.

No mês passado, com o descontingenciamento feito pelo Ministério da Economia, as instituições tiveram parte do orçamento recomposto, receberam R\$ 1,156 bilhão. Além disso, foram feitas outras liberações pontuais pelo MEC. Com o remanejamento anunciado hoje, o orçamento foi totalmente recomposto.

A liberação agora possibilitará que as universidades tenham tempo para gastar os recursos este ano, segundo o ministro da Educação, Abraham Weintraub. “Não queríamos que as universidades falassem que o governo soltou [os recursos] nos últimos dias do ano e não tivemos competência para gastar [em tão pouco tempo]. Vamos fazer a gestão deste fluxo de caixa aqui no MEC mesmo”, disse em coletiva de imprensa concedida hoje.

Segundo ele, o bloqueio de recursos do orçamento do MEC e de outros ministérios, no início do ano, foi necessário para “sinalizar ao mercado uma série de compromissos com a responsabilidade fiscal, com a boa gestão e com a Reforma da Previdência”.

De acordo com o MEC, a pasta segue com aproximadamente R\$ 2,9 bilhões contingenciados pelo governo federal.

“Não houve um descontingenciamento global do MEC”, explicou o secretário executivo do ministério, Paulo Vogel durante entrevista à imprensa. “Chegando próximo ao fim do ano, olhamos para o nível de execução do ministério e para as perspectivas econômicas. E conseguimos fazer este ajuste interno para liberar recursos de áreas que podemos ajustar mais perto do fim do ano.”

topo ↕

CONGRESSO EM FOCO - TEMPO REAL

MEC libera orçamento bloqueado de universidades e institutos federais

Nesta sexta-feira (18) o ministro da educação, Abraham Weintraub, anunciou o descontingenciamento de 100% dos recursos da pasta de educação destinados às universidades e institutos federais. O valor liberado é de R\$ 1,1 bilhão, sendo R\$ 771 milhões para as universidades e R\$ 336 milhões para os institutos. A quantia provém de remanejamentos internos do próprio Ministério da Educação e tem como destino o pagamento de gastos básicos como luz, água, telefone e limpeza, segundo o MEC.

Contingenciamento

Segundo matéria da Folha de S. Paulo o governo ainda mantém um contingenciamento de cerca de R\$ 2,9 bilhões na pasta de educação, atingindo da educação básica a pós-graduação.

O ano de 2019 foi marcado por diversas declarações polêmicas do ministro, entre elas está a afirmação de que ele cortaria gastos de três universidades públicas por terem um 'baixo desempenho' e praticarem 'balbúrdia'.

Esses comentários acabaram gerando uma crise. Posteriormente, o MEC divulgou que o bloqueio seria correspondente a 30% discricionárias de universidades e institutos federais. O MEC afirma ainda que o contingenciamento é uma prática comum que tem o objetivo de cumprir com a Lei de Responsabilidade Fiscal.

topo ↕

DIÁRIO DA AMAZÔNIA - RO - ÚLTIMAS

E-books apoiados pela Fapero têm acesso internacional

Alemães, belgas, franceses, ingleses e norte-americanos acessam livros e-book de doutor em Filosofia da Unir apoiado pela Fapero

Até a semana passada, os livros Modernidade e colonialismo e Literatura Indígena Brasileira Contemporânea haviam recebido 125 acessos na Alemanha, Bélgica, França, Inglaterra e Estados Unidos.

Para a satisfação do doutor em Filosofia Leno Francisco Danner, da Universidade Federal de Rondônia (Unir), a Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat) já o utiliza no programa de pós-graduação em letras.

“Já não querem mais saber o que o europeu pensa a respeito da América Latina, do Brasil e da África, mas exigem que seus pesquisadores revelem o papel exercido por lideranças negras, indígenas e minorias”, diz o gaúcho Leno Danner.

Graças ao apoio da Fundação de Amparo ao Desenvolvimento das Ações Científicas e Tecnológicas e à Pesquisa do Estado de Rondônia (Fapero), esse e outros livros editados em e-book (plataforma digital) resultaram em diversos downloads (cópias) pelo mundo.

A Unir tem apenas 12 pós-graduados nessa área e tem como meta triplicá-los até 2024. Para o Doutorado, a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** exige nota quatro. A entrevista do professor Leno Danner, à Secom:

Como está a sua produção?

– Cresceu 100% de 2017 até agora. Eu entrei no eixo da pesquisa brasileira como protagonista e não mais a reboque. Isso me anima a orientar nossos alunos para que assumam postos-chave no Estado. Em Humanas, por exemplo, não há doutores. De dez

programas de pós-graduação no Estado há quatro doutorados, nenhum nosso, enquanto a PUC-RS possui 42, todos eles com Mestrado e Doutorado.

Que apoio o senhor recebeu?

– A Fapero me financiou R\$ 35 mil, e com esse dinheiro conseguimos (ele e a equipe de pesquisadores) publicar 40 livros e artigos em e-book, com tradução em inglês. Financiar a ciência é promover pós-graduação e, ao correlacionar-se ciência e/ou como pós-graduação tem-se exatamente autonomia, oportunidade e formação para nossos jovens, os quais poderão maturar todos os seus talentos – e eles são muitos – que jazem em nossa Amazônia apenas esperando a oportunidade para ‘explodir’, para florescer.

O que representa para o senhor trabalhar com Humanas na Unir?

– A Unir é minha paixão. É imperioso desenvolver pós-graduação por aqui, porque a maioria dos profissionais vem de fora. Dos 900 professores desta instituição, 85% são procedentes de outros estados; em Humanas são 14.

E a Fapero?

– Estou convicto do crescimento da Fapero, porque não há como fazer pesquisa sem financiamento público. Veja a USP, lá tudo funciona assim, 98%. Aqui em Rondônia falta ao segmento econômico se dispor a investir, então, é imprescindível a Fapero contribuir para a formação das chamadas elites locais.

“Algumas pessoas têm papel fundamental nesse crescimento: o ex-governador e hoje senador Confúcio Moura, o atual governador, coronel Marcos Rocha, o ex-presidente da Fapero Francisco Elder de Oliveira, e o atual, professor Leandro Dill”, comenta Leno.

Que elites são essas?

– Rondônia é carente de pós-graduação e tem perdido a oportunidade de formar seus quadros profissionais. Refiro-me às elites intelectuais, políticas, culturais e econômicas. Não haverá desenvolvimento e inclusão sem profissionais de ponta, sem doutores e doutoras que possam efetivamente realizar ciência, tecnologia e educação. O desenvolvimento e o crescimento de Rondônia dependem de pesquisadores e de pesquisadoras que se vinculem ao lugar e que o vejam como o fim de seu trabalho, como sua vocação pessoal.

Capas de três publicações apoiadas pela Fapero e editadas na plataforma digital

Qual a base da pós-graduação?

– Pela falta de oportunidades amplas de pós-graduação, os jovens de Rondônia estão perdendo a chance de se profissionalizarem em termos de mestrados e doutorados, o que significa que seus talentos, na maior parte das vezes, são perdidos no meio do caminho, não são desenvolvidos o quanto poderiam, em todas as suas potencialidades, exatamente por falta dessa mesma pós-graduação. Esses estudantes ficam jogados, abandonados à beira do caminho, não tendo seus talentos e suas habilidades desenvolvidos e maturados e, com isso, deixam de auxiliar o crescimento social, cultural e econômico da região. A base da pós-graduação são os recursos públicos que viabilizem estrutura material, intercâmbios de pesquisa e possibilidade de produção e de veiculação dos conhecimentos produzidos.

Quais os riscos enfrentados por esses jovens, que prejuízos eles têm?

– Considero fundamental evitar a fuga de cérebros que, por falta de apoio institucional, estímulo intelectual e investimento público, acabam migrando para outros centros de pesquisa, para outras universidades, para outros estados, ou mesmo desanimando em seu trabalho.

Tudo o que um pesquisador quer é seu laboratório, seu escritório, seus livros e materiais de pesquisa, sua possibilidade de escrever, pesquisar e publicar, a criação de pós-graduação para maturar seu trabalho e formar os cientistas e os intelectuais do futuro.

Quando ele não encontra essas condições, sua pesquisa é prejudicada ou parada, sua motivação decresce e, na maior parte dos casos, ele procura outros centros universitários e de pesquisa para poder dar continuidade ao trabalho. Relativamente a isso, Rondônia pode e deve ser um celeiro produtor de intelectuais, de cientistas, e um contexto institucional, acadêmico e cultural motivador da vinda, da formação e da vinculação de intelectuais, de cientistas que queiram desenvolver-se a partir da inserção e do trabalho em nossa sociedade, no norte desse Brasil. A não existência de pós-graduação, que leva à falta de oportunidades e ao travamento da formação de nossos jovens, e a fuga de cérebros, que faz os bons pesquisadores abandonarem Rondônia em particular, o norte em geral, implicam anulação do desenvolvimento científico, tecnológico e cultural da região, condenada permanentemente ao subdesenvolvimento crônico.

Técnicos da Sedam visitam família em reserva extrativista: trabalho de humanas

Nesse aspecto, a pesquisa pode avançar...

– Agências públicas de fomento à pesquisa permitem a correlação de desenvolvimento científico e de consolidação de pós-graduações, a ciência sendo possibilitada pela abertura de programas de pós-graduação e esses programas sendo fortalecidos e maturados pela produção científica oriunda dos projetos de pesquisa.

A Fapero precisa consolidar-se em seu papel de fomento...

– Sim, é hora de darmos a Rondônia o que ela merece, a saber, ciência, tecnologia e educação de ponta, autonomia política, econômica, cultural e educacional. Rondônia já deu a todos nós muita qualidade de vida, que nunca teríamos sonhado em nossos estados de origem. Por isso, hoje, eu posso dizer que fui gaúcho e que sou e sempre serei rondoniense de coração, pois tudo o que eu sou me foi dado por esse Estado maravilhoso, situação que eu não encontrei no sul do Brasil. O que quero significar com isso? Que o poder público rondoniense precisa, como está fazendo, continuar e maturar o protagonismo da Fapero.

Apoiando a Universidade...

– A meta é exatamente esta: a abertura de mais e mais programas de pós-graduação, porque é isso que está em jogo quando falamos em financiamento público da pesquisa. É hora, portanto, de o Governo de Rondônia possibilitar a seus cidadãos e a suas cidadãs as oportunidades formativas que lhes viabilizarão ser artífices da nossa sociedade, as lideranças políticas, culturais, educacionais e econômicas que, por meio da ciência, da tecnologia e da formação humanística, promoverão desenvolvimento, inclusão e justiça.

Como vê a população indígena de Rondônia?

– Já não querem mais saber o que o europeu pensa a respeito da América Latina, do

Brasil e da África, mas exigem que seus pesquisadores revelem o papel exercido por nossas minorias e lideranças indígenas, e o pensamento indígena é riquíssimo em termos culturais e de desenvolvimento social. Índios não têm abandono ou depressão, e crises que abalam a sociedade. Eu aprendo muito com grupos étnicos que se encontram tão bem, enquanto nós perdemos a batalha para a falta de sentido, a depressão e a desagregação.

Como é o Mestrado em Humanas?

– Vocação e disciplina são essenciais, é árdua a formação em Humanas, entretanto, com a pós-graduação se minimizam dificuldades de preparação. Os fortes e consistentes ficam até o final. A Unir tem apenas 12 pós-graduados nessa área e tem como meta triplicá-los até 2024. Na próxima avaliação da **Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior)** esperamos que todos cheguem ao Doutorado com nota quatro, que é a exigência.

“Nosso Mestrado tem como cerne a fundamentação de práticas de educação pública, implicando diretamente justiça social. Ele abrange políticas públicas em ecologia, desenvolvimento social, saúde, combate à corrupção e moralidade pública. É a fronteira entre a barbárie e a inclusão”.

Significa que a pesquisa em Humanas retrata a realidade nacional?

– Sim, local, regional e nacional. A pesquisa diz, por exemplo, que aumentou o trabalho e o emprego informal e que existem hoje 30 milhões de desempregados e subempregados no País. Temos colegas vinculados à educação, ao comércio, à Assembleia Legislativa, Governo Estadual, nas consultorias da própria Fapero, e nas Pastorais de Igrejas. Em pesquisa e graduação há muito a fazer.

Fale de seu livro Modernidade e colonialismo.

– Esse livro saiu em 2017. Ele é uma tentativa de pensar a auto-compreensão da sociedade brasileira, seus projetos de desenvolvimento e inclusão, levando-os a assumir o mais crônico problema do brasileiro: o racismo e a desigualdade social, a cor e a posição social, as consequências da chaga da escravidão.

QUEM É

O professor Leno Francisco Danner é doutor em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica (PUC) do Rio Grande do Sul, da qual é bolsista pós-doutorado sob a supervisão do doutor Agemir Bavaresco. Especializou-se em Teoria Social com ênfase em Teoria Crítica, e em Filosofia Política (Marx, Rawls e Habermas). Leciona filosofia e sociologia na Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Foi contemplado na Chamada Pós-Doutorado FAPERO/CAPES nº 007/2016 e na Chamada FAPERO PAP/Universal nº003/2015, com os títulos: Fundamentação do Estado na Filosofia Política Contemporânea: Hayek, Rawls, Habermas e Crítica e reconstrução da teoria da modernidade de Jürgen Habermas.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Universidades do RS vão usar os R\$ 100 milhões liberados pelo MEC para quitar dívidas e cumprir o ano letivo

Liberação de 100% do orçamento não altera a situação das bolsas de estudo, que permanecem congeladas. Dinheiro será usado para custeio de despesas como água e luz.

Por G1 RS e RBS TV

O Ministério da Educação (MEC) anunciou, nesta sexta-feira (18), a liberação de cerca de R\$ 1,1 bilhão para as universidades e institutos federais do país. No Rio Grande do Sul, as instituições terão acesso a cerca de R\$ 100 milhões, que devem ser usados para custeio de despesas como água e luz.

A liberação é para gastos ordinários de serviços básicos de cada instituição. O desbloqueio da verba não altera a situação de algumas bolsas de estudo de pós-graduação.

Segundo a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, existem, no Brasil, 87.018 bolsas ativas. Deste total, 7.699 bolsas permanecem congeladas, ou 8,4%.

O que a coordenadoria destaca, no entanto, é que já foram desbloqueadas 3.861 desde o primeiro congelamento – um terço do contingenciamento total –, a maioria de cursos de notas altas (7, 6, 5 e alguns de nota 4). As que permanecem congeladas são de cursos de notas 3 para baixo.

Verba será usada para pagar dívidas

A Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) recebeu, até o início de outubro, R\$ 141 milhões, que representam 85% do orçamento aprovado para esse ano. Conforme o anúncio desta sexta, a universidade receberá mais R\$ 25 milhões, os 15% do orçamento que ainda estavam bloqueados.

Segundo a instituição, os recursos irão para o pagamento de energia elétrica, compra de material didático, pagamento de terceirizados e de demais contas já existentes.

Em relação às bolsas de estudo de pós-graduação, gerenciadas pela **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** e pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), ainda há indefinições.

Já a Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSA) terá liberado R\$ 5,1 milhões que estavam contingenciados. A prioridade será o pagamento de bolsas e serviços essenciais.

A universidade informou ao G1 que poderá retomar o planejamento anual, principalmente em relação às reformas para melhoria do campus e a construção do restaurante universitário, da clínica da família, da clínica escola de psicologia e da farmácia escola.

Para a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), na Região Central, foram desbloqueados R\$ 15 milhões, e para a Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), no Sul do estado, mais R\$ 11,5 milhões.

Os institutos federais devem acessar, ao todo, R\$ 28 milhões. O Instituto Federal do Rio Grande do Sul afirma que poderá adquirir material de consumo, fazer manutenções, pagar os recursos para custeio dos projetos de pesquisa e extensão e fazer até algumas capacitações.

Outras instituições devem receber os mais de R\$ 15 milhões restantes.

Entenda o contingenciamento

O Ministério da Educação anunciou, em abril, o bloqueio de 30% das despesas discricionárias de universidades e institutos federais. Em valores absolutos, R\$ 2,4 bilhões bloqueados.

O objetivo do contingenciamento de recursos, segundo o governo federal, era cumprir a Lei de Responsabilidade Fiscal. Em setembro, porém, o MEC desbloqueou cerca de metade do que havia sido congelado.

De lá para cá, foram liberadas quantidades menores de recursos, e, nesta sexta-feira, o restante. Para 2020, o orçamento é o mesmo deste ano.

topo ↕

JORNAL DO CAMPUS - TEMPO REAL

O pior sentido de “efeito retardado” do corte de bolsas

Perda de orientandos custará cada vez mais caro, acumulando problemas para o futuro

Os cortes de bolsas **Capex/CNPq** não são preocupantes apenas da perspectiva dos alunos. Para todo pós-graduando que perde uma bolsa, temos um professor perdendo um orientando, além de uma pesquisa abortada. Mesmo com esse problema, coordenadores de pós da USP não veem um perigo imediato, mas o prejuízo a longo prazo será inevitável.

Um dos temores – certeza, para alguns – é a demissão e o corte de salários. Essa última alteração, um direito adquirido, seria difícil ocorrer. Isso poderia diminuir as pesquisas, cuja continuidade não depende só da **Capex** e do **CNPq**, apesar do apoio dessas instituições ser vital. A Fapesp e, em menor número, empresas, financiam a pesquisa, além de projetos tocados por conta própria, como as iniciações científicas sem fomento. Essa situação não é ideal, mas poderiam ser os meios de manter a pesquisa viva.

Professores ouvidos pela reportagem declararam que temem receber menos por não estarem orientando, passando a ganhar somente pelas outras atividades, como aulas na graduação, atendimento a alunos e atuação em projetos de extensão, além das horas de pesquisa. Até agora, o cancelamento de pesquisas não afetou o valor dos salários.

Mas são os danos a longo prazo que preocupam. A universidade está tentando correr de multetas. A pesquisa e pós-graduação são elementos essenciais para manter a universidade atualizada no cenário científico. O preço da publicação de um artigo pode chegar a 8 mil reais. Com o financiamento de pesquisa prejudicado, a USP se atrasa, por exemplo, a cada artigo que deixa de ser publicado.

O mercado está se mostrando uma área muito mais promissora do que a academia. Com salários iniciais baixos para o cargo de professor, e a alta frequência de aposentadorias, a USP corre o risco de não ficar apenas sem novos pesquisadores, mas também sem quem oriente aqueles que decidirem seguir a área.

É um erro pensar que só a universidade perde com isso. A pesquisa científica é o maior meio que a academia tem para retribuir com seu conhecimento à população. Com a falta

de financiamento, quem acaba pagando a conta da falta de pesquisa é a própria sociedade.

topo ↕

METRÓPOLES - TEMPO REAL

Weintraub e Pontes brigam por R\$ 4,5 bilhões do CNPq e da Capes

Ministro da Educação defende que órgão de fomento à pesquisa passe para seu guarda-chuva. Professores e cientistas são contra mudanças

Nos bastidores do governo federal, dois ministros disputam o controle do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) – órgão ligado ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC). Tanto a pasta quanto o órgão de pesquisa foram criados há quase sete décadas e vivem agora um dos seus momentos de maior instabilidade.

Chefe do MCTIC, o astronauta Marcos Pontes quer manter o CNPq sob seu guarda-chuva. Do outro lado da Esplanada, o ministro da Educação, Abraham Weintraub, tenta assumir o comando do órgão. Em jogo, um orçamento bilionário.

A principal ideia do Ministério da Educação (MEC) é fundir o CNPq com a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, que já pertence à pasta de Weintraub.

Tanto o CNPq quanto a **Capes** concedem bolsas de estudos e fomentam a produção científica brasileira. A **Capes** tem orçamento de R\$ 3,3 bilhões para este ano. O CNPq tem à disposição cerca de R\$ 1,2 bilhão (dos quais R\$ 900 milhões somente para bolsas). Juntos, portanto, os órgãos vão movimentar R\$ 4,5 bilhões este ano.

Segundo fontes do governo com trânsito nas duas pastas, há uma tendência de a atual administração preparar uma medida provisória que una CNPq e **Capes**. O texto precisaria somente da assinatura do presidente Jair Bolsonaro (PSL). A alteração desagradou a professores e entidades de defesa do ensino.

Diante da movimentação, o MCTIC e o CNPq se posicionaram contra a mudança. Já o MEC e a **Capes** transferem para o Palácio do Planalto a responsabilidade por definir os rumos para os órgãos. O que gera críticas à possível “união” é que **Capes** e CNPq, apesar de próximos, têm funções distintas.

A **Capes** forma recursos humanos de alto nível em todas as áreas do conhecimento, além de ser responsável pelo Sistema Nacional de Pós-Graduação, que avalia os cursos de mestrado e doutorado no Brasil. O intercâmbio de professores universitários também é competência da **Capes**. Além disso, desde 2007, também investe na formação de professores da educação básica.

O CNPq, por sua vez, é direcionado para a pesquisa científica e tecnológica. A entidade investe na formação específica de pesquisadores que poderão contribuir para o progresso e a inovação.

Parecidos, mas diferentes

Especialistas defendem que os dois órgãos são próximos, mas não iguais, e que a fusão pode deixar as funções de um deles preteridas. Especializado em educação, Claudio de Moura Castro faz coro às críticas de experts, professores e pesquisadores contra a

mudança. Ele presidiu a **Capes** entre 1979 a 1982. “Eles não fazem as mesmas coisas. Uma possível junção criará uma grande confusão”, aposta.

Ele questiona os “benefícios” da junção. “Qual a vantagem? Não tem. Para que mexer em instituições consolidadas? Criar uma instabilidade em serviços que estão funcionando bem?”, critica.

Na mesma tendência, a professora aposentada da Universidade Federal do Ceará e da Universidade de Brasília (UnB) Vivina Rios Balbino, especialista em educação, acredita que a mistura da **Capes** e do CNPq irá prejudicar a concessão de bolsas e atrapalhar o fomento à pesquisa.

“Eu acho impraticável a fusão. Já temos consolidado sistemas distintos na **Capes** e no CNPq. Os órgãos têm trabalhos e funções distintas e são brilhantes dentro de suas atuações. Na prática, juntar é desmontar a estrutura que já está consolidada”, destaca.

“Corremos o risco de ver todo esse processo se desmanchar. Altíssimo risco para a educação e para a pesquisa brasileira. Não vejo aspectos que de alguma forma ajudariam em concessão de bolsas. Quem vai gerir, quais serão os critérios operacionais? É um projeto incerto. Isso só pode piorar o cenário e prejudicar órgãos com credibilidade e profissionais qualificados”, conclui.

O CNPq foi criado em janeiro de 1951. A **Capes** é seis meses mais nova e foi instituída em julho do mesmo ano. O órgão de fomento à pesquisa nasceu pelas mãos do ex-presidente Eurico Gaspar Dutra (1946–1951). O de concessão de bolsas, pelas de Getúlio Vargas (1951–1954).

CNPq é contra

Em nota, o CNPq informou que a fusão “não é adequada”, tendo em vista as diferenças de missão e atuação de cada entidade. “O CNPq, alinhado com o MCTIC, fomenta a pesquisa e a inovação, enquanto a **Capes** é responsável pelo desenvolvimento dos cursos de pós-graduação no país”, destaca o texto.

O órgão continua: “Apoiamos diretamente os pesquisadores vinculados a projetos de pesquisa, desenvolvidos nas mais diversas instituições de pesquisa e ensino do país. Reforçamos que ambas são essenciais dentro dos seus propósitos e uma fusão entre elas pode prejudicar significativamente a missão de cada uma”.

A crise financeira do órgão é um dos principais argumentos para a fusão. A situação precária dos cofres obrigou o governo a pedir ao Congresso uma suplementação orçamentária para pagamento das bolsas.

Nessa quinta-feira (17/10/2019), o CNPq anunciou que terá verba para os meses de outubro, novembro e dezembro de 2019, no valor de R\$ 250 milhões, o que garantiria bolsas. “Para o ano de 2020, a proposta de lei orçamentária já prevê uma quantidade de recursos adequada às atividades do CNPq, e o problema não deve se repetir”, destaca em comunicado.

Versão oficial

O Metrôpoles entrou em contato com o MCTIC para questionar o que justificaria a

mudança, como ela resultaria em políticas públicas para o setor, se aumentaria o número de bolsas e em que seria penalizado o CNPq se saísse da pasta, mas não obteve resposta. O espaço continua aberto a manifestações.

No começo do mês, Marcos Pontes usou as redes sociais para defender a permanência do conselho em seu ministério. “Sobre a ideia divulgada de junção do CNPq e Capes: a posição do MCTIC é contrária à fusão, pois seria prejudicial ao desenvolvimento científico do país. Existe algum sombreamento de atividades e pontos de melhoria na gestão. Esses problemas já estão sendo trabalhados no CNPq”, escreveu no Twitter.

Em um comunicado conjunto, o MEC e a Capes atribuíram ao presidente Bolsonaro a definição sobre o que seria melhor para os órgãos. “Acataremos a decisão que o presidente da República considerar mais conveniente para o Brasil”, resume o texto.

O Palácio do Planalto não comentou o assunto. O espaço continua aberto a manifestações.

topo ↕

NEXO - TEMPO REAL

Apoio à ciência: o que está em jogo no projeto de unir agências Para reduzir custos, Ministério da Educação prepara proposta de fusão entre Capes e CNPq. Para cientistas, medida fere independência de órgãos e faz parte de ataques do governo à pesquisa

Um projeto elaborado pelo MEC (Ministério da Educação) enviado em outubro de 2019 a outros órgãos do governo federal propõe a fusão das duas principais agências federais de apoio à pesquisa acadêmica: a Capes, vinculada ao MEC, e o CNPq, que está na pasta de Ciência e Tecnologia. O resultado da fusão seria uma fundação gerenciada pelo MEC.

A principal justificativa do governo para a proposta é a economia de recursos com pessoal e sistemas. O MEC não informa qual seria o valor economizado. O Ministério da Economia concorda com a junção dos órgãos e também fala em vincular ao BNDES outra agência de fomento, a Finep (Financiadora de Estudos e Projetos), hoje ligada à pasta de Ciência.

A ideia de fusão é proposta em meio à crise financeira que tem comprometido o pagamento de bolsas e a manutenção de projetos científicos bancados por Capes e CNPq. A falta de recursos, que não é inédita, se agravou em 2019. O MEC propõe que a nova fundação seja gerenciada pela pasta sob a justificativa de que neste ano lidou melhor com a escassez de recursos do que a Ciência. Nesta sexta-feira (18), a Educação liberou R\$ 1,1 bilhão para compensar o contingenciamento em universidades e institutos federais no início do ano.

A proposta opõe o Ministério da Educação de Abraham Weintraub, que tem apoio da Economia, e o da Ciência e Tecnologia, comandado por Marcos Pontes. O astronauta afirmou em 11 de outubro que a pasta é contrária à fusão por ser “prejudicial ao desenvolvimento científico do país”. Dois dias antes, ele havia dito que, apesar de a junção “não fazer sentido”, se ela ocorresse o ideal seria que a nova fundação ficasse sob seu ministério.

A comunidade científica critica a proposta, afirmando que Capes e CNPq são órgãos

independentes e que há risco de a eventual fusão prejudicar o andamento de políticas nas áreas de ciência e tecnologia. A ideia também não foi bem recebida entre parlamentares, inclusive da base aliada do governo. O senador Major Olímpio (PSL-SP) cobrou explicações e estudos detalhados sobre a economia da fusão.

Desde o início do ano cientistas têm criticado o governo federal por promover cortes em uma área que, para eles, deveria ser prioritária. Bolsonaro e integrantes do Executivo também são acusados de negar a ciência, por contestar e interferir em órgãos como o Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais), que divulga dados sobre desmatamento.

A junção dos dois órgãos depende da aprovação do Congresso. O Executivo pode enviar à Casa um projeto de lei ou uma medida provisória, que tem tramitação mais acelerada. Segundo a Folha de S.Paulo, o MEC elaborou um rascunho de medida provisória e o enviou ao Ministério da Ciência para avaliação. A proposta também está sob análise na Casa Civil. A Educação afirma que a decisão final de fusão das agências depende do presidente Jair Bolsonaro.

O que faz a **Capes**

A **Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior)** é uma fundação vinculada ao Ministério da Educação, fundada em 1951, que busca “assegurar a existência de pessoal especializado” para “atender às necessidades dos empreendimentos públicos e privados que visam ao desenvolvimento do país”.

É um órgão que, na prática, atua para formar profissionais de alta qualificação, investindo principalmente na pós-graduação stricto sensu (mestrado e doutorado) no Brasil por meio de bolsas. A partir de 2007, a agência também passou a atuar na formação de professores da educação básica (que contempla educação infantil até ensino médio).

As atividades do órgão

Avaliação da pós-graduação

Acesso e divulgação da produção científica

Promoção da cooperação científica internacional

Investimento na formação de professores para a educação básica, tanto presencialmente quanto à distância

A **Capes** apoia cerca de 92,5 mil bolsistas na pós-graduação, além de 100 mil profissionais de educação básica. São 4.296 programas de pós-graduação strictu sensu em 400 instituições no Brasil e no exterior.

A agência já financiou pesquisadores premiados fora do Brasil e autores de contribuições científicas em diversas áreas do conhecimento, como epidemiologia, letras, economia, políticas públicas e urbanismo. A avaliação da pós-graduação serve como instrumento para as universidades na busca de excelência acadêmica de seus mestrados e doutorados.

A situação orçamentária do órgão

Até 2019

Depois de atingir o ponto mais alto em 2015, com quase R\$ 10 bilhões de recursos previstos para o ano, a **Capes** viu seu orçamento se reduzir a partir do ano seguinte, com quedas consecutivas entre 2016 e 2019, justificada pela escassez de recursos do governo federal. Neste ano, o orçamento aprovado para a agência foi de R\$ 4,25 bilhões (até outubro, R\$ 2,92 bilhões foram pagos). Uma parte desses recursos está bloqueada desde maio, quando se iniciou um contingenciamento generalizado de recursos do governo e do MEC. Isso resultou na suspensão de mais de 7.000 bolsas de pesquisa financiadas pela agência. Meses depois, o Ministério da Educação liberou parte desses recursos, mas até outubro o órgão ainda tinha R\$ 549 milhões congelados no orçamento.

Em 2020

A agência deve perder metade do orçamento em 2020, segundo proposta encaminhada pelo governo ao Congresso. De R\$ 4,25 bilhões, valor autorizado para 2019, os recursos podem cair para R\$ 2,20 bilhões — o valor ainda precisa ser aprovado por Câmara e Senado para valer. O MEC afirma que garantirá mais R\$ 600 milhões além desses recursos, e a **Capes** tenta convencer deputados a aprovar mais R\$ 300 milhões em emendas parlamentares, segundo a Folha de S.Paulo.

O que faz o CNPq

O CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) é uma agência vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. Ele foi criado em 1951 e tem como função “fomentar a pesquisa científica e tecnológica e incentivar a formação de pesquisadores”, desempenhando papel importante na formulação de políticas de ciência, tecnologia e inovação no país.

Assim como a **Capes**, o CNPq é um órgão de fomento da ciência, que também fornece bolsas a projetos de pesquisa. A diferença é que, enquanto a **Capes** financia bolsas sempre vinculadas a programas de pós-graduação, com objetivo de aprimorar a educação de quem está no ensino superior, o CNPq investe em outros tipos de projeto e é mais voltado ao desenvolvimento do saber científico, da inovação e da tecnologia. São órgãos complementares, mas que não têm funções idênticas.

As atividades do órgão

Investir no desenvolvimento da pesquisa científica e tecnológica

Promover a inovação tecnológica

Realizar estudos sobre o desenvolvimento científico e tecnológico

Elaborar normas e instrumentos de apoio e incentivo à pesquisa

Auxiliar na formação de políticas públicas na área de ciência

Atualmente, o CNPq concede mais de 80 mil bolsas para pesquisadores que realizam diferentes projetos em todas as áreas do conhecimento em instituições de ensino, no Brasil e no exterior, e empresas. As bolsas contemplam desde trabalhos de estudantes brasileiros no ensino médio até de ensino superior, além de projetos independentes de pesquisa.

Um dos projetos que recebem apoio do CNPq, por exemplo, é o Sirius, um gigantesco acelerador de partículas localizado em Campinas (SP) que quando pronto, em 2020, deve permitir a visualização em altíssima resolução de estruturas de vírus e proteínas

(para a produção de vacinas), entre outros materiais. É a máquina mais cara e sofisticada do Brasil e pode colocar o país na vanguarda de certos tipos de pesquisa. A situação orçamentária do órgão

Até 2019

Ao menos desde 2016 cientistas reclamam de redução da estrutura e de recursos para o CNPq. Neste ano, o orçamento aprovado, de R\$ 1,22 bilhões (até outubro, R\$ 1 bi já foi pago), já vinha com previsão de recursos insuficientes. Seria possível pagar bolsas até agosto. Entre setembro e outubro, as contas vencidas foram pagas com recursos de última hora. A pasta ainda precisa de R\$ 250 milhões para manter bolsas durante o ano inteiro. O Ministério da Ciência solicitou recursos para a Economia, mas foi ignorado, segundo a própria pasta.

Em 2020

A agência deve ganhar um pouco mais de recursos em 2020, segundo proposta de orçamento encaminhada ao Congresso. De R\$ 1,22 bilhão, valor autorizado para 2019, os recursos podem subir para R\$ 1,27 bilhão — o valor deve ser aprovado por Câmara e Senado para valer.

Como a proposta de fusão foi recebida

A comunidade científica fez críticas à proposta de junção de **Capex** e CNPq, afirmando que caso ela se concretize haverá riscos e prejuízos para o sistema de políticas do governo federal voltadas à ciência. Do início de outubro até quinta-feira (17), mais de 40 entidades da academia e das áreas científica e tecnológica assinaram manifestações contrárias à ideia.

Uma carta de cientistas enviada a todos os senadores e deputados do Congresso Nacional no dia 2 de outubro afirma que “qualquer extinção, fusão ou incorporação dessas agências [CNPq, **Capex** e Finep, agência que pode ser incorporada ao BNDES] será prejudicial e lesiva ao funcionamento do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação”, nome dado ao conjunto de instituições e políticas voltadas às áreas.

Esses cientistas afirmam que, em países desenvolvidos, há múltiplas agências governamentais de apoio à pesquisa científica. Uma nota da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência do dia 9, citando o presidente da entidade, Ildeu de Castro Moreira, afirma que os argumentos de economia em favor da fusão “não convencem”.

“Elas têm diferentes objetivos, diferentes finalidades. Há mais de seis décadas, vêm apoiando e fomentando as pesquisas, a formação de recursos humanos qualificados, o desenvolvimento científico e tecnológico, cada uma com suas funções próprias, e com muito sucesso. O aprimoramento é sempre importante e bem-vindo, mas **Capex** e CNPq devem continuar independentes e complementares”

Ildeu de Castro Moreira

presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, em nota publicada pela entidade no dia 9 de outubro de 2019

Em 11 de outubro, o presidente do Sindicato Nacional de Gestores em Ciência e Tecnologia, Roberto Muniz, afirmou ao jornal Folha de S.Paulo que acredita que o governo tenta reduzir drasticamente o sistema de ciência e tecnologia e “mudar o foco só para pesquisa aplicada, que gere recursos e lucros” em um cenário de crise orçamentária. “É um risco para a soberania nacional, porque sem produzir conhecimento básico o país fica refém dos países que produzem esse conhecimento”, disse.

Alguns temem ainda que as ações do governo levem ao fechamento permanente do CNPq, que tem sido mais afetado do que a **Capes** pela escassez de recursos. Uma nota de agosto de servidores públicos federais em ciência e tecnologia afirma que esse é “um risco real”. Eles criticam o governo Bolsonaro por “decisões políticas deliberadas” na área e por “reiteradamente desprezar a ciência”.

topo ↕

O DEBATE - MA - TEMPO REAL

Câmara aprova mais R\$ 600 milhões para a Capes em 2020

A Comissão de Educação da Câmara dos Deputados aprovou mais R\$ 600 milhões para o orçamento da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** em 2020. O dinheiro vai assegurar 135 mil vagas para os programas de formação de professores da autarquia vinculada ao Ministério da Educação (MEC), bem como a criação de 6 mil bolsas de pós-graduação e pesquisa.

Duas emendas foram analisadas durante a sessão desta quarta-feira, 16 de outubro. A primeira, proposta pelo MEC, é voltada para a educação básica, no valor de R\$ 300 milhões. A iniciativa viabiliza a manutenção de todos os editais dos programas:

- de Mestrado Profissional para Qualificação de Professores da Rede Pública de Educação Básica (ProEB);
- Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid); • Residência Pedagógica;
- Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (Parfor), além da criação de novos programas.

Segundo o presidente da **Capes**, **Anderson Correia**, as emendas trazem tranquilidade para o orçamento em 2020. “Estaremos muito bem no próximo ano, atendendo a todos os bolsistas, programas e lançando novas iniciativas”, disse.

A segunda proposta garante mais R\$ 300 milhões para a pós-graduação. A emenda vai assegurar novas bolsas de pesquisa, sendo 2 mil de mestrado, 3,5 mil de doutorado e 500 de pós-doutorado no Brasil e no exterior.

As duas emendas seguem agora para a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO) do Congresso Nacional, composta por deputados e senadores.

topo ↕

PORTAL ISTOÉ - TEMPO REAL

MEC remaneja recursos próprios para recompor orçamento das federais

O Ministério da Educação (MEC) remanejou recursos da própria pasta e das autarquias para recompor os orçamentos das universidades e institutos federais. Hoje (18), o MEC anunciou a liberação total dos recursos previstos para essas instituições de ensino em

2019. Parte deles estava bloqueada.

Em nota, o MEC diz que os recursos são oriundos da própria pasta, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** e Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

“Os valores a serem empenhados por estas áreas só serão necessários no final de novembro, quando novos recursos serão descontingenciados”, diz a pasta, que não detalha a origem específica dos recursos realocados hoje.

O ministério ressalta, no entanto, que os programas conduzidos pela pasta não serão prejudicados. “Todos os programas e ações da pasta serão executados de acordo com o cronograma estabelecido”, afirma.

Ao todo, o MEC anunciou a liberação de cerca de R\$ 1,1 bilhão para universidades e institutos federais. Deste total, as universidades receberão R\$ 771 milhões. Os institutos, aproximadamente R\$ 336 milhões.

O bloqueio das verbas foi feito no início deste ano. As universidades tiveram, no total, um bloqueio de R\$ 2,4 bilhões, o que representa, em média, 30% dos recursos discricionários. Esses recursos cobrem despesas de custeio como gastos com água, energia elétrica, aquisição de materiais de consumo e outras prestações de serviço.

No mês passado, com o descontingenciamento feito pelo Ministério da Economia, as instituições tiveram parte do orçamento recomposto, receberam R\$ 1,156 bilhão. Além disso, foram feitas outras liberações pontuais pelo MEC. Com o remanejamento anunciado hoje, o orçamento foi totalmente recomposto.

A liberação agora possibilitará que as universidades tenham tempo para gastar os recursos este ano, segundo o ministro da Educação, Abraham Weintraub. “Não queríamos que as universidades falassem que o governo soltou [os recursos] nos últimos dias do ano e não tivemos competência para gastar [em tão pouco tempo]. Vamos fazer a gestão deste fluxo de caixa aqui no MEC mesmo”, disse em coletiva de imprensa concedida hoje.

Segundo ele, o bloqueio de recursos do orçamento do MEC e de outros ministérios, no início do ano, foi necessário para “sinalizar ao mercado uma série de compromissos com a responsabilidade fiscal, com a boa gestão e com a Reforma da Previdência”.

De acordo com o MEC, a pasta segue com aproximadamente R\$ 2,9 bilhões contingenciados pelo governo federal.

“Não houve um descontingenciamento global do MEC”, explicou o secretário executivo do ministério, Paulo Vogel durante entrevista à imprensa. “Chegando próximo ao fim do ano, olhamos para o nível de execução do ministério e para as perspectivas econômicas. E conseguimos fazer este ajuste interno para liberar recursos de áreas que podemos ajustar mais perto do fim do ano.”

topo ↕

SURGIU - TEMPO REAL

Proteção da Amazônia e direitos humanos à água e ao saneamento básico são destaques nos debates de Congresso Internacional em Coimbra

Assim como ocorreu em Lisboa, a Amazônia voltou a ser destaque no IX Congresso Internacional de Direitos Humanos na cidade de Coimbra, em Portugal, realizado pela Escola Superior da Magistratura Tocantinense (Esmat) em parceria com a Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa e o Centro de Estudos Sociais de Coimbra, nesta quarta-feira (16/10).

Diretor-geral da Esmat e conferencista, o desembargador Marco Villas Boas fez uma detalhada explanação – histórica, ambiental, social, cultural e política – sobre a região amazônica, na perspectiva brasileira e dos países andinos, logo na abertura do evento, da qual participaram o professor doutor Gustavo Paschoal Teixeira de Castro Oliveira, coordenador do Mestrado em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos (PJDH), e o professor Carlos Nolasco, representando o professor doutor João Paulo Dias, diretor-executivo do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (CES).

“A Amazônia é uma vasta região riquíssima, não só em biodiversidade, mas também em minerais que são essenciais para a sobrevivência do homem no planeta, tem 83 mil quilômetros cúbicos de água sob o solo que é a maior reserva de água doce subterrânea do planeta”, informou Villas Boas, ao lembrar ainda que abriga um rio com quase 7 mil quilômetros de extensão e que despeja suas águas no Oceano Atlântico. “Talvez a maior bacia hidrográfica do mundo e a maior floresta do mundo que abriga povos diversos em números tribos indígenas de números etnias, cerca de 70 etnias, ainda em estado de isolamento”, revelou.

Extrativismo sustentável

O desembargador Villas Boas ainda lembrou que existem populações ribeirinhas tradicionais que dependem para sua sobrevivência da manutenção da Floresta em pé e fazem o extrativismo e o manejo ancestral com conhecimentos tradicionais que obedecem ao padrão cíclico. Ressaltou ainda que os povos indígenas nas suas atividades, mesmo de caça e pesca, sempre proporcionando a recuperação da floresta.

A questão da soberania

Sobre o sistema jurídico brasileiro, lembrou que Constituição do Brasil, em seu artigo 225, parágrafo quarto, coloca a Amazônia, dentre outros biomas, como área de interesse ambiental, uma área de proteção, destacando, no entanto, a soberania nacional sobre a região Amazônica brasileira.

“Nesse aspecto, faço uma breve reflexão da Constituição da soberania desde Maquiavel e o seu contexto no estado absolutista e depois no estado liberal ser transferida para o Parlamento e depois voltar para o Executivo, mas, nesse contexto, sofrer limitações e controles do princípio da autodeterminação dos povos que alguns dizem que está dentro do conceito de soberania, e eu prefiro dizer que o conceito de soberania está dentro do conceito de autodeterminação dos povos”, ponderou, ao frisar, por exemplo, que a soberania territorial e a soberania sobre os recursos naturais estão dentro do conceito de autodeterminação dos povos.

Villas boas afirmou que o Brasil criou um tipo de proteção objetiva socioambiental ou sociocultural, econômica e ambiental, no contexto de todas as evoluções do Direito Internacional dos Direitos Humanos e, a partir da Constituição de 88, estabeleceu-se um

ponto de partida para as constituições na América do Sul.

Amazônia e o Velho Oeste

Entre outros pontos abordados, como o Código Florestal e a experiência brasileira de corredores ecológicos, mosaicos socioambientais, o desembargador comparou a Amazônia ao Velho Oeste americano. “As pessoas entram e começam um pequeno núcleo de casas, depois aquilo vira uma pequena cidade, aí eles começam a abrir estradas dentro das florestas para extrair madeira ilegal e mineração ilegal e se apropriar dos recursos e aquilo fica incontido”, revelou, ressaltando que esse processo não passa pelo crivo do Poder Judiciário ou pelo crivo do Ministério do Meio Ambiente para que se tenha um licenciamento ambiental.

Água e saneamento básico

Ao lembrar que a interação entre Portugal e Brasil são sempre produtivas em termos de comparação de ideias, a professora doutora Paula Duarte Lopes (CES) destacou os 10 anos da consagração dos direitos humanos à água e ao saneamento, o que provocou uma mobilização dos defensores de direitos humanos, acadêmicos, ativistas, organizações internacionais, inclusive da América do Sul em torno do tema.

“Ocorre que, dez anos depois, continuamos debatendo sobre o problema. Hoje, temos cerca 800 milhões de pessoas que não têm acesso à água potável e 700 milhões sem saneamento básico”, ressaltou, lembrando que todas as pessoas no mundo têm direito a ter água suficiente, segura em termos de qualidade, fisicamente acessível e a preços razoáveis. E a saneamento básico também a preços razoáveis, seguros, higiênicos, continuados e social e culturalmente adequados, proporcionando dignidade e garantindo a dignidade da pessoa humana.

Paula Duarte Lopes elencou desafios identificados por ela nos últimos dez anos em relação ao direito à água e o direito ao saneamento básico. Um deles é o da infraestrutura e o seu financiamento. “Atualmente tem se conseguido muito dinheiro para investimento em muitas partes do mundo. E tem se conseguido progresso, mas determinadas dinâmicas não são contempladas. Uma delas é a que diz que é preciso expandir a rede, mas há muitos sítios na infraestrutura sem investimentos. Não é só construção de barragem e reservatórios”, afirmou, ressaltando que há muitos países com alta taxa de urbanização, mas sem planejamento adequado.

Ela destacou ainda o desafio que trata da lógica mercantilista dos serviços de distribuição da água e do saneamento no mundo, visto que muitas pessoas não condições de pagar. Provocou também ao dizer que as leis sobre o tema são feitas a posteriori, ou seja, quando os problemas já ocorreram, e não para preveni-los. “Nesse intervalo, o direito à água é violado”, disse a professora ao elencar outro desafio – o da governança -, citando como exemplo algumas comunidades indígenas que ficam privadas do direito à água e ao saneamento básico de qualidade porque os investimentos nessas comunidades não são economicamente rentáveis, o que as tornariam ainda mais marginalizadas.

O congresso, durante o qual foi lançada a edição especial da Revista Esmat, de nº 18, ainda abordou outros assuntos importantes por renomados palestrantes – Direito ao Processo Justo: Tendências e perspectivas do Processo Civil Brasileiro, do professor doutor Vinícius Pinheiro Marques; Direito à saúde e migrações: algumas reflexões à luz

dos direitos humanos, da professora doutora Angela Issa Haonat; Inteligência artificial e prestação jurisdicional, do professor doutor David Nadler Prata; e Educação judiciária e a função social do Poder Judiciário no Estado do Tocantins-Brasil: capacitação de magistrados e servidores para efetiva prestação jurisdicional, da professora doutora Patrícia Medina (PJDH).

Organizado pelo Mestrado em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos (PJDH), o Congresso tem ainda como parceiros realizadores o Centro de Estudos Sociais, da Universidade de Coimbra, o Instituto de Ciências Jurídico-Políticas, o **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** e a Universidade Federal do Tocantins (UFT).

topo ↕

TUDO RONDÔNIA - TEMPO REAL

MEC remaneja recursos próprios para recompor orçamento das federais

O Ministério da Educação (MEC) remanejou recursos da própria pasta e das autarquias para recompor os orçamentos das universidades e institutos federais. Hoje (18), o MEC anunciou a liberação total dos recursos previstos para essas instituições de ensino em 2019. Parte deles estava bloqueada.

Em nota, o MEC diz que os recursos são oriundos da própria pasta, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** e Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

“Os valores a serem empenhados por estas áreas só serão necessários no final de novembro, quando novos recursos serão descontingenciados”, diz a pasta, que não detalha a origem específica dos recursos realocados hoje.

O ministério ressalta, no entanto, que os programas conduzidos pela pasta não serão prejudicados. “Todos os programas e ações da pasta serão executados de acordo com o cronograma estabelecido”, afirma.

Ao todo, o MEC anunciou a liberação de cerca de R\$ 1,1 bilhão para universidades e institutos federais. Deste total, as universidades receberão R\$ 771 milhões. Os institutos, aproximadamente R\$ 336 milhões.

Bloqueio

O bloqueio das verbas foi feito no início deste ano. As universidades tiveram, no total, um bloqueio de R\$ 2,4 bilhões, o que representa, em média, 30% dos recursos discricionários. Esses recursos cobrem despesas de custeio como gastos com água, energia elétrica, aquisição de materiais de consumo e outras prestações de serviço.

No mês passado, com o descontingenciamento feito pelo Ministério da Economia, as instituições tiveram parte do orçamento recomposto, receberam R\$ 1,156 bilhão. Além disso, foram feitas outras liberações pontuais pelo MEC. Com o remanejamento anunciado hoje, o orçamento foi totalmente recomposto.

A liberação agora possibilitará que as universidades tenham tempo para gastar os recursos este ano, segundo o ministro da Educação, Abraham Weintraub. “Não queríamos que as universidades falassem que o governo soltou [os recursos] nos últimos

dias do ano e não tivemos competência para gastar [em tão pouco tempo]. Vamos fazer a gestão deste fluxo de caixa aqui no MEC mesmo”, disse em coletiva de imprensa concedida hoje.

Segundo ele, o bloqueio de recursos do orçamento do MEC e de outros ministérios, no início do ano, foi necessário para “sinalizar ao mercado uma série de compromissos com a responsabilidade fiscal, com a boa gestão e com a Reforma da Previdência”.

De acordo com o MEC, a pasta segue com aproximadamente R\$ 2,9 bilhões contingenciados pelo governo federal.

"Não houve um descontingenciamento global do MEC", explicou o secretário executivo do ministério, Paulo Vogel durante entrevista à imprensa. "Chegando próximo ao fim do ano, olhamos para o nível de execução do ministério e para as perspectivas econômicas. E conseguimos fazer este ajuste interno para liberar recursos de áreas que podemos ajustar mais perto do fim do ano."

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

MEC remaneja recursos próprios para recompor orçamento das federais

O Ministério da Educação (MEC) remanejou recursos da própria pasta e das autarquias para recompor os orçamentos das universidades e institutos federais. Hoje (18), o MEC anunciou a liberação total dos recursos previstos para essas instituições de ensino em 2019. Parte deles estava bloqueada.

Em nota, o MEC diz que os recursos são oriundos da própria pasta, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** e Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

"Os valores a serem empenhados por estas áreas só serão necessários no final de novembro, quando novos recursos serão descontingenciados", diz a pasta, que não detalha a origem específica dos recursos realocados hoje.

O ministério ressalta, no entanto, que os programas conduzidos pela pasta não serão prejudicados. "Todos os programas e ações da pasta serão executados de acordo com o cronograma estabelecido", afirma.

Ao todo, o MEC anunciou a liberação de cerca de R\$ 1,1 bilhão para universidades e institutos federais. Deste total, as universidades receberão R\$ 771 milhões. Os institutos, aproximadamente R\$ 336 milhões.

Bloqueio

O bloqueio das verbas foi feito no início deste ano. As universidades tiveram, no total, um bloqueio de R\$ 2,4 bilhões, o que representa, em média, 30% dos recursos discricionários. Esses recursos cobrem despesas de custeio como gastos com água, energia elétrica, aquisição de materiais de consumo e outras prestações de serviço.

No mês passado, com o descontingenciamento feito pelo Ministério da Economia, as instituições tiveram parte do orçamento recomposto, receberam R\$ 1,156 bilhão. Além disso, foram feitas outras liberações pontuais pelo MEC. Com o remanejamento

anunciado hoje, o orçamento foi totalmente recomposto.

A liberação agora possibilitará que as universidades tenham tempo para gastar os recursos este ano, segundo o ministro da Educação, Abraham Weintraub. "Não queríamos que as universidades falassem que o governo soltou [os recursos] nos últimos dias do ano e não tivemos competência para gastar [em tão pouco tempo]. Vamos fazer a gestão deste fluxo de caixa aqui no MEC mesmo", disse em coletiva de imprensa concedida hoje.

Segundo ele, o bloqueio de recursos do orçamento do MEC e de outros ministérios, no início do ano, foi necessário para "sinalizar ao mercado uma série de compromissos com a responsabilidade fiscal, com a boa gestão e com a Reforma da Previdência".

De acordo com o MEC, a pasta segue com aproximadamente R\$ 2,9 bilhões contingenciados pelo governo federal.

"Não houve um descontingenciamento global do MEC", explicou o secretário executivo do ministério, Paulo Vogel durante entrevista à imprensa. "Chegando próximo ao fim do ano, olhamos para o nível de execução do ministério e para as perspectivas econômicas. E conseguimos fazer este ajuste interno para liberar recursos de áreas que podemos ajustar mais perto do fim do ano."

topo ↕

AGÊNCIA GLOBO - TEMPO REAL

Ministro da Educação imita meme da internet após anúncio de desbloqueio de verba para universidades

Abraham Weintraub colocou óculos escuros e soltou microfone na mesa após informar que devolveu R\$ 1,1 bi ao ensino superior e colégios federais

BRASÍLIA — O ministro da Educação, Abraham Weintraub, terminou a coletiva em que anunciou o desbloqueio total da verba para universidades e institutos federais imitando um meme de internet. Ele colocou os óculos escuros e afirmou "Ab (Abraham) is out!". Depois, soltou o microfone na mesa. A referência é de um vídeo que circula pela internet que indica "lacração".

Questionado se "Ab (Abraham) is out!" significaria que estava deixando o comando da pasta, Weintraub explicou que se tratava apenas de um "Sextou!", expressão utilizada para comemorar a chegada do fim de semana.

O próprio ministro postou, nas redes sociais, o vídeo da encenação. "Acabou o contingenciamento das Federais! Verbas 100% Liberadas! Cadê os "especialistas" que alardeiam o caos há 6 meses. Vão admitir que "erraram"? Parabéns ao Presidente Bolsonaro por mais esta vitória", escreveu Weintraub no post.

Os valores anunciados não são recursos novos. Eles foram remanejados dentro da própria pasta, embora o ministério não tenha detalhado de onde saiu o dinheiro. Em relação ao orçamento de todo o MEC, incluindo recursos de todas as etapas de ensino, o bloqueio de verbas segue em R\$ 2,86 bilhões.

— Em relação ao orçamento do MEC, continua contingenciado o mesmo montante, não houve descontingenciamento global do MEC, o que fizemos foi uma realocação de recursos dentro da pasta. Ainda temos R\$ 2,86 bilhões contingenciados em todo

ministério — explicou o secretário executivo da pasta, Antonio Vogel.

Em abril foram contingenciados R\$ 2,4 bilhões do orçamento discricionário das universidades. Na época, o ministro afirmou que o bloqueio aconteceria em universidades que promovessem "balbúrdia". A afirmação desencadeou uma crise no país, e milhões de pessoas foram às ruas cobrar mais investimentos na Educação. Questionado se se arrependia da afirmação, Weintraub negou. Depois da declaração, o ministro contingenciou 30% do orçamento discricionário de todas as instituições federais. Após o bloqueio de R\$ 2,4 bilhões, o MEC foi fazendo liberações ao longo do ano para o orçamento das instituições federais de ensino superior, em setembro foi desbloqueado R\$1,15 bilhão até chegar aos últimos R\$1,1 bilhões que faltavam e foram liberados nesta sexta-feira.

— Não me arrependo, o que eu vou repetir, salientar e reforçar é que, pela primeira vez, há um governo que tem respeito pelo dinheiro do pagador de imposto. As universidades são caríssimas, tem universidade que custa R\$ 4 bilhões por ano para o pagador de imposto — defendeu o ministro, voltando a criticar as federais: — Universidade não é lugar para fazer festa onde morre gente, não é lugar para produzir metanfetamina e nem plantar maconha.

A análise é de que com a liberação dos recursos, o governo abrandou o cenário para a discussão do Future-se, programa do MEC para financiamento das universidades federais. Na coletiva, o ministro afirmou que a expectativa é de que cerca de 20 universidades façam adesão ao programa num primeiro momento. No entanto, o que tem sido visto é que as principais instituições do país, como a UFRJ, a UNB e a Unifesp, já se manifestaram contra o programa. O Brasil tem 63 universidades federais.

Weintraub afirmou que os recursos foram liberados agora, ainda em outubro, para que as universidades tenham tempo para usar o dinheiro antes do fim do ano.

topo 

AGÊNCIA GLOBO - TEMPO REAL

Foi fruto da pressão da sociedade, diz presidente da UNE após liberação de recursos para as federais

Iago Montalvão afirmou que descontingenciamento é vitória das ruas e afirmou que entidade pressionará para evitar redução de orçamento em 2020

BRÁSÍLIA- Após o anúncio, nesta sexta-feira, da liberação total dos recursos contingenciados do orçamento discricionário das universidades e institutos federais, a União Nacional dos Estudantes (UNE) recalculou a rota de ação da entidade. Em entrevista ao GLOBO, o presidente da UNE, Iago Montalvão, considerou o desbloqueio de recursos uma vitória da pressão da sociedade nas manifestações iniciadas em maio e afirmou que a ideia é "continuar nas ruas", agora contra a redução do orçamento para 2020.

Montalvão também anunciou que a entidade terá entre suas bandeiras protestar contra a implementação do programa "Future-se", proposto pelo Ministério da Educação (MEC) para financiar as universidades federais. A UNE foi uma das principais organizações à frente das mobilizações do primeiro semestre, que levaram milhões de pessoas às ruas do país contra o contingenciamento na Educação.

Em julho, Montalvão interrompeu a apresentação que o ministro fazia do Future-se para

protestar contra o contingenciamento no MEC. Ele falou durante dois minutos e foi ouvido por Weintraub. Ao fim da fala, o ministro chamou o presidente da UNE para se sentar com ele e também o convidou para uma reunião no ministério.

O que levou o MEC a descontingenciar esses recursos para as universidades? Sem dúvida foi fruto da pressão (popular). Da mobilização dos estudantes em maio, novamente em agosto, e agora em outubro, que levou a sociedade como um todo a pressionar o governo. O Congresso também sentiu. Foi uma conquista. Ano que vem as universidades precisam ter o orçamento (total) garantido

Quais as outras pautas centrais para a UNE?

É fundamental que ano que vem o orçamento ampliado seja garantido. O governo propôs que o orçamento das universidades seja reduzido. Acreditamos que as universidades brasileiras sejam um instrumento para ajudar o Brasil a crescer, a desenvolver suas riquezas.

Em maio, a UNE chegou a dizer que o governo era inimigo da educação. Mudaram de ideia?

Acho que o diálogo (com o governo) é muito difícil, nós não percebemos a disposição de ouvir as demandas da sociedade, da organização e da universidade, seja de professores ou funcionários. Essa liberação só foi possível pela pressão social. As passeatas criaram um ambiente de disputa. O governo continua achando que o diálogo é um elemento menor.

No momento, a principal proposta do governo federal para o ensino superior é o "Future-se". Qual a posição da UNE sobre o projeto?

Defendemos a autonomia das universidades, somos contra qualquer tentativa de censura ideológica. Observamos a mais recente proposta apresentada (pelo MEC) nos opomos à sugestão de indicadores para que as universidades consigam financiamento, (o que é) uma tentativa de imposição à autonomia universitária. Num momento de crise, a universidade pode sim ser um caminho para recuperação da economia, mas não em detrimento da autonomia ou do financiamento público. Por isso, vamos lutar contra o Future-se.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

MEC libera verbas para instituições federais da Zona da Mata e Vertentes
Anúncio foi realizado nesta sexta-feira (18), durante uma coletiva de imprensa. O G1 entrou em contato com as unidades para saber quanto foi liberado para cada e onde a verba será usada; confira.

O Ministério da Educação (MEC) anunciou nesta sexta-feira (18), durante uma coletiva de imprensa, o desbloqueio de R\$ 1,1 bilhão para as universidades e institutos federais do Brasil. Segundo a pasta, a medida é uma realocação interna de recursos.

O G1 entrou em contato com a Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Universidade Federal de Viçosa (UFV), Universidade Federal de São João del Rei (UFSJ), Instituto Federal de Minas Gerais (IF Sudeste) e Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (Cefet-MG) para demais informações. (veja abaixo o que diz cada instituição)

Até o fechamento desta matéria, a UFSJ, IF Sudeste e Cefet-MG não responderam os

questionamentos da reportagem, que também procurou o MEC para saber os valores liberados para cada local e aguarda retorno.

De acordo com o Governo Federal, os valores já estão disponíveis para despesas de custeio das instituições, como água, energia elétrica, aquisição de materiais de consumo e outras prestações de serviços.

Em abril, o Ministério da Educação anunciou o bloqueio de 30% das despesas. A medida, que representava aproximadamente 3,5% do orçamento total, significava R\$ 2,4 bilhões em valores absolutos.

Outros desbloqueios

No dia 30 de setembro, o G1 mostrou que as instituições federais da Zona da Mata e Vertentes receberam mais de R\$ 50 milhões de recursos que estavam bloqueados. Na ocasião foram liberados mais de R\$ 14 milhões para a UFJF. Confira abaixo outros valores:

Universidade Federal de Viçosa: R\$ 13.456.579

Universidade Federal de São João del Rei: R\$ 8.368.009

Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais: R\$ 8.491.550

Instituto Federal de Minas Gerais: R\$ 8.198.494

Novos valores

UFJF

De acordo com a UFJF, foram liberados R\$ 14.013.064. Conforme a assessoria, com a liberação, a instituição chegou a 100% de seu orçamento para custeio, no valor de R\$ 93.420.429.

A universidade ainda informou que faltam ser liberados R\$ 5.162.746 referentes a capital. O valor total bloqueado era de R\$ 19.175.810.

UFV

Ao G1, a Universidade Federal de Viçosa confirmou que houve o desbloqueio da verba para o local.

"A UFRV recebeu, com satisfação, a notícia de que o Ministério da Educação liberou o restante dos recursos de custeio para financiamento da Universidade, que estavam retidos desde o início do ano".

De acordo com a instituição, o valor total que havia sido contingenciado era de R\$13.474.478. Em setembro, o MEC havia liberado metade deste valor e, agora, a outra parte.

O pró-reitor de Planejamento e Orçamento da UFRV, Evandro Rodrigues de Faria, confirmou que o recurso já está disponível e a Administração da UFRV irá, imediatamente, fazer cumprir o que foi planejado para 2019.

"Já na semana que vem, a Universidade irá iniciar os pagamentos pendentes para retomada de obras que estavam em execução e planejar ações para retomar a normalidade da instituição", destacou.

O pró-reitor ressaltou ainda que, quanto aos recursos de capital, direcionados aos investimentos da Instituição, "a UFV recebeu até agora apenas R\$ 553.053,00, o que equivale a 20% dos recursos previstos na Lei Orçamentária Anual (R\$ 2.765.265)". Portanto, ainda permanecem bloqueados R\$ 2.212.212,00 .

topo ↗

G1 - TEMPO REAL

UFU, UFTM e IFTM recebem restante das verbas contingenciadas pelo MEC
Anúncio feito pelo ministro da Educação, Abraham Weintraub, nesta sexta-feira (18), liberou 100% dos recursos das universidades e instituições federais do país.
A Universidade Federal de Uberlândia (UFU), a Universidade Federal no Triângulo Mineiro (UFTM) e o Instituto Federal do Triângulo Mineiro (IFTM) tiveram o descontingenciamento total das verbas. O ministro da educação Abraham Weintraub, anunciou nesta sexta-feira (18) o descontingenciamento total no orçamento das universidades e institutos federais. A verba havia sido bloqueada em abril.

Segundo o ministro, foi liberado R\$ 1,1 bilhão – R\$ 771 milhões para universidades e R\$ 336 milhões para institutos federais –, após um remanejamento interno no orçamento da pasta. O MEC não informou quais áreas perderam recursos nesta troca.

Parte do montante bloqueado havia sido liberado pelo MEC às universidades e institutos federais no dia 30 de setembro.

No total, a UFU teve R\$ 42,8 milhões bloqueados e precisou rever contratos, reduzir despesas e cortar bolsas de Iniciação Científica. Já a UFTM precisou suprimir contratos, devolver imóveis alugados, adotar medidas de economia de energia e cortar recursos de pesquisas para se adequar ao corte de R\$ 15 milhões.

O IFTM teve contingenciadas verbas de capacitação, de fomento e de funcionamento da instituição. O instituto chegou a anunciar a suspensão de vagas nos campi de Uberlândia e Uberaba para o segundo semestre de 2019.

O contingenciamento de verbas da Educação foi alvo de manifestações de docentes na região do Triângulo e Alto Paranaíba. Houve atos logo após o contingenciamento e também quando o governo liberou verbas apenas parcialmente.

Em nota, a UFU informou que os recursos liberados nesta sexta-feira (18) serão utilizados para cumprir contratos vigentes em áreas como limpeza, vigilância, segurança, energia, telefonia e outros. e efetivação de compras licitadas das unidades acadêmicas e administrativas. A instituição ainda informou que os recursos também serão utilizados para efetivação das compras licitadas das Unidades Acadêmicas e Administrativas.

O G1 entrou em contato com a UFTM e o IFTM e aguarda retorno.

Entenda o caso

Em abril, o Ministro da Educação Abraham Weintraub anunciou o bloqueio de 30% na verba de todas as universidades e institutos federais. O anúncio foi feito após críticas ao corte de verbas da Universidade de Brasília (UnB), Universidade Federal Fluminense (UFF) e a Universidade Federal da Bahia (Ufba) que tinham sido palco de

manifestações públicas.

O bloqueio afetou a Universidade Federal de Uberlândia (UFU) que teve R\$ 42,8 milhões bloqueados e ameaçou o fechamento do ano acadêmico. A instituição precisou suspender serviços e reduzir despesas. Entre as medidas estavam a redução de 50% da quantidade de postos de trabalho nos contratos de mão de obra, suspensão temporária de contratos de prestação de serviços, suspensão do serviço de transporte 'Intercampi' intermunicipal e redução do transporte 'Intercampi' entre campi da mesma cidade.

A UFU também precisou cancelar 238 bolsas de Iniciação Científica, após a Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais (Fapemig) cortar quase cinco mil bolsas em todo o estado. Os cortes deram origem à manifestação de trabalhadores ligados a educação.

Já a Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM) teve aproximadamente R\$ 15 milhões bloqueados. A verba era utilizada para pagamento de despesas como materiais de consumo (de laboratórios, de escritório, de higiene e limpeza), serviços terceirizados (limpeza, portaria e segurança). A instituição precisou suprimir alguns contratos, devolveu imóveis alugados e adotou medidas de economia de energia elétrica

Os cortes afetaram também as atividades de pesquisa. A UFTM cortou recursos destinados aos projetos fomentados pela instituição e recursos para o desenvolvimento das empresas juniores. Manifestações de trabalhadores ligados a educação e estudantes também ocorreram em Uberaba.

O IFTM teve contingenciados 30% das verbas de capacitação, 30% das de fomento e 37% das de funcionamento da instituição. O instituto chegou a anunciar a suspensão de 70 vagas no campus de Uberlândia e 25 vagas no campus de Uberaba para o segundo semestre de 2019. No entanto, após ajustes, o processo seletivo para cursos técnicos e de especialização nas duas cidades foi retomado.

Descontingenciamento parcial

A UFU, a UFTM e o IFTM receberam parte dos recursos que estavam bloqueados pelo Ministério da Educação (MEC) no dia 30 de setembro. O MEC informou que os valores estão disponíveis para despesas de custeio das instituições, como água, energia elétrica, aquisição de materiais de consumo e outras prestações de serviço.

Com essa medida, a UFU recebeu pouco mais de R\$ 19 milhões, a UFTM R\$ 6,41 milhões e o IFTM R\$ 4,637 milhões.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Governo libera toda a verba que ainda estava bloqueada no orçamento de universidades federais

Valor liberado chega a R\$ 1,1 bilhão, quase metade do total de R\$ 2,4 bilhões que foram bloqueados em abril. MEC já tinha liberado, em meses anteriores, R\$ 1,3 bilhão.

O Ministério da Educação anunciou nesta sexta-feira (18) a liberação de todo o dinheiro que ainda estava bloqueado no orçamento de universidades e institutos federais.

O valor liberado chega a R\$ 1,1 bilhão, quase metade do total de R\$ 2,4 bilhões que

foram bloqueados em abril. O MEC já tinha liberado, em meses anteriores, R\$ 1,3 bilhão. E agora, recompõe todos os recursos das universidades federais, que vinham enfrentando dificuldades. O bloqueio havia retirado cerca de 25% dos recursos para pagamento de despesas como água, luz, compra de equipamentos e serviços terceirizados.

O dinheiro que vai ser liberado agora vai sair do próprio ministério e de órgãos ligados ao MEC, que fez um remanejamento de outras áreas, considerando que, no final de novembro, mais recursos do orçamento do governo estarão disponíveis.

No final de abril, o ministro Abraham Weintraub disse, numa entrevista, que iria reduzir as verbas de universidades que, segundo ele, faziam balbúrdia. Logo depois, anunciou o bloqueio, o que gerou protestos de professores e estudantes em todo o país. Na época, a promessa era de que, se a situação das contas públicas melhorasse, as verbas seriam recompostas. O que foi feito agora.

“Não teve corte. A gente pediu para segurar 3,5% do orçamento total, teve uma grande grita. O Brasil estava numa situação extremamente vulnerável, a gente precisava dar tranquilidade para os investidores, para os agentes econômicos, que o Brasil estava mudando, seria responsável. Isso tudo foi feito e a gente começa a ver impactos reais”, explicou o ministro da Educação.

O orçamento do Ministério da Educação ainda tem R\$ 2,9 bilhões bloqueados em outras áreas, como ensino básico, técnico e profissional, além de obras e custeio do próprio ministério.

O presidente da associação que reúne dirigentes das universidades federais disse que a liberação dos recursos era urgente, porque as instituições precisaram fazer várias adaptações, suspender contratos, para conseguir se manter nesses seis meses.

“A universidade precisa de mais recursos. Ela expandiu, ela tem várias tarefas de pesquisa, tarefas de inclusão. Então, ao longo do tempo, enfrentando a defasagem, várias medidas foram tomadas. Com o bloqueio, outras medidas ainda adicionais foram tomadas, e isso, sim, criou uma instabilidade na universidade”, disse João Carlos Salles, presidente da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes).

topo 

G1 - TEMPO REAL

Com desbloqueio do MEC, instituições de SC planejam suspensão de restrições e retomada de atividades

Medidas para contenção de gastos não serão mais aplicadas a partir da próxima semana na UFSC. IFSC quer liberar editais.

Com o desbloqueio total no orçamento das universidades e institutos federais anunciado pelo Ministério da Educação nesta sexta-feira (18), as instituições catarinenses planejam suspender medidas de restrição e retomar atividades que estavam paradas. Segundo o ministro da Educação, Abraham Weintraub, foi liberado R\$ 1,1 bilhão de reais – R\$ 771 milhões para universidades e R\$ 336 milhões para institutos federais.

UFSC

A Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) informou em nota que todas as

medidas de contenção de gastos serão suspensas a partir da próxima semana. A Administração Central da instituição comunicou que foram liberados para a universidade R\$ 29.021.965 milhões no final da tarde desta sexta.

A UFSC também quer fazer a Semana de Ensino, Pesquisa e Extensão (Sepex) 2019, que havia sido suspensa. A previsão é que o evento ocorra no início do primeiro semestre de 2020. Porém, na nota, a universidade afirma que ainda aguarda a liberação de emendas parlamentares e verbas de capital.

Outra decisão recente relacionada à instituição partiu dos alunos, que decidiram terminar a greve estudantil após 37 dias.

IFSC

O Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC) tem 22 unidades no estado e o bloqueio nos recursos feito em abril deste ano trouxe prejuízos.

"A gente começou a ter algumas dificuldades de compra de insumos de laboratório e de sala de aula. A assistência estudantil foi prejudicada. A gente está com três chamadas para novos alunos suspensas, chamadas também de edital de eventos científicos, para que os alunos possam participar de editais, também estavam suspensas, a gente liberou uma essa semana. E com esse desbloqueio a gente pretende então liberar essas chamadas", disse a pró-reitora de Administração do IFSC, Aline Heinz Belo.

UFFS

No Oeste, na Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), a expectativa é a mesma. Por lá, tinham sido bloqueados R\$ 5,8 milhões. Por nota, a universidade informou que, se for liberado o dinheiro, pretende atender as pendências em insumos para laboratórios e áreas experimentais, em auxílio financeiro, editais vigentes e manutenção nos campi.

Bloqueios

Desde o início deste ano, o MEC já passou por dois "cortes": R\$ 5,8 bilhões em abril e R\$ 348,47 milhões em julho.

Os bloqueios atingiram as universidades quando o Ministério da Educação reteve 30% dos recursos de custeio das universidades e institutos federais, em abril. Recursos de custeio se referem àquelas despesas correntes, como contas de luz, de água, as bolsas acadêmicas, insumos de pesquisa, compra de equipamentos básicos para laboratórios e pagamento de funcionários terceirizados.

topo ↕

METRÓPOLES - TEMPO REAL

A duas semanas da prova, veja como se preparar para o Enem 2019

Para chegar bem no dia do exame, professores recomendam reduzir os estudos e focar na resolução de exercícios de provas de outros anos

A proximidade das provas do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) — que serão realizadas nos dias 3 e 10 de novembro — pode deixar os candidatos ansiosos, mesmo aqueles que se prepararam durante meses. Você já estudou os principais assuntos e revisou as matérias. E agora? O que fazer nestas semanas que antecedem o processo seletivo?

Para chegar bem no dia do exame, professores recomendam reduzir os estudos, focar na

resolução de provas de outros anos e adotar diferentes técnicas de relaxamento para ajudar no nervosismo.

“O ideal é reduzir o ritmo de estudos, fazer provas anteriores e exercícios simulados e experimentar na prática o que é a prova”, recomendou a educadora Andrea Ramal. Ela sugere ao aluno que faça uma prova inteira, de preferência em um ambiente fechado e sem interrupções, com água e lanche para se habituar à sensação de ficar por quatro ou cinco horas debruçado sobre a prova.

“Enem é prova de resistência física, por ficar sentado tanto tempo, e psicológica. Chegar à prova com a mente muito cansada não é recomendado”, completou. Ramal aconselha também que os candidatos procurem fazer algumas atividades de relaxamento, de respiração e tenham momentos de lazer a poucos dias da prova.

Papel do professor

O professor de geografia e diretor do colégio Exatas, Sérgio Agner, enfatiza a importância do papel do professor para ajudar a amenizar a pressão que o aluno sente. “O estudante precisa entender que a prova de vestibular é apenas um momento de avaliação e não um retrato fiel de todos os estudos que ele desenvolveu ao longo do ano”, defendeu.

A rotina equilibrada também é fundamental nesse período. “O aluno precisa focar e aprofundar o que ele já sabe para ter segurança na hora do exame. Não adianta tentar aprender algo novo e ficar inseguro com o tema”, acrescenta. De acordo com Sérgio, o candidato deve saber como equilibrar os estudos e a hora de relaxar: assistir a documentários, ler livros e sair com amigos, o que é importante nessa fase da vida.

O professor aconselha: “É preciso medir os excessos”. Ao longo do ano, o estudante deve relaxar com os amigos, mas a medida que a prova se aproxima, é necessário se divertir de maneira saudável.

Andrea destaca também a importância do apoio da família nesse momento pré-Enem. “É importante evitar situações de pressão: ‘essa hora todo mundo estudando e você não’, ‘só quero ver se vai passar, seu irmão passou’. Pode não parecer, mas isso abala o candidato”, apontou.

Fique por dentro

As provas do Enem serão realizadas no dias 3 e 10 de novembro. Nesta semana, o Ministério da Educação (MEC) divulgou os locais de exame para os 5,1 milhões de participantes da edição deste ano. As informações estão no Cartão de Confirmação do candidato, que pode ser acessado na página do estudante na internet ou pelo aplicativo do Enem.

Além do local de prova, os candidatos podem conferir o número de inscrição, as datas e os horários da prova, a opção de língua estrangeira e o tipo de atendimento específico ou especializado que foi solicitado e aprovado.

topo ↕

O DOCUMENTO - MT - TEMPO REAL

Enem é aceito em 42 instituições de ensino portuguesas

O Instituto de Estudos Superiores de Fafe (IESFafe), de Portugal, passará a usar as notas do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) na seleção de brasileiros para os cursos de graduação. Este é, segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), o 42º convênio firmado com instituições portuguesas de ensino superior.

A instituição é voltada principalmente para as áreas de educação, tecnologia, gestão de empresa e turismo. Os cursos são pagos, mas é possível pleitear bolsas de estudo, de acordo com informações na página da instituição. Os participantes do Enem 2019, segundo o Inep, já poderão se beneficiar do novo acordo.

O Enem Portugal, programa de acordos entre o Inep e as instituições de educação superior portuguesas, foi criado em 2014. Mais de 1,2 mil brasileiros que ingressaram nessas instituições por meio dos convênios do Inep.

Seleção

Cada instituição define as regras e os pesos para uso das notas. As instituições de ensino superior portuguesas signatárias de convênio são responsáveis pela comunicação oficial com os candidatos admitidos em seus cursos.

De acordo com o Inep, os convênios interinstitucionais não envolvem transferência de recursos e não preveem financiamento estudantil pelo governo brasileiro. A revalidação de diplomas e o exercício profissional no Brasil dos estudantes que cursarem o ensino superior em Portugal estão sujeitos à legislação brasileira.

Em nota, o presidente do Inep, Alexandre Lopes, diz que pretende estender os convênios também para a Espanha: “Iniciamos as tratativas com a Embaixada da Espanha para que as instituições de ensino superior espanholas também aceitem o Enem como prova de acesso”.

Na página do Enem Portugal estão disponíveis mais informações sobre o programa.

[topo](#)

PORTAL EXAME - TEMPO REAL

O ministro colocou óculos de plástico em referência a um meme famoso nas redes — o do "turn down for what" — usado quando alguém "lacr" em uma discussão São Paulo — O ministro da Educação, Abraham Weintraub, encerrou a coletiva de imprensa em que anunciava o descontingenciamento total das verbas das universidades federais de uma maneira bastante curiosa: ele sacou do bolso um óculos de plástico (em referência a um meme famoso nas redes sociais — o do “turn down for what” — usado quando alguém “lacr” em uma discussão) e ainda jogou o microfone sobre a mesa, simulando ação de Barack Obama, ex-presidente dos EUA.

O ministro gostou tanto de sua reação que foi ao Twitter mostrar aos seus seguidores o que tinha feito.

Durante a coletiva desta sexta (18), Weintraub cobrou os críticos do governo ao anunciar o desbloqueio de todo o orçamento das universidades federais. Ele havia dito, em abril, que o contingenciamento era destinado às instituições que promoviam “balbúrdia” e depois congelou 30% da verba de todas.

Segundo o ministro, o contingenciamento não chegou a prejudicar nenhuma das ações da pasta. “Foi feita uma boa gestão. Administramos a crise na boca do caixa. Vamos terminar o ano com tudo rodando bem”, acrescentou. R\$ 5,8 bilhões haviam sido originalmente congelados pelo governo federal.

Apesar do anúncio, o MEC não informou de onde sairão os recursos para essa liberação, no valor de R\$ 1,1 bilhão. Em setembro, o MEC já havia descontingenciado R\$ 1,156 bilhão para as federais.

topo ↕

PORTAL ISTOÉ - TEMPO REAL

MEC : bloqueio de verbas de universidades acabou

O Ministério da Educação (MEC) anunciou ontem o descontingenciamento do orçamento das universidades federais. “Cem por cento de todo o orçamento para o custeio das universidades federais e institutos está sendo descontingenciado neste momento”, disse o ministro Abraham Weintraub.

Segundo ele, o contingenciamento não chegou a prejudicar nenhuma das ações da pasta. “Foi feita uma boa gestão. Administramos a crise na boca do caixa. Vamos terminar o ano com tudo rodando bem”, afirmou.

De acordo com o secretário executivo do MEC, Paulo Vogel, será liberado R\$ 1,1 bilhão (R\$ 771 milhões para as universidades e R\$ 336 milhões para os institutos federais). Segundo a pasta, a medida foi possível pela realocação interna de recursos do MEC, sem nova liberação pelo Ministério da Economia.

Em entrevista coletiva ontem para anunciar o descontingenciamento, Weintraub disse que o orçamento para 2020 é o mesmo deste ano e ressaltou que receitas adicionais poderão ser conseguidas pelo Future-se. O programa incentiva a captação de verba privada pelas universidades federais.

Em abril, o MEC anunciou o bloqueio de 30% das despesas discricionárias de universidades e institutos federais. Esses recursos são usados para o pagamento de despesas como contas de água, luz e contratos de funcionários terceirizados.

Com o bloqueio dessas verbas, as universidades federais enfrentaram dificuldades. Como o jornal O Estado de S. Paulo mostrou, houve paralisação de obras em andamento, redução de uso de equipamentos como ar-condicionado, para economizar energia, e de autorizações para atividades de campo. A concessão de bolsas de intercâmbio também ficou prejudicada. As informações são do jornal O Estado de S. Paulo.

topo ↕

TERRA - TEMPO REAL

MEC libera todo orçamento bloqueado de universidades federais

Weintraub anuncia liberação de 1,1 bilhão de reais para instituições de ensino federais, fruto de uma realocação de recursos dentro da pasta. Em todo o Ministério da Educação, seguem bloqueados 2,86 bilhões de reais. O Ministério da Educação anunciou nesta sexta-feira (18/10) que vai liberar todo o orçamento das universidades e institutos federais bloqueados pelo governo neste ano. O desbloqueio foi possível graças a uma realocação de recursos dentro da pasta.

"Cem por cento de todo o orçamento para o custeio das universidades federais e institutos estão sendo descontingenciados neste momento", afirmou o ministro da Educação, Abraham Weintraub, em entrevista coletiva à imprensa.

Segundo o secretário executivo do MEC, Paulo Vogel, estão sendo liberados 1,1 bilhão de reais dos 19,6 bilhões de reais que já estavam previstos para as despesas discricionárias da pasta. Ou seja, não são recursos novos, mas valores realocados de outras despesas ministeriais.

Presente na coletiva, Vogel lembrou que não se trata de um desbloqueio global do ministério e que seguem contingenciados 2,86 bilhões de reais na pasta. Esse valor atinge projetos que vão da educação básica à pós-graduação.

"Em relação ao orçamento do MEC, continua contingenciado o mesmo montante, não houve descontingenciamento global do MEC, o que fizemos foi uma realocação de recursos dentro da pasta", explicou o secretário executivo.

O Ministério da Educação não detalhou quais áreas perderam dinheiro com essa realocação. Segundo a pasta, o valor liberado nesta sexta-feira corresponde a 771 milhões de reais para universidades e 336 milhões de reais para institutos federais.

Weintraub afirmou que o descontingenciamento foi possível graças ao reaquecimento da economia. "No começo, a economia estava muito fraca. Tivemos que sinalizar para o mercado uma série de compromissos com a responsabilidade fiscal", declarou.

"E tudo isso, lá atrás, eu havia dito, e falei como economista e não como ministro, que tudo isso teria, sim, impacto positivo na economia: a arrecadação subiria, o nível de atividade subiria, os empregos seriam criados e a gente poderia descontingenciar", acrescentou o ministro. "Eu disse que teríamos que administrar a crise na boca do caixa."

Weintraub informou ainda que o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), cujas provas serão aplicadas nos dias 3 e 10 de novembro, ocorrerá normalmente neste ano. "As provas já foram impressas. Os alunos que se preparem", afirmou.

Crise no MEC

O contingenciamento de verbas não é prática exclusiva do governo do presidente Jair Bolsonaro, mas é realizada de maneira recorrente por diferentes gestões ao longo dos anos.

Weintraub, contudo, instalou uma crise neste ano ao afirmar que a promoção de "balbúrdia" nos campi universitários serviria de critério para a escolha das instituições que sofreriam cortes.

Logo depois, dada a repercussão negativa da declaração, o MEC anunciou o bloqueio de 30% dos recursos discricionários de todas as universidades federais do país, sem distinção.

Esses recursos se referem a despesas correntes, como contas de luz e de água, bolsas acadêmicas, insumos de pesquisa, compra de equipamentos para laboratórios e

pagamento de salários de funcionários terceirizados.

O valor bloqueado correspondia a um total de 2,4 bilhões de reais, ou 3,5% do orçamento total das universidades federais. Em setembro, o MEC anunciou a liberação de 1,15 bilhão de reais e, agora, dos 1,1 bilhão de reais que faltavam.

O contingenciamento faz parte de bloqueios anunciados pelo governo desde o início do ano e que afetaram todo o ministério. Em abril, a pasta congelou 5,8 bilhões de reais e, em julho, um novo bloqueio atingiu 348 milhões de reais. Em setembro, houve um desbloqueio de 1,9 bilhão - sendo 1,15 bilhão desse valor para as universidades.

Críticas à fala de Weintraub

Em abril, a afirmação do ministro referente à "balbúrdia" nas universidades foi alvo de duras críticas, e a medida foi classificada por especialistas de inconstitucional, por ferir o princípio da autonomia universitária.

Diante dessa e outras declarações consideradas ofensivas, o Ministério Público Federal entrou com uma ação civil pública na Justiça Federal do Rio Grande Norte contra Weintraub e a União, por danos morais coletivos causados a alunos e professores de instituições públicas de ensino.

Questionado nesta sexta-feira, o ministro diz que não se arrepende do que falou. "Estou pedindo transparência com quem paga imposto. E se isso é ser polêmico, eu sou polêmico."

"Universidade não é lugar para fazer festa onde morre gente, que é bêbado, bate a cabeça. Universidade não é lugar para produzir metanfetamina nem para plantar maconha. Universidade é lugar de pesquisa e ensino, e é por isso que a gente paga imposto", acrescentou.

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

MEC libera todo orçamento bloqueado de universidades federais

Weintraub anuncia liberação de 1,1 bilhão de reais para instituições de ensino federais, fruto de uma realocação de recursos dentro da pasta. Em todo o Ministério da Educação, seguem bloqueados 2,86 bilhões de reais. O Ministério da Educação anunciou nesta sexta-feira (18/10) que vai liberar todo o orçamento das universidades e institutos federais bloqueados pelo governo neste ano. O desbloqueio foi possível graças a uma realocação de recursos dentro da pasta.

"Cem por cento de todo o orçamento para o custeio das universidades federais e institutos estão sendo descontingenciados neste momento", afirmou o ministro da Educação, Abraham Weintraub, em entrevista coletiva à imprensa.

Segundo o secretário executivo do MEC, Paulo Vogel, estão sendo liberados 1,1 bilhão de reais dos 19,6 bilhões de reais que já estavam previstos para as despesas discricionárias da pasta. Ou seja, não são recursos novos, mas valores realocados de outras despesas ministeriais.

Presente na coletiva, Vogel lembrou que não se trata de um desbloqueio global do ministério e que seguem contingenciados 2,86 bilhões de reais na pasta. Esse valor

atinge projetos que vão da educação básica à pós-graduação.

"Em relação ao orçamento do MEC, continua contingenciado o mesmo montante, não houve descontingenciamento global do MEC, o que fizemos foi uma realocação de recursos dentro da pasta", explicou o secretário executivo.

O Ministério da Educação não detalhou quais áreas perderam dinheiro com essa realocação. Segundo a pasta, o valor liberado nesta sexta-feira corresponde a 771 milhões de reais para universidades e 336 milhões de reais para institutos federais.

Weintraub afirmou que o descontingenciamento foi possível graças ao reaquecimento da economia. "No começo, a economia estava muito fraca. Tivemos que sinalizar para o mercado uma série de compromissos com a responsabilidade fiscal", declarou.

"E tudo isso, lá atrás, eu havia dito, e falei como economista e não como ministro, que tudo isso teria, sim, impacto positivo na economia: a arrecadação subiria, o nível de atividade subiria, os empregos seriam criados e a gente poderia descontingenciar", acrescentou o ministro. "Eu disse que teríamos que administrar a crise na boca do caixa."

Weintraub informou ainda que o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), cujas provas serão aplicadas nos dias 3 e 10 de novembro, ocorrerá normalmente neste ano. "As provas já foram impressas. Os alunos que se preparem", afirmou.

Crise no MEC

O contingenciamento de verbas não é prática exclusiva do governo do presidente Jair Bolsonaro, mas é realizada de maneira recorrente por diferentes gestões ao longo dos anos.

Weintraub, contudo, instalou uma crise neste ano ao afirmar que a promoção de "balbúrdia" nos campi universitários serviria de critério para a escolha das instituições que sofreriam cortes.

Logo depois, dada a repercussão negativa da declaração, o MEC anunciou o bloqueio de 30% dos recursos discricionários de todas as universidades federais do país, sem distinção.

Esses recursos se referem a despesas correntes, como contas de luz e de água, bolsas acadêmicas, insumos de pesquisa, compra de equipamentos para laboratórios e pagamento de salários de funcionários terceirizados.

O valor bloqueado correspondia a um total de 2,4 bilhões de reais, ou 3,5% do orçamento total das universidades federais. Em setembro, o MEC anunciou a liberação de 1,15 bilhão de reais e, agora, dos 1,1 bilhão de reais que faltavam.

O contingenciamento faz parte de bloqueios anunciados pelo governo desde o início do ano e que afetaram todo o ministério. Em abril, a pasta congelou 5,8 bilhões de reais e, em julho, um novo bloqueio atingiu 348 milhões de reais. Em setembro, houve um desbloqueio de 1,9 bilhão – sendo 1,15 bilhão desse valor para as universidades.

Críticas à fala de Weintraub

Em abril, a afirmação do ministro referente à "balbúrdia" nas universidades foi alvo de duras críticas, e a medida foi classificada por especialistas de inconstitucional, por ferir o princípio da autonomia universitária.

Diante dessa e outras declarações consideradas ofensivas, o Ministério Público Federal entrou com uma ação civil pública na Justiça Federal do Rio Grande Norte contra Weintraub e a União, por danos morais coletivos causados a alunos e professores de instituições públicas de ensino.

Questionado nesta sexta-feira, o ministro diz que não se arrepende do que falou. "Estou pedindo transparência com quem paga imposto. E se isso é ser polêmico, eu sou polêmico."

"Universidade não é lugar para fazer festa onde morre gente, que é bêbado, bate a cabeça. Universidade não é lugar para produzir metanfetamina nem para plantar maconha. Universidade é lugar de pesquisa e ensino, e é por isso que a gente paga imposto", acrescentou.

EK/abr/ots

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

MEC : bloqueio de verbas de universidades acabou

São Paulo

O Ministério da Educação (MEC) anunciou ontem o descontingenciamento do orçamento das universidades federais. "Cem por cento de todo o orçamento para o custeio das universidades federais e institutos está sendo descontingenciado neste momento", disse o ministro Abraham Weintraub.

Segundo ele, o contingenciamento não chegou a prejudicar nenhuma das ações da pasta. "Foi feita uma boa gestão. Administramos a crise na boca do caixa. Vamos terminar o ano com tudo rodando bem", afirmou.

De acordo com o secretário executivo do MEC, Paulo Vogel, será liberado R\$ 1,1 bilhão (R\$ 771 milhões para as universidades e R\$ 336 milhões para os institutos federais). Segundo a pasta, a medida foi possível pela realocação interna de recursos do MEC, sem nova liberação pelo Ministério da Economia.

Em entrevista coletiva ontem para anunciar o descontingenciamento, Weintraub disse que o orçamento para 2020 é o mesmo deste ano e ressaltou que receitas adicionais poderão ser conseguidas pelo Future-se. O programa incentiva a captação de verba privada pelas universidades federais.

Em abril, o MEC anunciou o bloqueio de 30% das despesas discricionárias de universidades e institutos federais. Esses recursos são usados para o pagamento de despesas como contas de água, luz e contratos de funcionários terceirizados.

Com o bloqueio dessas verbas, as universidades federais enfrentaram dificuldades. Como o jornal O Estado de S, Paulo mostrou, houve paralisação de obras em andamento, redução de uso de equipamentos como ar-condicionado, para economizar

energia, e de autorizações para atividades de campo. A concessão de bolsas de intercâmbio também ficou prejudicada. As informações são do jornal O Estado de S. Paulo.

O LIBERAL - PA - REPÓRTER 70

RESULTADOS INVESTIMENTO

EDUCAÇÃO

A Comissão de Educação da Câmara dos Deputados aprovou mais R\$ 600 milhões para o orçamento da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior**, a **Capex**, em 2020. O dinheiro vai assegurar 135 mil vagas para os programas de formação de professores da autarquia vinculados ao Ministério da Educação, bem como a criação de seis mil bolsas de pós-graduação e pesquisa. Nem tudo está perdido, portanto.

topo ↕

A TARDE - BA - BAHIA

Democracia e avanços na Educação de Salvador

Secretário municipal de Educação de Salvador.

A Educação de Salvador tem conquistado um espaço de referência no Brasil. Somos a capital que mais avança na área: o Ideb da rede municipal saltou 32,5% em 2017, comparativamente a 2013. Nesse mesmo período, a taxa de abandono escolar teve queda de 54,5% e a distorção idade/ano caiu 20,5%.

Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua (Pnad) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) 2018, divulgados recentemente, mostram que Salvador alcançou uma taxa de escolarização de 98,3% da pré-escola – o terceiro melhor índice das capitais brasileiras.

No acesso à creche, nossa capital é a 5ª com melhor taxa e devemos, ainda em 2020, bater a meta estabelecida para 2024. Essas conquistas, e tantas outras, são frutos de um trabalho árduo, intenso, e de ideias inovadoras, como o programa Agente da Educação e as Escolas Laboratórios (Escolabs).

Aqui destaco também o Pé na Escola – um programa que amplia a oferta de vagas através de parcerias com escolas privadas e que se tornou case nacional por seu caráter pioneiro. Implantado em 2018, o Pé na Escola já soma 42 escolas parceiras credenciadas, que ofertam mais de 4.500 vagas. A Educação em Salvador é marcada por um ritmo intenso de trabalho.

Nesses dois anos que estou à frente da Smed, por exemplo, inauguramos 25 obras, entre elas o Subúrbio 360, somando investimentos da ordem de R\$ 61 milhões. Aplicamos R\$ 8 milhões na aquisição de mobiliário escolar e R\$ 16 milhões em fardamento e kits escolares, assinamos 18 contratos em parceria com o Ministério da Educação (MEC) para reconstrução de unidades escolares, com investimento de R\$ 95,4 milhões, entre outros. É um trabalho que tem como marca, também, a participação e a democracia.

Nesse aspecto, destacam-se a construção do material pedagógico Nossa Rede e a recente eleição de diretores e vice-diretores escolares – fruto de um processo construído através da atuação direta e conjunta da Secretaria Municipal da Educação (Smed), de gestores, das gerências regionais e do Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado da Bahia (APLB).

A votação, realizada em 19 de setembro, levou às escolas 73 mil pessoas entre professores, coordenadores, servidores, alunos e responsáveis. Salvador está entre as quatro maiores cidades do país e se posiciona entre os três piores PIB per capita entre as capitais, o que nos torna uma metrópole pobre e desigual.

O primeiro passo para redução da desigualdade social é investir numa educação de qualidade com equidade. Temos que ter altas expectativas para nossos jovens, crianças e adultos.

O foco na melhoria da aprendizagem deve ser perseguido através de monitoramento e avaliações contínuas. Transformar o discurso em prática, ampliar o acesso, estimular a permanência e garantir a aprendizagem, são pilares que alicerçam a gestão da educação municipal da primeira capital do Brasil.

topo ↕

CORREIO DA BAHIA - BA - BRASIL

Mesmo com liberação de verba, universidades baianas vão manter medidas de contingenciamento

Desde o início do ano, identificamos uma defasagem orçamentária, diz reitor da Ufba

O Ministério da Educação (MEC) anunciou, nesta sexta-feira (18), a liberação de R\$ 1,1 bilhão no orçamento das universidades e institutos federais. O valor equivale ao que tinha sido contingenciado ao longo do ano. No entanto, entre as instituições federais da Bahia, os cintos vão continuar apertados. Em pelo menos três delas, medidas de economia devem continuar.

Na Universidade Federal da Bahia (Ufba), os procedimentos anunciados em setembro serão mantidos, de acordo com o reitor da instituição, o professor João Carlos Salles. Na ocasião, a universidade suspendeu de vez itens como o uso de ar-condicionado, ligações telefônicas para celular, interurbanas e internacionais, aditivos de obras e incentivos para viagens de eventos.

“As medidas continuam porque a situação que identificamos desde o início do ano é de defasagem orçamentária, ou seja, a Ufba tem uma necessidade a mais”, explicou Salles, em entrevista ao CORREIO, por telefone.

O orçamento de capital, por exemplo, era de R\$ 38 milhões em 2015. Em 2019, passou a ser de R\$ 10 milhões – esses recursos são destinados a obras e compra de equipamentos. “Muitas vezes, a gente acabava solicitando que (o recurso de capital) fosse para custeio. Significa que ainda estamos numa situação de defasagem e vamos olhar com todo cuidado”, disse o reitor.

Só para dar uma ideia, a universidade enfrentou pelo menos duas paralisações de vigilantes devido à falta de pagamento, em maio e em agosto, além de ter reduzido o contrato de limpeza e encerrado o funcionamento de três bibliotecas aos fins de semana.

A Ufba esteve no centro das discussões nacionais sobre os cortes do MEC desde o início. Em maio, após uma entrevista ao jornal O Estado de S. Paulo, o ministro Abraham Weintraub anunciou que a Ufba, assim como a Universidade de Brasília (UnB) e a Universidade Federal Fluminense (UFF) teriam cortes no orçamento por

promoverem 'balbúrdia'. Na época, o contingenciamento chegou a mais de R\$ 53 milhões.

Após a repercussão negativa, o MEC informou que o corte seria para todas as universidades e institutos federais. Na Ufba, de acordo com Salles, a liberação deve ser de aproximadamente 20% do orçamento total.

A universidade tinha R\$ 8 milhões contingenciados e outros R\$ 24 milhões bloqueados, que equivaliam a 5% e 15%, respectivamente.

“O fato de ter orçamento bloqueado significa que não está disponível no sistema. O contingenciado você visualiza, mas não há liberação para empenho”, disse o reitor.

Os valores, de acordo com ele, ainda não tinham sido liberados. A expectativa, porém, era de que isso acontecesse ainda nesta sexta-feira. Todo o recurso será destinado ao orçamento de custeio – ou seja, ao funcionamento básico da Ufba. O custeio inclui desde as contas de água, energia e telefone até os contratos de vigilância e limpeza.

Universidades e institutos

Segundo o MEC, as universidades federais devem receber R\$ 771 milhões, enquanto os institutos terão R\$ 336 milhões liberados.

“Foi feita uma boa gestão. Administramos a crise na boca do caixa. Vamos terminar o ano com tudo rodando bem”, disse o ministro Abraham Weintraub, em entrevista coletiva, nesta sexta-feira, em Brasília.

O ministério não informou, porém, de onde era o recurso que foi remanejado para as instituições de ensino superior. As verbas foram liberadas, mas não houve descontingenciamento na pasta como um todo – o MEC continua com R\$ 2,9 bilhões de seu orçamento de 2019 bloqueados.

Também presidente da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), o reitor da Ufba, João Carlos Salles, disse que a liberação era uma defesa da entidade desde que os cortes foram anunciados. “Para a Andifes, é todo um reconhecimento de que era necessário esse recurso para o funcionamento regular das universidades,”, disse.

Em setembro, o CORREIO mostrou que outras universidades federais também tinham adotado medidas para reduzir gastos, assim como a Ufba. Já nos institutos federais, desde maio, os cortes levaram ao cancelamento de cursos e à suspensão de editais.

No Instituto Federal da Bahia (Ifba), que tinha 35% de seu orçamento contingenciado até o ano passado, a contenção de despesas implementada em 2019 deve continuar – especialmente as que envolvem redução de consumo de energia elétrica, água, papelaria e demais insumos. De acordo com o reitor da instituição, Renato da Anunciação Filho, há, inclusive, uma campanha em andamento pela economia.

“O Ifba seguirá captando recursos de fontes alternativas ao orçamento para custos e despesas discricionárias, como os programas federais Pronatec/Mediotec, e principalmente as parcerias diretas com as prefeituras municipais através do programa

‘O Ifba na sua cidade’, cuja meta é elevar o corpo discente do instituto dos atuais 36 mil alunos para 100 mil mediante à oferta de verticalização da educação aos municípios, do ensino fundamental à pós-graduação”, disse o reitor, através de nota.

No dia 30 de setembro, o MEC desbloqueou R\$ 12.438.493,00 – ou seja, 15% do orçamento do IFBA. “Os outros 20% que devem estar sendo contingenciados agora correspondem a R\$ 15.816.771,88, dos quais R\$ 12.341.000,00 do orçamento de funcionamento e R\$3.475.771,88 para a assistência estudantil”, completou.

Os recursos são distribuídos entre os 22 campi em todo o estado, além da reitoria e do Polo de Inovação, ambos em Salvador. Eles devem ser direcionados ao reestabelecimento do funcionamento normal do instituto, incluindo a reabertura de postos de serviços terceirizados de vigilância e de limpeza que tinham sido fechados por conta do contingenciamento.

Há, ainda, a possibilidade de utilizar parte do recurso economizado ao longo do período de contingenciamento para o ensino, com a aquisição de insumos para as aulas práticas.

O Instituto Federal Baiano (IF Baiano) também informou que os valores ainda não tinham sido repassados ao Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi). Segundo o instituto, o bloqueio no início do ano foi de 30% do orçamento, mas, no mês passado, 10% do valor foi liberado. O IF Baiano é um dos que vai manter as medidas de otimização dos gastos.

"O recurso liberado, conforme anúncio do MEC, será destinado aos custos de manutenção e funcionamento da instituição. Independentemente do desbloqueio, o IF Baiano continuará a otimizar os gastos e, seguindo a tradição da instituição, a manter a qualidade na utilização dos recursos", informou, em nota.

A Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB) informou, através da assessoria, que também ainda não tinha recebido a verba até a tarde desta sexta-feira. Aproximadamente R\$ 3 milhões de seu orçamento estavam bloqueados.

Em maio, a UFSB era a instituição federal mais afetada do Brasil pelo contingenciamento, tendo 53,96% de seu orçamento discricionário congelado. Na época, o orçamento de custeio era de R\$ 17.620.589, mas houve um bloqueio de R\$ 5.213,565, uma porcentagem de 29,59%. Já os recursos de investimento eram R\$ 13.909.074 e foram cortados R\$ 11.801.066, 84,84% do valor.

Agora, segundo a assessoria, a verba liberada será destinada a pagamentos de contratos, principalmente de reforma e manutenção predial. A universidade informou, porém, que ainda avalia se vai manter as estratégias de contingenciamento.

Já a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), que respondeu à reportagem na noite desta sexta-feira, informou que a liberação do orçamento já constava no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI). “Foi liberado 17% de limite (autorização de gastos), que representa R\$ 8,3 milhões de reais. A UFRB divulgou hoje a Portaria Nº 1.120 que trata sobre medidas de racionalização de gastos e redução de despesas”, disse a entidade, em nota.

O CORREIO procurou ainda, a Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB) e a Universidade Federal do Vale do São Francisco (Univasf), mas as instituições ainda não responderam aos questionamentos da reportagem.

topo ↕

CORREIO POPULAR – SP - BRASIL

MEC : bloqueio de verbas de universidades acabou

O Ministério da Educação (MEC) anunciou ontem o descontingenciamento do orçamento das universidades federais. "Cem por cento de todo o orçamento para o custeio das universidades federais e institutos está sendo descontingenciado neste momento", disse o ministro Abraham Weintraub.

Segundo ele, o contingenciamento não chegou a prejudicar nenhuma das ações da pasta. "Foi feita uma boa gestão. Administramos a crise na boca do caixa. Vamos terminar o ano com tudo rodando bem", afirmou.

De acordo com o secretário executivo do MEC, Paulo Vogel, será liberado R\$ 1,1 bilhão (R\$ 771 milhões para as universidades e R\$ 336 milhões para os institutos federais). Segundo a pasta, a medida foi possível pela realocação interna de recursos do MEC, sem nova liberação pelo Ministério da Economia.

Em entrevista coletiva ontem para anunciar o descontingenciamento, Weintraub disse que o orçamento para 2020 é o mesmo deste ano e ressaltou que receitas adicionais poderão ser conseguidas pelo Future-se. O programa incentiva a captação de verba privada pelas universidades federais.

Em abril, o MEC anunciou o bloqueio de 30% das despesas discricionárias de universidades e institutos federais. Esses recursos são usados para o pagamento de despesas como contas de água, luz e contratos de funcionários terceirizados.

Com o bloqueio dessas verbas, as universidades federais enfrentaram dificuldades. Como o jornal O Estado de S. Paulo mostrou, houve paralisação de obras em andamento, redução de uso de equipamentos como ar-condicionado, para economizar energia, e de autorizações para atividades de campo. A concessão de bolsas de intercâmbio também ficou prejudicada. As informações são do jornal O Estado de S. Paulo.

topo ↕

DIÁRIO DE PERNAMBUCO - PE - BRASIL

MEC anuncia liberação de todo o orçamento bloqueado

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, anunciou nesta sexta-feira que a pasta vai liberar todo o orçamento das universidades e institutos federais bloqueados neste ano. Os valores liberados nesta sexta, que somam R\$ 1,1 bilhão, virão de remanejamentos internos do MEC e devem garantir a execução integral dos recursos discricionários (que não incluem salários) de custeio das instituições. Não fazem parte, portanto, de um novo descontingenciamento do orçamento.

A pasta da Educação do governo Jair Bolsonaro (PSL) ainda sofre um bloqueio de recursos, atualmente de R\$ 2,9 bilhões, que atinge ações que vão da educação básica à pós-graduação, como a oferta de bolsas de pesquisa. Os valores foram liberados agora, segundo o ministério, para que haja tempo de as universidades empenharem os recursos ainda neste ano e garantirem sua execução. O MEC não informou de onde sairão os

recursos para essa liberação. "Acho que a gente tem tudo para terminar este ano em situação oposta do que foi alardeada", disse Weintraub em entrevista coletiva nesta sexta em Brasília.

O contingenciamento de recursos é prática recorrente realizada pelo governo federal em todos anos, em diferentes gestões. Em 2019, no entanto, Weintraub iniciou uma crise ao afirmar em entrevista que algumas universidades teriam cortes porque praticavam o que ele chamou de balbúrdia. Após repercussão negativa, a pasta divulgou que o percentual de congelamento, de 30% dos recursos discricionários, seria aplicado de forma isonômica a todas as instituições. Questionado, Weintraub disse que não se arrepende de sua declaração, que provocou reação de reitores e manifestações por todo país.

topo ↕

FOLHA DE PERNAMBUCO - PE - BRASIL

MEC destrava verba para universidades

Medida anunciada pelo ministro da educação, Abraham Weintraub, também atinge os institutos federais

BRASÍLIA (Folhapress) - O ministro da Educação, Abraham Weintraub, anunciou na última sexta-feira que a pasta vai liberar todo o orçamento das universidades e institutos federais bloqueados neste ano. Os valores liberados nesta sexta, que somam R\$ 1,1 bilhão, virão de remanejamentos internos do MEC e devem garantir a execução integral dos recursos discricionários (que não incluem salários) de custeio das instituições. Não fazem parte, portanto, de um novo descontingenciamento do orçamento.

A pasta da Educação do governo Jair Bolsonaro (PSL) ainda sofre um bloqueio de recursos, atualmente de R\$ 2,9 bilhões, que atinge ações que vão da educação básica à pósgraduação, como a oferta de bolsas de pesquisa. Os valores foram liberados agora, segundo o ministério, para que haja tempo de as universidades empenharem os recursos ainda neste ano e garantirem sua execução.

O MEC não informou de onde sairão os recursos para essa liberação. "Acho que a gente tem tudo para terminar este ano em situação oposta do que foi alardeada", disse Weintraub em entrevista coletiva nesta sexta em Brasília. O contingenciamento de recursos é prática recorrente realizada pelo governo federal em todos anos, em diferentes gestões. Em 2019, no entanto, Weintraub iniciou uma crise ao afirmar em entrevista que algumas universidades teriam cortes porque praticavam o que ele chamou de balbúrdia.

Após repercussão negativa, a pasta divulgou que o percentual de congelamento, de 30% dos recursos discricionários, seria aplicado de forma isonômica a todas as instituições. Questionado, Weintraub disse que não se arrepende de sua declaração, que provocou reação de reitores e manifestações por todo país. Ao fim da entrevista, ele ainda colocou um óculos de plástico, usado em vídeos na internet para indicar que alguém "lacrou", e jogou o microfone na mesa.

"Não estou falando que todo mundo está errado, estou pedindo transparência [das ações e contas das universidades], se isso for polêmico, vou ser polemico", disse.

"Universidade não é lugar para produzir festa com gente bêbada, para produzir metanfetamina e plantar maconha", completou ele, sem especificar a quais casos se referia.

topo ↕

J. DO COMMERCIO - PE - BRASIL

MEC libera verba para universidades

Ministro descontingenciou R\$ 1,1 bilhão. Pasta ainda tem R\$ 2,86 bi bloqueados GOVERNO

O Ministério da Educação (MEC) anunciou nesta sexta-feira (18) uma realocação de recursos dentro da pasta e descontingenciou toda a verba de custeio das instituições federais de ensino superior. De acordo com o ministério, R\$ 1,1 bilhão será liberado para universidades e institutos federais.

Os valores não são recursos novos, eles foram remanejados dentro da própria pasta, embora o ministério não tenha detalhado de onde saiu o dinheiro. Em relação ao orçamento de todo o MEC, incluindo recursos de todas as etapas de ensino, o bloqueio de verbas segue em R\$ 2,86 bilhões. “Em relação ao orçamento do MEC, continua contingenciado o mesmo montante, não houve descontingenciamento global do MEC, o que fizemos foi uma realocação de recursos dentro da pasta.

Ainda temos R\$ 2,86 bilhões contingenciados em todo ministério”, explicou o secretário-executivo da pasta, Antonio Vogel. Segundo a pasta, serão R\$ 771 milhões para universidades e R\$ 336 milhões para institutos federais. Durante coletiva de imprensa, o ministro da Educação, Abraham Weintraub, disse que a medida é fruto do aquecimento da economia. “Lá atrás eu havia dito, e falei como economista e não como ministro, que tudo isso teria impacto positivo na economia, que a arrecadação subiria, empregos seriam criados, e a gente poderia descontingenciar. Eu disse que teríamos que administrar a crise na boca do caixa”, afirmou. Em abril foram contingenciados R\$ 2,4 bilhões do orçamento discricionário das universidades. Na época, o ministro afirmou que o bloqueio aconteceria em universidades que promovessem “balbúrdia”.

A afirmação desencadeou uma crise no País, e milhões de pessoas foram às ruas cobrar mais investimentos na Educação. Questionado se arrependia da afirmação, Weintraub negou. Depois da declaração, o ministro contingenciou 30% do orçamento discricionário de todas as instituições federais. Após o bloqueio de R\$ 2,4 bilhões, o MEC foi fazendo liberações ao longo do ano para o orçamento das instituições federais de ensino superior – em setembro foi desbloqueado R\$ 1,15 bilhão até chegar aos últimos R\$ 1,1 bilhão que faltavam e foram liberados nesta sexta. “Não me arrependo.

O que eu vou repetir, salientar e reforçar é que, pela primeira vez, há um governo que tem respeito pelo dinheiro do pagador de imposto. As universidades são caríssimas, tem universidade que custa R\$ 4 bilhões por ano para o pagador de imposto”, defendeu o ministro, voltando a criticar as federais: “Universidade não é lugar para fazer festa onde morre gente, não é lugar para produzir metanfetamina e nem plantar maconha”.

A análise é de que com a liberação dos recursos, o governo abrandou o cenário para a discussão do Future-se, programa do MEC para financiamento das universidades federais. Na coletiva, o ministro afirmou que a expectativa é de que cerca de 20 universidades façam adesão ao programa num primeiro momento. No entanto, o que tem sido visto é que as principais instituições do País, como a UFRJ, a UNB e a Unifesp, já se manifestaram contra o programa.

O Brasil tem 63 universidades federais. Weintraub afirmou que os recursos foram

liberados agora, ainda em outubro, para que as universidades tenham tempo para usar o dinheiro antes do fim do ano. Ao fim da coletiva, o ministro da educação colocou um óculos escuro, em referência a um meme para indicar “lacrção”, e afirmou “Ab (Abraham) is out!”. Depois, soltou o microfone na mesa. Questionado se estaria deixando o comando da pasta, Weintraub explicou que se tratava apenas de um “Sextou!”, Expressão utilizada para comemorar a chegada do fim de semana.

topo ↕

O POPULAR - GO - BRASIL

Ministério da Educação em cerra bloqueio de verbas

O Ministério da Educação (MEC) anunciou ontem (18) o descontingenciamento do orçamento das universidades federais. “Cem por cento de todo o orçamento para o custeio das universidades federais e institutos está sendo descontingenciado neste momento”, disse o ministro Abraham Weintraub. Segundo ele, o contingenciamento não chegou a prejudicar nenhuma das ações da pasta. “Foi feita uma boa gestão. Administramos a crise na boca do caixa. Vamos terminar o ano com tudo rodando bem”, afirmou.

De acordo com o secretário executivo do MEC, Paulo Vogel, será liberado R\$ 1,1 bilhão (R\$ 771 milhões para as universidades e R\$ 336 milhões para os institutos federais). Segundo a pasta, a medida foi possível pela realocação interna de recursos do MEC, sem nova liberação pelo Ministério da Economia. Em entrevista coletiva ontem para anunciar o descontingenciamento, Weintraub disse que o orçamento para 2020 é o mesmo deste ano e ressaltou que receitas adicionais poderão ser conseguidas pelo Future-se.

O programa incentiva a captação de verba privada pelas universidades federais. Em abril, o MEC anunciou o bloqueio de 30% das despesas discricionárias de universidades e institutos federais. Estes recursos são usados para o pagamento de despesas como contas de água, luz e contratos de funcionários terceirizados.

topo ↕

AGÊNCIA BRASIL - TEMPO REAL

MEC remaneja recursos próprios para recompor orçamento das federais

Ministério libera total dos recursos previstos às instituições

O Ministério da Educação (MEC) remanejou recursos da própria pasta e das autarquias para recompor os orçamentos das universidades e institutos federais. Hoje (18), o MEC anunciou a liberação total dos recursos previstos para essas instituições de ensino em 2019. Parte deles estava bloqueada.

Em nota, o MEC diz que os recursos são oriundos da própria pasta, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** e Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

“Os valores a serem empenhados por estas áreas só serão necessários no final de novembro, quando novos recursos serão descontingenciados”, diz a pasta, que não detalha a origem específica dos recursos realocados hoje.

O ministério ressalta, no entanto, que os programas conduzidos pela pasta não serão prejudicados. “Todos os programas e ações da pasta serão executados de acordo com o cronograma estabelecido”, afirma.

Ao todo, o MEC anunciou a liberação de cerca de R\$ 1,1 bilhão para universidades e institutos federais. Deste total, as universidades receberão R\$ 771 milhões. Os institutos, aproximadamente R\$ 336 milhões.

Bloqueio

O bloqueio das verbas foi feito no início deste ano. As universidades tiveram, no total, um bloqueio de R\$ 2,4 bilhões, o que representa, em média, 30% dos recursos discricionários. Esses recursos cobrem despesas de custeio como gastos com água, energia elétrica, aquisição de materiais de consumo e outras prestações de serviço.

No mês passado, com o descontingenciamento feito pelo Ministério da Economia, as instituições tiveram parte do orçamento recomposto, receberam R\$ 1,156 bilhão. Além disso, foram feitas outras liberações pontuais pelo MEC. Com o remanejamento anunciado hoje, o orçamento foi totalmente recomposto.

A liberação agora possibilitará que as universidades tenham tempo para gastar os recursos este ano, segundo o ministro da Educação, Abraham Weintraub. “Não queremos que as universidades falassem que o governo soltou [os recursos] nos últimos dias do ano e não tivemos competência para gastar [em tão pouco tempo]. Vamos fazer a gestão deste fluxo de caixa aqui no MEC mesmo”, disse em coletiva de imprensa concedida hoje.

Segundo ele, o bloqueio de recursos do orçamento do MEC e de outros ministérios, no início do ano, foi necessário para “sinalizar ao mercado uma série de compromissos com a responsabilidade fiscal, com a boa gestão e com a Reforma da Previdência”.

De acordo com o MEC, a pasta segue com aproximadamente R\$ 2,9 bilhões contingenciados pelo governo federal.

“Não houve um descontingenciamento global do MEC”, explicou o secretário executivo do ministério, Paulo Vogel durante entrevista à imprensa. “Chegando próximo ao fim do ano, olhamos para o nível de execução do ministério e para as perspectivas econômicas. E conseguimos fazer este ajuste interno para liberar recursos de áreas que podemos ajustar mais perto do fim do ano.”

topo 

CIRCUITO MATO GROSSO - TEMPO REAL

MEC remaneja recursos próprios para recompor orçamento das federais MEC anunciou a liberação total dos recursos previstos para essas instituições de ensino em 2019

O Ministério da Educação (MEC) remanejou recursos da própria pasta e das autarquias para recompor os orçamentos das universidades e institutos federais. Ontem (18), o MEC anunciou a liberação total dos recursos previstos para essas instituições de ensino em 2019. Parte deles estava bloqueada.

Em nota, o MEC diz que os recursos são oriundos da própria pasta, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** e Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

“Os valores a serem empenhados por estas áreas só serão necessários no final de novembro, quando novos recursos serão descontingenciados”, diz a pasta, que não detalha a origem específica dos recursos realocados hoje.

O ministério ressalta, no entanto, que os programas conduzidos pela pasta não serão prejudicados. “Todos os programas e ações da pasta serão executados de acordo com o cronograma estabelecido”, afirma.

Ao todo, o MEC anunciou a liberação de cerca de R\$ 1,1 bilhão para universidades e institutos federais. Deste total, as universidades receberão R\$ 771 milhões. Os institutos, aproximadamente R\$ 336 milhões.

Bloqueio

O bloqueio das verbas foi feito no início deste ano. As universidades tiveram, no total, um bloqueio de R\$ 2,4 bilhões, o que representa, em média, 30% dos recursos discricionários. Esses recursos cobrem despesas de custeio como gastos com água, energia elétrica, aquisição de materiais de consumo e outras prestações de serviço.

No mês passado, com o descontingenciamento feito pelo Ministério da Economia, as instituições tiveram parte do orçamento recomposto, receberam R\$ 1,156 bilhão. Além disso, foram feitas outras liberações pontuais pelo MEC. Com o remanejamento anunciado hoje, o orçamento foi totalmente recomposto.

A liberação agora possibilitará que as universidades tenham tempo para gastar os recursos este ano, segundo o ministro da Educação, Abraham Weintraub. “Não queríamos que as universidades falassem que o governo soltou [os recursos] nos últimos dias do ano e não tivemos competência para gastar [em tão pouco tempo]. Vamos fazer a gestão deste fluxo de caixa aqui no MEC mesmo”, disse em coletiva de imprensa concedida hoje.

Segundo ele, o bloqueio de recursos do orçamento do MEC e de outros ministérios, no início do ano, foi necessário para “sinalizar ao mercado uma série de compromissos com a responsabilidade fiscal, com a boa gestão e com a Reforma da Previdência”.

De acordo com o MEC, a pasta segue com aproximadamente R\$ 2,9 bilhões contingenciados pelo governo federal.

“Não houve um descontingenciamento global do MEC”, explicou o secretário executivo do ministério, Paulo Vogel durante entrevista à imprensa. “Chegando próximo ao fim do ano, olhamos para o nível de execução do ministério e para as perspectivas econômicas. E conseguimos fazer este ajuste interno para liberar recursos de áreas que podemos ajustar mais perto do fim do ano.”

[topo](#)

CONGRESSO EM FOCO - TEMPO REAL

MEC libera orçamento bloqueado de universidades e institutos federais

Nesta sexta-feira (18) o ministro da educação, Abraham Weintraub, anunciou o descontingenciamento de 100% dos recursos da pasta de educação destinados às universidades e institutos federais. O valor liberado é de R\$ 1,1 bilhão, sendo R\$ 771 milhões para as universidades e R\$ 336 milhões para os institutos. A quantia provém de remanejamentos internos do próprio Ministério da Educação e tem como destino o

pagamento de gastos básicos como luz, água, telefone e limpeza, segundo o MEC.

Contingenciamento

Segundo matéria da Folha de S. Paulo o governo ainda mantém um contingenciamento de cerca de R\$ 2,9 bilhões na pasta de educação, atingindo da educação básica a pós-graduação.

O ano de 2019 foi marcado por diversas declarações polêmicas do ministro, entre elas está a afirmação de que ele cortaria gastos de três universidades públicas por terem um 'baixo desempenho' e praticarem 'balbúrdia'.

Esses comentários acabaram gerando uma crise. Posteriormente, o MEC divulgou que o bloqueio seria correspondente a 30% discricionárias de universidades e institutos federais. O MEC afirma ainda que o contingenciamento é uma prática comum que tem o objetivo de cumprir com a Lei de Responsabilidade Fiscal.

topo ↕

DIÁRIO DA AMAZÔNIA - RO - ÚLTIMAS

E-books apoiados pela Fapero têm acesso internacional

Alemães, belgas, franceses, ingleses e norte-americanos acessam livros e-book de doutor em Filosofia da Unir apoiado pela Fapero

Até a semana passada, os livros Modernidade e colonialismo e Literatura Indígena Brasileira Contemporânea haviam recebido 125 acessos na Alemanha, Bélgica, França, Inglaterra e Estados Unidos.

Para a satisfação do doutor em Filosofia Leno Francisco Danner, da Universidade Federal de Rondônia (Unir), a Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat) já o utiliza no programa de pós-graduação em letras.

“Já não querem mais saber o que o europeu pensa a respeito da América Latina, do Brasil e da África, mas exigem que seus pesquisadores revelem o papel exercido por lideranças negras, indígenas e minorias”, diz o gaúcho Leno Danner.

Graças ao apoio da Fundação de Amparo ao Desenvolvimento das Ações Científicas e Tecnológicas e à Pesquisa do Estado de Rondônia (Fapero), esse e outros livros editados em e-book (plataforma digital) resultaram em diversos downloads (cópias) pelo mundo.

A Unir tem apenas 12 pós-graduados nessa área e tem como meta triplicá-los até 2024. Para o Doutorado, a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** exige nota quatro. A entrevista do professor Leno Danner, à Secom:

Como está a sua produção?

– Cresceu 100% de 2017 até agora. Eu entrei no eixo da pesquisa brasileira como protagonista e não mais a reboque. Isso me anima a orientar nossos alunos para que assumam postos-chave no Estado. Em Humanas, por exemplo, não há doutores. De dez programas de pós-graduação no Estado há quatro doutorados, nenhum nosso, enquanto a PUC-RS possui 42, todos eles com Mestrado e Doutorado.

Que apoio o senhor recebeu?

– A Fapero me financiou R\$ 35 mil, e com esse dinheiro conseguimos (ele e a equipe de

pesquisadores) publicar 40 livros e artigos em e-book, com tradução em inglês. Financiar a ciência é promover pós-graduação e, ao correlacionar-se ciência e/como pós-graduação tem-se exatamente autonomia, oportunidade e formação para nossos jovens, os quais poderão maturar todos os seus talentos – e eles são muitos – que jazem em nossa Amazônia apenas esperando a oportunidade para ‘explodir’, para florescer.

O que representa para o senhor trabalhar com Humanas na Unir?

– A Unir é minha paixão. É imperioso desenvolver pós-graduação por aqui, porque a maioria dos profissionais vem de fora. Dos 900 professores desta instituição, 85% são procedentes de outros estados; em Humanas são 14.

E a Fapero?

– Estou convicto do crescimento da Fapero, porque não há como fazer pesquisa sem financiamento público. Veja a USP, lá tudo funciona assim, 98%. Aqui em Rondônia falta ao segmento econômico se dispor a investir, então, é imprescindível a Fapero contribuir para a formação das chamadas elites locais.

“Algumas pessoas têm papel fundamental nesse crescimento: o ex-governador e hoje senador Confúcio Moura, o atual governador, coronel Marcos Rocha, o ex-presidente da Fapero Francisco Elder de Oliveira, e o atual, professor Leandro Dill”, comenta Leno.

Que elites são essas?

– Rondônia é carente de pós-graduação e tem perdido a oportunidade de formar seus quadros profissionais. Refiro-me às elites intelectuais, políticas, culturais e econômicas. Não haverá desenvolvimento e inclusão sem profissionais de ponta, sem doutores e doutoras que possam efetivamente realizar ciência, tecnologia e educação. O desenvolvimento e o crescimento de Rondônia dependem de pesquisadores e de pesquisadoras que se vinculem ao lugar e que o vejam como o fim de seu trabalho, como sua vocação pessoal.

Capas de três publicações apoiadas pela Fapero e editadas na plataforma digital

Qual a base da pós-graduação?

– Pela falta de oportunidades amplas de pós-graduação, os jovens de Rondônia estão perdendo a chance de se profissionalizarem em termos de mestrados e doutorados, o que significa que seus talentos, na maior parte das vezes, são perdidos no meio do caminho, não são desenvolvidos o quanto poderiam, em todas as suas potencialidades, exatamente por falta dessa mesma pós-graduação. Esses estudantes ficam jogados, abandonados à beira do caminho, não tendo seus talentos e suas habilidades desenvolvidos e maturados e, com isso, deixam de auxiliar o crescimento social, cultural e econômico da região. A base da pós-graduação são os recursos públicos que viabilizem estrutura material, intercâmbios de pesquisa e possibilidade de produção e de veiculação dos conhecimentos produzidos.

Quais os riscos enfrentados por esses jovens, que prejuízos eles têm?

– Considero fundamental evitar a fuga de cérebros que, por falta de apoio institucional, estímulo intelectual e investimento público, acabam migrando para outros centros de pesquisa, para outras universidades, para outros estados, ou mesmo desanimando em seu trabalho.

Tudo o que um pesquisador quer é seu laboratório, seu escritório, seus livros e materiais de pesquisa, sua possibilidade de escrever, pesquisar e publicar, a criação de pós-graduação para maturar seu trabalho e formar os cientistas e os intelectuais do futuro.

Quando ele não encontra essas condições, sua pesquisa é prejudicada ou parada, sua motivação decresce e, na maior parte dos casos, ele procura outros centros universitários e de pesquisa para poder dar continuidade ao trabalho. Relativamente a isso, Rondônia pode e deve ser um celeiro produtor de intelectuais, de cientistas, e um contexto institucional, acadêmico e cultural motivador da vinda, da formação e da vinculação de intelectuais, de cientistas que queiram desenvolver-se a partir da inserção e do trabalho em nossa sociedade, no norte desse Brasil. A não existência de pós-graduação, que leva à falta de oportunidades e ao travamento da formação de nossos jovens, e a fuga de cérebros, que faz os bons pesquisadores abandonarem Rondônia em particular, o norte em geral, implicam anulação do desenvolvimento científico, tecnológico e cultural da região, condenada permanentemente ao subdesenvolvimento crônico.

Técnicos da Sedam visitam família em reserva extrativista: trabalho de humanas

Nesse aspecto, a pesquisa pode avançar...

– Agências públicas de fomento à pesquisa permitem a correlação de desenvolvimento científico e de consolidação de pós-graduações, a ciência sendo possibilitada pela abertura de programas de pós-graduação e esses programas sendo fortalecidos e maturados pela produção científica oriunda dos projetos de pesquisa.

A Fapero precisa consolidar-se em seu papel de fomento...

– Sim, é hora de darmos a Rondônia o que ela merece, a saber, ciência, tecnologia e educação de ponta, autonomia política, econômica, cultural e educacional. Rondônia já deu a todos nós muita qualidade de vida, que nunca teríamos sonhado em nossos estados de origem. Por isso, hoje, eu posso dizer que fui gaúcho e que sou e sempre serei rondoniense de coração, pois tudo o que eu sou me foi dado por esse Estado maravilhoso, situação que eu não encontrei no sul do Brasil. O que quero significar com isso? Que o poder público rondoniense precisa, como está fazendo, continuar e maturar o protagonismo da Fapero.

Apoiando a Universidade...

– A meta é exatamente esta: a abertura de mais e mais programas de pós-graduação, porque é isso que está em jogo quando falamos em financiamento público da pesquisa. É hora, portanto, de o Governo de Rondônia possibilitar a seus cidadãos e a suas cidadãs as oportunidades formativas que lhes viabilizarão ser artífices da nossa sociedade, as lideranças políticas, culturais, educacionais e econômicas que, por meio da ciência, da tecnologia e da formação humanística, promoverão desenvolvimento, inclusão e justiça.

Como vê a população indígena de Rondônia?

– Já não querem mais saber o que o europeu pensa a respeito da América Latina, do Brasil e da África, mas exigem que seus pesquisadores revelem o papel exercido por nossas minorias e lideranças indígenas, e o pensamento indígena é riquíssimo em termos culturais e de desenvolvimento social. Índios não têm abandono ou depressão, e crises que abalam a sociedade. Eu aprendo muito com grupos étnicos que se encontram tão bem, enquanto nós perdemos a batalha para a falta de sentido, a depressão e a

desagregação.

Como é o Mestrado em Humanas?

– Vocação e disciplina são essenciais,   árdua a formação em Humanas, entretanto, com a p s-graduação se minimizam dificuldades de preparação. Os fortes e consistentes ficam até o final. A Unir tem apenas 12 pós-graduados nessa área e tem como meta triplicá-los até 2024. Na próxima avaliação da Capes (**Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior**) esperamos que todos cheguem ao Doutorado com nota quatro, que   a exigência.

“Nosso Mestrado tem como cerne a fundamentação de práticas de educação pública, implicando diretamente justiça social. Ele abrange políticas públicas em ecologia, desenvolvimento social, saúde, combate à corrupção e moralidade pública. É a fronteira entre a barbárie e a inclusão”.

Significa que a pesquisa em Humanas retrata a realidade nacional?

– Sim, local, regional e nacional. A pesquisa diz, por exemplo, que aumentou o trabalho e o emprego informal e que existem hoje 30 milhões de desempregados e subempregados no País. Temos colegas vinculados à educação, ao comércio,   Assembleia Legislativa, Governo Estadual, nas consultorias da própria Fapero, e nas Pastorais de Igrejas. Em pesquisa e graduação há muito a fazer.

Fale de seu livro Modernidade e colonialismo.

– Esse livro saiu em 2017. Ele é uma tentativa de pensar a auto-compreensão da sociedade brasileira, seus projetos de desenvolvimento e inclusão, levando-os a assumir o mais crônico problema do brasileiro: o racismo e a desigualdade social, a cor e a posição social, as consequências da chaga da escravidão.

QUEM  

O professor Leno Francisco Danner   doutor em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica (PUC) do Rio Grande do Sul, da qual é bolsista pós-doutorado sob a supervisão do doutor Agemir Bavaresco. Especializou-se em Teoria Social com ênfase em Teoria Crítica, e em Filosofia Política (Marx, Rawls e Habermas). Leciona filosofia e sociologia na Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Foi contemplado na Chamada Pós-Doutorado FAPERO/CAPES n  007/2016 e na Chamada FAPERO PAP/Universal n 003/2015, com os títulos: Fundamentação do Estado na Filosofia Política Contemporânea: Hayek, Rawls, Habermas e Crítica e reconstrução da teoria da modernidade de Jürgen Habermas.

topo 

G1 - TEMPO REAL

Universidades do RS v o usar os R\$ 100 milhões liberados pelo MEC para quitar d vidas e cumprir o ano letivo

Liberação de 100% do orçamento não altera a situação das bolsas de estudo, que permanecem congeladas. Dinheiro será usado para custeio de despesas como água e luz.

Por G1 RS e RBS TV

O Ministério da Educação (MEC) anunciou, nesta sexta-feira (18), a liberação de cerca de R\$ 1,1 bilhão para as universidades e institutos federais do país. No Rio Grande do Sul, as instituições terão acesso a cerca de R\$ 100 milhões, que devem ser usados para

custeio de despesas como água e luz.

A liberação é para gastos ordinários de serviços básicos de cada instituição. O desbloqueio da verba não altera a situação de algumas bolsas de estudo de pós-graduação.

Segundo a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, existem, no Brasil, 87.018 bolsas ativas. Deste total, 7.699 bolsas permanecem congeladas, ou 8,4%.

O que a coordenadoria destaca, no entanto, é que já foram desbloqueadas 3.861 desde o primeiro congelamento – um terço do contingenciamento total –, a maioria de cursos de notas altas (7, 6, 5 e alguns de nota 4). As que permanecem congeladas são de cursos de notas 3 para baixo.

Verba será usada para pagar dívidas

A Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) recebeu, até o início de outubro, R\$ 141 milhões, que representam 85% do orçamento aprovado para esse ano. Conforme o anúncio desta sexta, a universidade receberá mais R\$ 25 milhões, os 15% do orçamento que ainda estavam bloqueados.

Segundo a instituição, os recursos irão para o pagamento de energia elétrica, compra de material didático, pagamento de terceirizados e de demais contas já existentes.

Em relação às bolsas de estudo de pós-graduação, gerenciadas pela **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** e pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), ainda há indefinições.

Já a Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA) terá liberado R\$ 5,1 milhões que estavam contingenciados. A prioridade será o pagamento de bolsas e serviços essenciais.

A universidade informou ao G1 que poderá retomar o planejamento anual, principalmente em relação às reformas para melhoria do campus e a construção do restaurante universitário, da clínica da família, da clínica escola de psicologia e da farmácia escola.

Para a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), na Região Central, foram desbloqueados R\$ 15 milhões, e para a Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), no Sul do estado, mais R\$ 11,5 milhões.

Os institutos federais devem acessar, ao todo, R\$ 28 milhões. O Instituto Federal do Rio Grande do Sul afirma que poderá adquirir material de consumo, fazer manutenções, pagar os recursos para custeio dos projetos de pesquisa e extensão e fazer até algumas capacitações.

Outras instituições devem receber os mais de R\$ 15 milhões restantes.

Entenda o contingenciamento

O Ministério da Educação anunciou, em abril, o bloqueio de 30% das despesas

discricionárias de universidades e institutos federais. Em valores absolutos, R\$ 2,4 bilhões bloqueados.

O objetivo do contingenciamento de recursos, segundo o governo federal, era cumprir a Lei de Responsabilidade Fiscal. Em setembro, porém, o MEC desbloqueou cerca de metade do que havia sido congelado.

De lá para cá, foram liberadas quantidades menores de recursos, e, nesta sexta-feira, o restante. Para 2020, o orçamento é o mesmo deste ano.

topo ↕

JORNAL DO CAMPUS - TEMPO REAL

O pior sentido de “efeito retardado” do corte de bolsas

Perda de orientandos custará cada vez mais caro, acumulando problemas para o futuro

Os cortes de bolsas **Capex/CNPq** não são preocupantes apenas da perspectiva dos alunos. Para todo pós-graduando que perde uma bolsa, temos um professor perdendo um orientando, além de uma pesquisa abortada. Mesmo com esse problema, coordenadores de pós da USP não veem um perigo imediato, mas o prejuízo a longo prazo será inevitável.

Um dos temores – certeza, para alguns – é a demissão e o corte de salários. Essa última alteração, um direito adquirido, seria difícil ocorrer. Isso poderia diminuir as pesquisas, cuja continuidade não depende só da **Capex** e do **CNPq**, apesar do apoio dessas instituições ser vital. A **Fapesp** e, em menor número, empresas, financiam a pesquisa, além de projetos tocados por conta própria, como as iniciações científicas sem fomento. Essa situação não é ideal, mas poderiam ser os meios de manter a pesquisa viva.

Professores ouvidos pela reportagem declararam que temem receber menos por não estarem orientando, passando a ganhar somente pelas outras atividades, como aulas na graduação, atendimento a alunos e atuação em projetos de extensão, além das horas de pesquisa. Até agora, o cancelamento de pesquisas não afetou o valor dos salários.

Mas são os danos a longo prazo que preocupam. A universidade está tentando correr de multas. A pesquisa e pós-graduação são elementos essenciais para manter a universidade atualizada no cenário científico. O preço da publicação de um artigo pode chegar a 8 mil reais. Com o financiamento de pesquisa prejudicado, a USP se atrasa, por exemplo, a cada artigo que deixa de ser publicado.

O mercado está se mostrando uma área muito mais promissora do que a academia. Com salários iniciais baixos para o cargo de professor, e a alta frequência de aposentadorias, a USP corre o risco de não ficar apenas sem novos pesquisadores, mas também sem quem oriente aqueles que decidirem seguir a área.

É um erro pensar que só a universidade perde com isso. A pesquisa científica é o maior meio que a academia tem para retribuir com seu conhecimento à população. Com a falta de financiamento, quem acaba pagando a conta da falta de pesquisa é a própria sociedade.

topo ↕

METRÓPOLES - TEMPO REAL

Weintraub e Pontes brigam por R\$ 4,5 bilhões do CNPq e da Capex

Ministro da Educação defende que órgão de fomento à pesquisa passe para seu guarda-chuva. Professores e cientistas são contra mudanças

Nos bastidores do governo federal, dois ministros disputam o controle do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) – órgão ligado ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC). Tanto a pasta quanto o órgão de pesquisa foram criados há quase sete décadas e vivem agora um dos seus momentos de maior instabilidade.

Chefe do MCTIC, o astronauta Marcos Pontes quer manter o CNPq sob seu guarda-chuva. Do outro lado da Esplanada, o ministro da Educação, Abraham Weintraub, tenta assumir o comando do órgão. Em jogo, um orçamento bilionário.

A principal ideia do Ministério da Educação (MEC) é fundir o CNPq com a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, que já pertence à pasta de Weintraub.

Tanto o CNPq quanto a **Capes** concedem bolsas de estudos e fomentam a produção científica brasileira. A **Capes** tem orçamento de R\$ 3,3 bilhões para este ano. O CNPq tem à disposição cerca de R\$ 1,2 bilhão (dos quais R\$ 900 milhões somente para bolsas). Juntos, portanto, os órgãos vão movimentar R\$ 4,5 bilhões este ano.

Segundo fontes do governo com trânsito nas duas pastas, há uma tendência de a atual administração preparar uma medida provisória que una CNPq e **Capes**. O texto precisaria somente da assinatura do presidente Jair Bolsonaro (PSL). A alteração desagradou a professores e entidades de defesa do ensino.

Diante da movimentação, o MCTIC e o CNPq se posicionaram contra a mudança. Já o MEC e a **Capes** transferiram para o Palácio do Planalto a responsabilidade por definir os rumos para os órgãos. O que gera críticas à possível “união” é que **Capes** e CNPq, apesar de próximos, têm funções distintas.

A **Capes** forma recursos humanos de alto nível em todas as áreas do conhecimento, além de ser responsável pelo Sistema Nacional de Pós-Graduação, que avalia os cursos de mestrado e doutorado no Brasil. O intercâmbio de professores universitários também é competência da **Capes**. Além disso, desde 2007, também investe na formação de professores da educação básica.

O CNPq, por sua vez, é direcionado para a pesquisa científica e tecnológica. A entidade investe na formação específica de pesquisadores que poderão contribuir para o progresso e a inovação.

Parecidos, mas diferentes

Especialistas defendem que os dois órgãos são próximos, mas não iguais, e que a fusão pode deixar as funções de um deles preteridas. Especializado em educação, Claudio de Moura Castro faz coro às críticas de experts, professores e pesquisadores contra a mudança. Ele presidiu a **Capes** entre 1979 a 1982. “Eles não fazem as mesmas coisas. Uma possível junção criará uma grande confusão”, aposta.

Ele questiona os “benefícios” da junção. “Qual a vantagem? Não tem. Para que mexer em instituições consolidadas? Criar uma instabilidade em serviços que estão

funcionando bem?”, critica.

Na mesma tendência, a professora aposentada da Universidade Federal do Ceará e da Universidade de Brasília (UnB) Vivina Rios Balbino, especialista em educação, acredita que a mistura da **Capes** e do CNPq irá prejudicar a concessão de bolsas e atrapalhar o fomento à pesquisa.

“Eu acho impraticável a fusão. Já temos consolidado sistemas distintos na **Capes** e no CNPq. Os órgãos têm trabalhos e funções distintas e são brilhantes dentro de suas atuações. Na prática, juntar é desmontar a estrutura que já está consolidada”, destaca.

“Corremos o risco de ver todo esse processo se desmanchar. Altíssimo risco para a educação e para a pesquisa brasileira. Não vejo aspectos que de alguma forma ajudariam em concessão de bolsas. Quem vai gerir, quais serão os critérios operacionais? É um projeto incerto. Isso só pode piorar o cenário e prejudicar órgãos com credibilidade e profissionais qualificados”, conclui.

O CNPq foi criado em janeiro de 1951. A **Capes** é seis meses mais nova e foi instituída em julho do mesmo ano. O órgão de fomento à pesquisa nasceu pelas mãos do ex-presidente Eurico Gaspar Dutra (1946–1951). O de concessão de bolsas, pelas de Getúlio Vargas (1951–1954).

CNPq é contra

Em nota, o CNPq informou que a fusão “não é adequada”, tendo em vista as diferenças de missão e atuação de cada entidade. “O CNPq, alinhado com o MCTIC, fomenta a pesquisa e a inovação, enquanto a **Capes** é responsável pelo desenvolvimento dos cursos de pós-graduação no país”, destaca o texto.

O órgão continua: “Apoiamos diretamente os pesquisadores vinculados a projetos de pesquisa, desenvolvidos nas mais diversas instituições de pesquisa e ensino do país. Reforçamos que ambas são essenciais dentro dos seus propósitos e uma fusão entre elas pode prejudicar significativamente a missão de cada uma”.

A crise financeira do órgão é um dos principais argumentos para a fusão. A situação precária dos cofres obrigou o governo a pedir ao Congresso uma suplementação orçamentária para pagamento das bolsas.

Nessa quinta-feira (17/10/2019), o CNPq anunciou que terá verba para os meses de outubro, novembro e dezembro de 2019, no valor de R\$ 250 milhões, o que garantiria bolsas. “Para o ano de 2020, a proposta de lei orçamentária já prevê uma quantidade de recursos adequada às atividades do CNPq, e o problema não deve se repetir”, destaca em comunicado.

Versão oficial

O Metrôpoles entrou em contato com o MCTIC para questionar o que justificaria a mudança, como ela resultaria em políticas públicas para o setor, se aumentaria o número de bolsas e em que seria penalizado o CNPq se saísse da pasta, mas não obteve resposta. O espaço continua aberto a manifestações.

No começo do mês, Marcos Pontes usou as redes sociais para defender a permanência

do conselho em seu ministério. “Sobre a ideia divulgada de junção do CNPq e Capes: a posição do MCTIC é contrária à fusão, pois seria prejudicial ao desenvolvimento científico do país. Existe algum sombreamento de atividades e pontos de melhoria na gestão. Esses problemas já estão sendo trabalhados no CNPq”, escreveu no Twitter.

Em um comunicado conjunto, o MEC e a Capes atribuíram ao presidente Bolsonaro a definição sobre o que seria melhor para os órgãos. “Acataremos a decisão que o presidente da República considerar mais conveniente para o Brasil”, resume o texto.

O Palácio do Planalto não comentou o assunto. O espaço continua aberto a manifestações.

topo ↕

NEXO - TEMPO REAL

Apoio à ciência: o que está em jogo no projeto de unir agências Para reduzir custos, Ministério da Educação prepara proposta de fusão entre Capes e CNPq. Para cientistas, medida fere independência de órgãos e faz parte de ataques do governo à pesquisa

Um projeto elaborado pelo MEC (Ministério da Educação) enviado em outubro de 2019 a outros órgãos do governo federal propõe a fusão das duas principais agências federais de apoio à pesquisa acadêmica: a Capes, vinculada ao MEC, e o CNPq, que está na pasta de Ciência e Tecnologia. O resultado da fusão seria uma fundação gerenciada pelo MEC.

A principal justificativa do governo para a proposta é a economia de recursos com pessoal e sistemas. O MEC não informa qual seria o valor economizado. O Ministério da Economia concorda com a junção dos órgãos e também fala em vincular ao BNDES outra agência de fomento, a Finep (Financiadora de Estudos e Projetos), hoje ligada à pasta de Ciência.

A ideia de fusão é proposta em meio à crise financeira que tem comprometido o pagamento de bolsas e a manutenção de projetos científicos bancados por Capes e CNPq. A falta de recursos, que não é inédita, se agravou em 2019. O MEC propõe que a nova fundação seja gerenciada pela pasta sob a justificativa de que neste ano lidou melhor com a escassez de recursos do que a Ciência. Nesta sexta-feira (18), a Educação liberou R\$ 1,1 bilhão para compensar o contingenciamento em universidades e institutos federais no início do ano.

A proposta opõe o Ministério da Educação de Abraham Weintraub, que tem apoio da Economia, e o da Ciência e Tecnologia, comandado por Marcos Pontes. O astronauta afirmou em 11 de outubro que a pasta é contrária à fusão por ser “prejudicial ao desenvolvimento científico do país”. Dois dias antes, ele havia dito que, apesar de a junção “não fazer sentido”, se ela ocorresse o ideal seria que a nova fundação ficasse sob seu ministério.

A comunidade científica critica a proposta, afirmando que Capes e CNPq são órgãos independentes e que há risco de a eventual fusão prejudicar o andamento de políticas nas áreas de ciência e tecnologia. A ideia também não foi bem recebida entre parlamentares, inclusive da base aliada do governo. O senador Major Olímpio (PSL-SP) cobrou explicações e estudos detalhados sobre a economia da fusão.

Desde o início do ano cientistas têm criticado o governo federal por promover cortes em uma área que, para eles, deveria ser prioritária. Bolsonaro e integrantes do Executivo também são acusados de negar a ciência, por contestar e interferir em órgãos como o Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais), que divulga dados sobre desmatamento.

A junção dos dois órgãos depende da aprovação do Congresso. O Executivo pode enviar à Casa um projeto de lei ou uma medida provisória, que tem tramitação mais acelerada. Segundo a Folha de S.Paulo, o MEC elaborou um rascunho de medida provisória e o enviou ao Ministério da Ciência para avaliação. A proposta também está sob análise na Casa Civil. A Educação afirma que a decisão final de fusão das agências depende do presidente Jair Bolsonaro.

O que faz a **Capes**

A **Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior)** é uma fundação vinculada ao Ministério da Educação, fundada em 1951, que busca “assegurar a existência de pessoal especializado” para “atender às necessidades dos empreendimentos públicos e privados que visam ao desenvolvimento do país”.

É um órgão que, na prática, atua para formar profissionais de alta qualificação, investindo principalmente na pós-graduação stricto sensu (mestrado e doutorado) no Brasil por meio de bolsas. A partir de 2007, a agência também passou a atuar na formação de professores da educação básica (que contempla educação infantil até ensino médio).

As atividades do órgão

Avaliação da pós-graduação

Acesso e divulgação da produção científica

Promoção da cooperação científica internacional

Investimento na formação de professores para a educação básica, tanto presencialmente quanto à distância

A **Capes** apoia cerca de 92,5 mil bolsistas na pós-graduação, além de 100 mil profissionais de educação básica. São 4.296 programas de pós-graduação strictu sensu em 400 instituições no Brasil e no exterior.

A agência já financiou pesquisadores premiados fora do Brasil e autores de contribuições científicas em diversas áreas do conhecimento, como epidemiologia, letras, economia, políticas públicas e urbanismo. A avaliação da pós-graduação serve como instrumento para as universidades na busca de excelência acadêmica de seus mestrados e doutorados.

A situação orçamentária do órgão

Até 2019

Depois de atingir o ponto mais alto em 2015, com quase R\$ 10 bilhões de recursos previstos para o ano, a **Capes** viu seu orçamento se reduzir a partir do ano seguinte, com quedas consecutivas entre 2016 e 2019, justificada pela escassez de recursos do governo federal. Neste ano, o orçamento aprovado para a agência foi de R\$ 4,25 bilhões (até outubro, R\$ 2,92 bilhões foram pagos). Uma parte desses recursos está bloqueada

desde maio, quando se iniciou um contingenciamento generalizado de recursos do governo e do MEC. Isso resultou na suspensão de mais de 7.000 bolsas de pesquisa financiadas pela agência. Meses depois, o Ministério da Educação liberou parte desses recursos, mas até outubro o órgão ainda tinha R\$ 549 milhões congelados no orçamento.

Em 2020

A agência deve perder metade do orçamento em 2020, segundo proposta encaminhada pelo governo ao Congresso. De R\$ 4,25 bilhões, valor autorizado para 2019, os recursos podem cair para R\$ 2,20 bilhões — o valor ainda precisa ser aprovado por Câmara e Senado para valer. O MEC afirma que garantirá mais R\$ 600 milhões além desses recursos, e a **Capes** tenta convencer deputados a aprovar mais R\$ 300 milhões em emendas parlamentares, segundo a Folha de S.Paulo.

O que faz o CNPq

O CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) é uma agência vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. Ele foi criado em 1951 e tem como função “fomentar a pesquisa científica e tecnológica e incentivar a formação de pesquisadores”, desempenhando papel importante na formulação de políticas de ciência, tecnologia e inovação no país.

Assim como a **Capes**, o CNPq é um órgão de fomento da ciência, que também fornece bolsas a projetos de pesquisa. A diferença é que, enquanto a **Capes** financia bolsas sempre vinculadas a programas de pós-graduação, com objetivo de aprimorar a educação de quem está no ensino superior, o CNPq investe em outros tipos de projeto e é mais voltado ao desenvolvimento do saber científico, da inovação e da tecnologia. São órgãos complementares, mas que não têm funções idênticas.

As atividades do órgão

- Investir no desenvolvimento da pesquisa científica e tecnológica
- Promover a inovação tecnológica
- Realizar estudos sobre o desenvolvimento científico e tecnológico
- Elaborar normas e instrumentos de apoio e incentivo à pesquisa
- Auxiliar na formação de políticas públicas na área de ciência

Atualmente, o CNPq concede mais de 80 mil bolsas para pesquisadores que realizam diferentes projetos em todas as áreas do conhecimento em instituições de ensino, no Brasil e no exterior, e empresas. As bolsas contemplam desde trabalhos de estudantes brasileiros no ensino médio até de ensino superior, além de projetos independentes de pesquisa.

Um dos projetos que recebem apoio do CNPq, por exemplo, é o Sirius, um gigantesco acelerador de partículas localizado em Campinas (SP) que quando pronto, em 2020, deve permitir a visualização em altíssima resolução de estruturas de vírus e proteínas (para a produção de vacinas), entre outros materiais. É a máquina mais cara e sofisticada do Brasil e pode colocar o país na vanguarda de certos tipos de pesquisa.

A situação orçamentária do órgão

Até 2019

Ao menos desde 2016 cientistas reclamam de redução da estrutura e de recursos para o CNPq. Neste ano, o orçamento aprovado, de R\$ 1,22 bilhões (até outubro, R\$ 1 bi já foi pago), já vinha com previsão de recursos insuficientes. Seria possível pagar bolsas até agosto. Entre setembro e outubro, as contas vencidas foram pagas com recursos de última hora. A pasta ainda precisa de R\$ 250 milhões para manter bolsas durante o ano inteiro. O Ministério da Ciência solicitou recursos para a Economia, mas foi ignorado, segundo a própria pasta.

Em 2020

A agência deve ganhar um pouco mais de recursos em 2020, segundo proposta de orçamento encaminhada ao Congresso. De R\$ 1,22 bilhão, valor autorizado para 2019, os recursos podem subir para R\$ 1,27 bilhão — o valor deve ser aprovado por Câmara e Senado para valer.

Como a proposta de fusão foi recebida

A comunidade científica fez críticas à proposta de junção de **Capex** e CNPq, afirmando que caso ela se concretize haverá riscos e prejuízos para o sistema de políticas do governo federal voltadas à ciência. Do início de outubro até quinta-feira (17), mais de 40 entidades da academia e das áreas científica e tecnológica assinaram manifestações contrárias à ideia.

Uma carta de cientistas enviada a todos os senadores e deputados do Congresso Nacional no dia 2 de outubro afirma que “qualquer extinção, fusão ou incorporação dessas agências [CNPq, **Capex** e Finep, agência que pode ser incorporada ao BNDES] será prejudicial e lesiva ao funcionamento do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação”, nome dado ao conjunto de instituições e políticas voltadas às áreas.

Esses cientistas afirmam que, em países desenvolvidos, há múltiplas agências governamentais de apoio à pesquisa científica. Uma nota da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência do dia 9, citando o presidente da entidade, Ildeu de Castro Moreira, afirma que os argumentos de economia em favor da fusão “não convencem”.

“Elas têm diferentes objetivos, diferentes finalidades. Há mais de seis décadas, vêm apoiando e fomentando as pesquisas, a formação de recursos humanos qualificados, o desenvolvimento científico e tecnológico, cada uma com suas funções próprias, e com muito sucesso. O aprimoramento é sempre importante e bem-vindo, mas **Capex** e CNPq devem continuar independentes e complementares”

Ildeu de Castro Moreira

presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, em nota publicada pela entidade no dia 9 de outubro de 2019

Em 11 de outubro, o presidente do Sindicato Nacional de Gestores em Ciência e Tecnologia, Roberto Muniz, afirmou ao jornal Folha de S.Paulo que acredita que o governo tenta reduzir drasticamente o sistema de ciência e tecnologia e “mudar o foco só para pesquisa aplicada, que gere recursos e lucros” em um cenário de crise orçamentária. “É um risco para a soberania nacional, porque sem produzir

conhecimento básico o país fica refém dos países que produzem esse conhecimento”, disse.

Alguns temem ainda que as ações do governo levem ao fechamento permanente do CNPq, que tem sido mais afetado do que a **Capes** pela escassez de recursos. Uma nota de agosto de servidores públicos federais em ciência e tecnologia afirma que esse é “um risco real”. Eles criticam o governo Bolsonaro por “decisões políticas deliberadas” na área e por “reiteradamente desprezar a ciência”.

topo ↕

O DEBATE - MA - TEMPO REAL

Câmara aprova mais R\$ 600 milhões para a Capes em 2020

A Comissão de Educação da Câmara dos Deputados aprovou mais R\$ 600 milhões para o orçamento da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** em 2020. O dinheiro vai assegurar 135 mil vagas para os programas de formação de professores da autarquia vinculada ao Ministério da Educação (MEC), bem como a criação de 6 mil bolsas de pós-graduação e pesquisa.

Duas emendas foram analisadas durante a sessão desta quarta-feira, 16 de outubro. A primeira, proposta pelo MEC, é voltada para a educação básica, no valor de R\$ 300 milhões. A iniciativa viabiliza a manutenção de todos os editais dos programas:

- de Mestrado Profissional para Qualificação de Professores da Rede Pública de Educação Básica (ProEB);
- Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid); • Residência Pedagógica;
- Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (Parfor), além da criação de novos programas.

Segundo o presidente da **Capex**, **Anderson Correia**, as emendas trazem tranquilidade para o orçamento em 2020. “Estaremos muito bem no próximo ano, atendendo a todos os bolsistas, programas e lançando novas iniciativas”, disse.

A segunda proposta garante mais R\$ 300 milhões para a pós-graduação. A emenda vai assegurar novas bolsas de pesquisa, sendo 2 mil de mestrado, 3,5 mil de doutorado e 500 de pós-doutorado no Brasil e no exterior.

As duas emendas seguem agora para a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO) do Congresso Nacional, composta por deputados e senadores.

topo ↕

PORTAL ISTOÉ - TEMPO REAL

MEC remaneja recursos próprios para recompor orçamento das federais

O Ministério da Educação (MEC) remanejou recursos da própria pasta e das autarquias para recompor os orçamentos das universidades e institutos federais. Hoje (18), o MEC anunciou a liberação total dos recursos previstos para essas instituições de ensino em 2019. Parte deles estava bloqueada.

Em nota, o MEC diz que os recursos são oriundos da própria pasta, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** e Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas

Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

“Os valores a serem empenhados por estas áreas só serão necessários no final de novembro, quando novos recursos serão descontingenciados”, diz a pasta, que não detalha a origem específica dos recursos realocados hoje.

O ministério ressalta, no entanto, que os programas conduzidos pela pasta não serão prejudicados. “Todos os programas e ações da pasta serão executados de acordo com o cronograma estabelecido”, afirma.

Ao todo, o MEC anunciou a liberação de cerca de R\$ 1,1 bilhão para universidades e institutos federais. Deste total, as universidades receberão R\$ 771 milhões. Os institutos, aproximadamente R\$ 336 milhões.

Bloqueio

O bloqueio das verbas foi feito no início deste ano. As universidades tiveram, no total, um bloqueio de R\$ 2,4 bilhões, o que representa, em média, 30% dos recursos discricionários. Esses recursos cobrem despesas de custeio como gastos com água, energia elétrica, aquisição de materiais de consumo e outras prestações de serviço.

No mês passado, com o descontingenciamento feito pelo Ministério da Economia, as instituições tiveram parte do orçamento recomposto, receberam R\$ 1,156 bilhão. Além disso, foram feitas outras liberações pontuais pelo MEC. Com o remanejamento anunciado hoje, o orçamento foi totalmente recomposto.

A liberação agora possibilitará que as universidades tenham tempo para gastar os recursos este ano, segundo o ministro da Educação, Abraham Weintraub. “Não queríamos que as universidades falassem que o governo soltou [os recursos] nos últimos dias do ano e não tivemos competência para gastar [em tão pouco tempo]. Vamos fazer a gestão deste fluxo de caixa aqui no MEC mesmo”, disse em coletiva de imprensa concedida hoje.

Segundo ele, o bloqueio de recursos do orçamento do MEC e de outros ministérios, no início do ano, foi necessário para “sinalizar ao mercado uma série de compromissos com a responsabilidade fiscal, com a boa gestão e com a Reforma da Previdência”.

De acordo com o MEC, a pasta segue com aproximadamente R\$ 2,9 bilhões contingenciados pelo governo federal.

“Não houve um descontingenciamento global do MEC”, explicou o secretário executivo do ministério, Paulo Vogel durante entrevista à imprensa. “Chegando próximo ao fim do ano, olhamos para o nível de execução do ministério e para as perspectivas econômicas. E conseguimos fazer este ajuste interno para liberar recursos de áreas que podemos ajustar mais perto do fim do ano.”

[topo](#)

SURGIU - TEMPO REAL

Proteção da Amazônia e direitos humanos à água e ao saneamento básico são destaques nos debates de Congresso Internacional em Coimbra

Assim como ocorreu em Lisboa, a Amazônia voltou a ser destaque no IX Congresso Internacional de Direitos Humanos na cidade de Coimbra, em Portugal, realizado pela

Escola Superior da Magistratura Tocantinense (Esmat) em parceria com a Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa e o Centro de Estudos Sociais de Coimbra, nesta quarta-feira (16/10).

Diretor-geral da Esmat e conferencista, o desembargador Marco Villas Boas fez uma detalhada explanação – histórica, ambiental, social, cultural e política – sobre a região amazônica, na perspectiva brasileira e dos países andinos, logo na abertura do evento, da qual participaram o professor doutor Gustavo Paschoal Teixeira de Castro Oliveira, coordenador do Mestrado em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos (PJDH), e o professor Carlos Nolasco, representando o professor doutor João Paulo Dias, diretor-executivo do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (CES).

“A Amazônia é uma vasta região riquíssima, não só em biodiversidade, mas também em minerais que são essenciais para a sobrevivência do homem no planeta, tem 83 mil quilômetros cúbicos de água sob o solo que é a maior reserva de água doce subterrânea do planeta”, informou Villas Boas, ao lembrar ainda que abriga um rio com quase 7 mil quilômetros de extensão e que despeja suas águas no Oceano Atlântico. “Talvez a maior bacia hidrográfica do mundo e a maior floresta do mundo que abriga povos diversos em números tribos indígenas de números etnias, cerca de 70 etnias, ainda em estado de isolamento”, revelou.

Extrativismo sustentável

O desembargador Villas Boas ainda lembrou que existem populações ribeirinhas tradicionais que dependem para sua sobrevivência da manutenção da Floresta em pé e fazem o extrativismo e o manejo ancestral com conhecimentos tradicionais que obedecem ao padrão cíclico. Ressaltou ainda que os povos indígenas nas suas atividades, mesmo de caça e pesca, sempre proporcionando a recuperação da floresta.

A questão da soberania

Sobre o sistema jurídico brasileiro, lembrou que Constituição do Brasil, em seu artigo 225, parágrafo quarto, coloca a Amazônia, dentre outros biomas, como área de interesse ambiental, uma área de proteção, destacando, no entanto, a soberania nacional sobre a região Amazônica brasileira.

“Nesse aspecto, faço uma breve reflexão da Constituição da soberania desde Maquiavel e o seu contexto no estado absolutista e depois no estado liberal ser transferida para o Parlamento e depois voltar para o Executivo, mas, nesse contexto, sofrer limitações e controles do princípio da autodeterminação dos povos que alguns dizem que está dentro do conceito de soberania, e eu prefiro dizer que o conceito de soberania está dentro do conceito de autodeterminação dos povos”, ponderou, ao frisar, por exemplo, que a soberania territorial e a soberania sobre os recursos naturais estão dentro do conceito de autodeterminação dos povos.

Villas boas afirmou que o Brasil criou um tipo de proteção objetiva socioambiental ou sociocultural, econômica e ambiental, no contexto de todas as evoluções do Direito Internacional dos Direitos Humanos e, a partir da Constituição de 88, estabeleceu-se um ponto de partida para as constituições na América do Sul.

Amazônia e o Velho Oeste

Entre outros pontos abordados, como o Código Florestal e a experiência brasileira de corredores ecológicos, mosaicos socioambientais, o desembargador comparou a

Amazônia ao Velho Oeste americano. “As pessoas entram e começam um pequeno núcleo de casas, depois aquilo vira uma pequena cidade, aí eles começam a abrir estradas dentro das florestas para extrair madeira ilegal e mineração ilegal e se apropriar dos recursos e aquilo fica incontido”, revelou, ressaltando que esse processo não passa pelo crivo do Poder Judiciário ou pelo crivo do Ministério do Meio Ambiente para que se tenha um licenciamento ambiental.

Água e saneamento básico

Ao lembrar que a interação entre Portugal e Brasil são sempre produtivas em termos de comparação de ideias, a professora doutora Paula Duarte Lopes (CES) destacou os 10 anos da consagração dos direitos humanos à água e ao saneamento, o que provocou uma mobilização dos defensores de direitos humanos, acadêmicos, ativistas, organizações internacionais, inclusive da América do Sul em torno do tema.

“Ocorre que, dez anos depois, continuamos debatendo sobre o problema. Hoje, temos cerca 800 milhões de pessoas que não têm acesso à água potável e 700 milhões sem saneamento básico”, ressaltou, lembrando que todas as pessoas no mundo têm direito a ter água suficiente, segura em termos de qualidade, fisicamente acessível e a preços razoáveis. E a saneamento básico também a preços razoáveis, seguros, higiênicos, continuados e social e culturalmente adequados, proporcionando dignidade e garantindo a dignidade da pessoa humana.

Paula Duarte Lopes elencou desafios identificados por ela nos últimos dez anos em relação ao direito à água e o direito ao saneamento básico. Um deles é o da infraestrutura e o seu financiamento. “Atualmente tem se conseguido muito dinheiro para investimento em muitas partes do mundo. E tem se conseguido progresso, mas determinadas dinâmicas não são contempladas. Uma delas é a que diz que é preciso expandir a rede, mas há muitos sítios na infraestrutura sem investimentos. Não é só construção de barragem e reservatórios”, afirmou, ressaltando que há muitos países com alta taxa de urbanização, mas sem planejamento adequado.

Ela destacou ainda o desafio que trata da lógica mercantilista dos serviços de distribuição da água e do saneamento no mundo, visto que muitas pessoas não condições de pagar. Provocou também ao dizer que as leis sobre o tema são feitas a posteriori, ou seja, quando os problemas já ocorreram, e não para preveni-los. “Nesse intervalo, o direito à água é violado”, disse a professora ao elencar outro desafio – o da governança -, citando como exemplo algumas comunidades indígenas que ficam privadas do direito à água e ao saneamento básico de qualidade porque os investimentos nessas comunidades não são economicamente rentáveis, o que as tornariam ainda mais marginalizadas.

O congresso, durante o qual foi lançada a edição especial da Revista Esmat, de nº 18, ainda abordou outros assuntos importantes por renomados palestrantes – Direito ao Processo Justo: Tendências e perspectivas do Processo Civil Brasileiro, do professor doutor Vinícius Pinheiro Marques; Direito à saúde e migrações: algumas reflexões à luz dos direitos humanos, da professora doutora Angela Issa Haonat; Inteligência artificial e prestação jurisdicional, do professor doutor David Nadler Prata; e Educação judiciária e a função social do Poder Judiciário no Estado do Tocantins-Brasil: capacitação de magistrados e servidores para efetiva prestação jurisdicional, da professora doutora Patrícia Medina (PJDH).

Organizado pelo Mestrado em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos (PJDH), o Congresso tem ainda como parceiros realizadores o Centro de Estudos Sociais, da Universidade de Coimbra, o Instituto de Ciências Jurídico-Políticas, o **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** e a Universidade Federal do Tocantins (UFT).

topo ↕

TUDO RONDÔNIA - TEMPO REAL

MEC remaneja recursos próprios para recompor orçamento das federais

O Ministério da Educação (MEC) remanejou recursos da própria pasta e das autarquias para recompor os orçamentos das universidades e institutos federais. Hoje (18), o MEC anunciou a liberação total dos recursos previstos para essas instituições de ensino em 2019. Parte deles estava bloqueada.

Em nota, o MEC diz que os recursos são oriundos da própria pasta, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** e Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

“Os valores a serem empenhados por estas áreas só serão necessários no final de novembro, quando novos recursos serão descontingenciados”, diz a pasta, que não detalha a origem específica dos recursos realocados hoje.

O ministério ressalta, no entanto, que os programas conduzidos pela pasta não serão prejudicados. “Todos os programas e ações da pasta serão executados de acordo com o cronograma estabelecido”, afirma.

Ao todo, o MEC anunciou a liberação de cerca de R\$ 1,1 bilhão para universidades e institutos federais. Deste total, as universidades receberão R\$ 771 milhões. Os institutos, aproximadamente R\$ 336 milhões.

Bloqueio

O bloqueio das verbas foi feito no início deste ano. As universidades tiveram, no total, um bloqueio de R\$ 2,4 bilhões, o que representa, em média, 30% dos recursos discricionários. Esses recursos cobrem despesas de custeio como gastos com água, energia elétrica, aquisição de materiais de consumo e outras prestações de serviço.

No mês passado, com o descontingenciamento feito pelo Ministério da Economia, as instituições tiveram parte do orçamento recomposto, receberam R\$ 1,156 bilhão. Além disso, foram feitas outras liberações pontuais pelo MEC. Com o remanejamento anunciado hoje, o orçamento foi totalmente recomposto.

A liberação agora possibilitará que as universidades tenham tempo para gastar os recursos este ano, segundo o ministro da Educação, Abraham Weintraub. “Não queríamos que as universidades falassem que o governo soltou [os recursos] nos últimos dias do ano e não tivemos competência para gastar [em tão pouco tempo]. Vamos fazer a gestão deste fluxo de caixa aqui no MEC mesmo”, disse em coletiva de imprensa concedida hoje.

Segundo ele, o bloqueio de recursos do orçamento do MEC e de outros ministérios, no

início do ano, foi necessário para “sinalizar ao mercado uma série de compromissos com a responsabilidade fiscal, com a boa gestão e com a Reforma da Previdência”.

De acordo com o MEC, a pasta segue com aproximadamente R\$ 2,9 bilhões contingenciados pelo governo federal.

"Não houve um descontingenciamento global do MEC", explicou o secretário executivo do ministério, Paulo Vogel durante entrevista à imprensa. "Chegando próximo ao fim do ano, olhamos para o nível de execução do ministério e para as perspectivas econômicas. E conseguimos fazer este ajuste interno para liberar recursos de áreas que podemos ajustar mais perto do fim do ano."

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

MEC remaneja recursos próprios para recompor orçamento das federais

O Ministério da Educação (MEC) remanejou recursos da própria pasta e das autarquias para recompor os orçamentos das universidades e institutos federais. Hoje (18), o MEC anunciou a liberação total dos recursos previstos para essas instituições de ensino em 2019. Parte deles estava bloqueada.

Em nota, o MEC diz que os recursos são oriundos da própria pasta, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** e Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

"Os valores a serem empenhados por estas áreas só serão necessários no final de novembro, quando novos recursos serão descontingenciados", diz a pasta, que não detalha a origem específica dos recursos realocados hoje.

O ministério ressalta, no entanto, que os programas conduzidos pela pasta não serão prejudicados. "Todos os programas e ações da pasta serão executados de acordo com o cronograma estabelecido", afirma.

Ao todo, o MEC anunciou a liberação de cerca de R\$ 1,1 bilhão para universidades e institutos federais. Deste total, as universidades receberão R\$ 771 milhões. Os institutos, aproximadamente R\$ 336 milhões.

Bloqueio

O bloqueio das verbas foi feito no início deste ano. As universidades tiveram, no total, um bloqueio de R\$ 2,4 bilhões, o que representa, em média, 30% dos recursos discricionários. Esses recursos cobrem despesas de custeio como gastos com água, energia elétrica, aquisição de materiais de consumo e outras prestações de serviço.

No mês passado, com o descontingenciamento feito pelo Ministério da Economia, as instituições tiveram parte do orçamento recomposto, receberam R\$ 1,156 bilhão. Além disso, foram feitas outras liberações pontuais pelo MEC. Com o remanejamento anunciado hoje, o orçamento foi totalmente recomposto.

A liberação agora possibilitará que as universidades tenham tempo para gastar os recursos este ano, segundo o ministro da Educação, Abraham Weintraub. "Não queríamos que as universidades falassem que o governo soltou [os recursos] nos últimos

dias do ano e não tivemos competência para gastar [em tão pouco tempo]. Vamos fazer a gestão deste fluxo de caixa aqui no MEC mesmo", disse em coletiva de imprensa concedida hoje.

Segundo ele, o bloqueio de recursos do orçamento do MEC e de outros ministérios, no início do ano, foi necessário para "sinalizar ao mercado uma série de compromissos com a responsabilidade fiscal, com a boa gestão e com a Reforma da Previdência".

De acordo com o MEC, a pasta segue com aproximadamente R\$ 2,9 bilhões contingenciados pelo governo federal.

"Não houve um descontingenciamento global do MEC", explicou o secretário executivo do ministério, Paulo Vogel durante entrevista à imprensa. "Chegando próximo ao fim do ano, olhamos para o nível de execução do ministério e para as perspectivas econômicas. E conseguimos fazer este ajuste interno para liberar recursos de áreas que podemos ajustar mais perto do fim do ano."

topo ↕

AGÊNCIA GLOBO - TEMPO REAL

Ministro da Educação imita meme da internet após anúncio de desbloqueio de verba para universidades

Abraham Weintraub colocou óculos escuros e soltou microfone na mesa após informar que devolveu R\$ 1,1 bi ao ensino superior e colégios federais

BRASÍLIA — O ministro da Educação, Abraham Weintraub, terminou a coletiva em que anunciou o desbloqueio total da verba para universidades e institutos federais imitando um meme de internet. Ele colocou os óculos escuros e afirmou "Ab (Abraham) is out!". Depois, soltou o microfone na mesa. A referência é de um vídeo que circula pela internet que indica "lacração".

Questionado se "Ab (Abraham) is out!" significaria que estava deixando o comando da pasta, Weintraub explicou que se tratava apenas de um "Sextou!", expressão utilizada para comemorar a chegada do fim de semana.

O próprio ministro postou, nas redes sociais, o vídeo da encenação. "Acabou o contingenciamento das Federais! Verbas 100% Liberadas! Cadê os "especialistas" que alardeiam o caos há 6 meses. Vão admitir que "erraram"? Parabéns ao Presidente Bolsonaro por mais esta vitória", escreveu Weintraub no post.

Os valores anunciados não são recursos novos. Eles foram remanejados dentro da própria pasta, embora o ministério não tenha detalhado de onde saiu o dinheiro. Em relação ao orçamento de todo o MEC, incluindo recursos de todas as etapas de ensino, o bloqueio de verbas segue em R\$ 2,86 bilhões.

— Em relação ao orçamento do MEC, continua contingenciado o mesmo montante, não houve descontingenciamento global do MEC, o que fizemos foi uma realocação de recursos dentro da pasta. Ainda temos R\$ 2,86 bilhões contingenciados em todo ministério — explicou o secretário executivo da pasta, Antonio Vogel.

Em abril foram contingenciados R\$ 2,4 bilhões do orçamento discricionário das universidades. Na época, o ministro afirmou que o bloqueio aconteceria em universidades que promovessem "balbúrdia". A afirmação desencadeou uma crise no

país, e milhões de pessoas foram às ruas cobrar mais investimentos na Educação. Questionado se se arrependia da afirmação, Weintraub negou. Depois da declaração, o ministro contingenciou 30% do orçamento discricionário de todas as instituições federais. Após o bloqueio de R\$ 2,4 bilhões, o MEC foi fazendo liberações ao longo do ano para o orçamento das instituições federais de ensino superior, em setembro foi desbloqueado R\$1,15 bilhão até chegar aos últimos R\$1,1 bilhões que faltavam e foram liberados nesta sexta-feira.

— Não me arrependo, o que eu vou repetir, salientar e reforçar é que, pela primeira vez, há um governo que tem respeito pelo dinheiro do pagador de imposto. As universidades são caríssimas, tem universidade que custa R\$ 4 bilhões por ano para o pagador de imposto — defendeu o ministro, voltando a criticar as federais: — Universidade não é lugar para fazer festa onde morre gente, não é lugar para produzir metanfetamina e nem plantar maconha.

A análise é de que com a liberação dos recursos, o governo abrandou o cenário para a discussão do Future-se, programa do MEC para financiamento das universidades federais. Na coletiva, o ministro afirmou que a expectativa é de que cerca de 20 universidades façam adesão ao programa num primeiro momento. No entanto, o que tem sido visto é que as principais instituições do país, como a UFRJ, a UNB e a Unifesp, já se manifestaram contra o programa. O Brasil tem 63 universidades federais.

Weintraub afirmou que os recursos foram liberados agora, ainda em outubro, para que as universidades tenham tempo para usar o dinheiro antes do fim do ano.

topo ↕

AGÊNCIA GLOBO - TEMPO REAL

Foi fruto da pressão da sociedade, diz presidente da UNE após liberação de recursos para as federais

Iago Montalvão afirmou que descontingenciamento é vitória das ruas e afirmou que entidade pressionará para evitar redução de orçamento em 2020

BRASÍLIA- Após o anúncio, nesta sexta-feira, da liberação total dos recursos contingenciados do orçamento discricionário das universidades e institutos federais, a União Nacional dos Estudantes (UNE) recalculou a rota de ação da entidade. Em entrevista ao GLOBO, o presidente da UNE, Iago Montalvão, considerou o desbloqueio de recursos uma vitória da pressão da sociedade nas manifestações iniciadas em maio e afirmou que a ideia é "continuar nas ruas", agora contra a redução do orçamento para 2020.

Montalvão também anunciou que a entidade terá entre suas bandeiras protestar contra a implementação do programa "Future-se", proposto pelo Ministério da Educação (MEC) para financiar as universidades federais. A UNE foi uma das principais organizações à frente das mobilizações do primeiro semestre, que levaram milhões de pessoas às ruas do país contra o contingenciamento na Educação.

Em julho, Montalvão interrompeu a apresentação que o ministro fazia do Future-se para protestar contra o contingenciamento no MEC. Ele falou durante dois minutos e foi ouvido por Weintraub. Ao fim da fala, o ministro chamou o presidente da UNE para se sentar com ele e também o convidou para uma reunião no ministério.

O que levou o MEC a descontingenciar esses recursos para as universidades?

Sem dúvida foi fruto da pressão (popular). Da mobilização dos estudantes em maio, novamente em agosto, e agora em outubro, que levou a sociedade como um todo a pressionar o governo. O Congresso também sentiu. Foi uma conquista. Ano que vem as universidades precisam ter o orçamento (total) garantido

Quais as outras pautas centrais para a UNE?

É fundamental que ano que vem o orçamento ampliado seja garantido. O governo propôs que o orçamento das universidades seja reduzido. Acreditamos que as universidades brasileiras sejam um instrumento para ajudar o Brasil a crescer, a desenvolver suas riquezas.

Em maio, a UNE chegou a dizer que o governo era inimigo da educação. Mudaram de ideia?

Acho que o diálogo (com o governo) é muito difícil, nós não percebemos a disposição de ouvir as demandas da sociedade, da organização e da universidade, seja de professores ou funcionários. Essa liberação só foi possível pela pressão social. As passeatas criaram um ambiente de disputa. O governo continua achando que o diálogo é um elemento menor.

No momento, a principal proposta do governo federal para o ensino superior é o "Future-se". Qual a posição da UNE sobre o projeto?

Defendemos a autonomia das universidades, somos contra qualquer tentativa de censura ideológica. Observamos a mais recente proposta apresentada (pelo MEC) nos opomos à sugestão de indicadores para que as universidades consigam financiamento, (o que é) uma tentativa de imposição à autonomia universitária. Num momento de crise, a universidade pode sim ser um caminho para recuperação da economia, mas não em detrimento da autonomia ou do financiamento público. Por isso, vamos lutar contra o Future-se.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

MEC libera verbas para instituições federais da Zona da Mata e Vertentes. Anúncio foi realizado nesta sexta-feira (18), durante uma coletiva de imprensa. O G1 entrou em contato com as unidades para saber quanto foi liberado para cada e onde a verba será usada; confira.

O Ministério da Educação (MEC) anunciou nesta sexta-feira (18), durante uma coletiva de imprensa, o desbloqueio de R\$ 1,1 bilhão para as universidades e institutos federais do Brasil. Segundo a pasta, a medida é uma realocação interna de recursos.

O G1 entrou em contato com a Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Universidade Federal de Viçosa (UFV), Universidade Federal de São João del Rei (UFSJ), Instituto Federal de Minas Gerais (IF Sudeste) e Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (Cefet-MG) para demais informações. (veja abaixo o que diz cada instituição)

Até o fechamento desta matéria, a UFSJ, IF Sudeste e Cefet-MG não responderam os questionamentos da reportagem, que também procurou o MEC para saber os valores liberados para cada local e aguarda retorno.

De acordo com o Governo Federal, os valores já estão disponíveis para despesas de custeio das instituições, como água, energia elétrica, aquisição de materiais de consumo

e outras prestações de serviços.

Em abril, o Ministério da Educação anunciou o bloqueio de 30% das despesas. A medida, que representava aproximadamente 3,5% do orçamento total, significava R\$ 2,4 bilhões em valores absolutos.

Outros desbloqueios

No dia 30 de setembro, o G1 mostrou que as instituições federais da Zona da Mata e Vertentes receberam mais de R\$ 50 milhões de recursos que estavam bloqueados. Na ocasião foram liberados mais de R\$ 14 milhões para a UFJF. Confira abaixo outros valores:

Universidade Federal de Viçosa: R\$ 13.456.579

Universidade Federal de São João del Rei: R\$ 8.368.009

Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais: R\$ 8.491.550

Instituto Federal de Minas Gerais: R\$ 8.198.494

Novos valores

UFJF

De acordo com a UFJF, foram liberados R\$ 14.013.064. Conforme a assessoria, com a liberação, a instituição chegou a 100% de seu orçamento para custeio, no valor de R\$ 93.420.429.

A universidade ainda informou que faltam ser liberados R\$ 5.162.746 referentes a capital. O valor total bloqueado era de R\$ 19.175.810.

UFV

Ao G1, a Universidade Federal de Viçosa confirmou que houve o desbloqueio da verba para o local.

"A UFV recebeu, com satisfação, a notícia de que o Ministério da Educação liberou o restante dos recursos de custeio para financiamento da Universidade, que estavam retidos desde o início do ano".

De acordo com a instituição, o valor total que havia sido contingenciado era de R\$13.474.478. Em setembro, o MEC havia liberado metade deste valor e, agora, a outra parte.

O pró-reitor de Planejamento e Orçamento da UFV, Evandro Rodrigues de Faria, confirmou que o recurso já está disponível e a Administração da UFV irá, imediatamente, fazer cumprir o que foi planejado para 2019.

"Já na semana que vem, a Universidade irá iniciar os pagamentos pendentes para retomada de obras que estavam em execução e planejar ações para retomar a normalidade da instituição", destacou.

O pró-reitor ressaltou ainda que, quanto aos recursos de capital, direcionados aos investimentos da Instituição, "a UFV recebeu até agora apenas R\$ 553.053,00, o que equivale a 20% dos recursos previstos na Lei Orçamentária Anual (R\$ 2.765.265)". Portanto, ainda permanecem bloqueados R\$ 2.212.212,00 .

topo ↗

G1 - TEMPO REAL

UFU, UFTM e IFTM recebem restante das verbas contingenciadas pelo MEC. Anúncio feito pelo ministro da Educação, Abraham Weintraub, nesta sexta-feira (18), liberou 100% dos recursos das universidades e instituições federais do país.

A Universidade Federal de Uberlândia (UFU), a Universidade Federal no Triângulo Mineiro (UFTM) e o Instituto Federal do Triângulo Mineiro (IFTM) tiveram o descontingenciamento total das verbas. O ministro da educação Abraham Weintraub, anunciou nesta sexta-feira (18) o descontingenciamento total no orçamento das universidades e institutos federais. A verba havia sido bloqueada em abril.

Segundo o ministro, foi liberado R\$ 1,1 bilhão – R\$ 771 milhões para universidades e R\$ 336 milhões para institutos federais –, após um remanejamento interno no orçamento da pasta. O MEC não informou quais áreas perderam recursos nesta troca.

Parte do montante bloqueado havia sido liberado pelo MEC às universidades e institutos federais no dia 30 de setembro.

No total, a UFU teve R\$ 42,8 milhões bloqueados e precisou rever contratos, reduzir despesas e cortar bolsas de Iniciação Científica. Já a UFTM precisou suprimir contratos, devolver imóveis alugados, adotar medidas de economia de energia e cortar recursos de pesquisas para se adequar ao corte de R\$ 15 milhões.

O IFTM teve contingenciadas verbas de capacitação, de fomento e de funcionamento da instituição. O instituto chegou a anunciar a suspensão de vagas nos campi de Uberlândia e Uberaba para o segundo semestre de 2019.

O contingenciamento de verbas da Educação foi alvo de manifestações de docentes na região do Triângulo e Alto Paranaíba. Houve atos logo após o contingenciamento e também quando o governo liberou verbas apenas parcialmente.

Em nota, a UFU informou que os recursos liberados nesta sexta-feira (18) serão utilizados para cumprir contratos vigentes em áreas como limpeza, vigilância, segurança, energia, telefonia e outros. e efetivação de compras licitadas das unidades acadêmicas e administrativas. A instituição ainda informou que os recursos também serão utilizados para efetivação das compras licitadas das Unidades Acadêmicas e Administrativas.

O G1 entrou em contato com a UFTM e o IFTM e aguarda retorno.

Entenda o caso

Em abril, o Ministro da Educação Abraham Weintraub anunciou o bloqueio de 30% na verba de todas as universidades e institutos federais. O anúncio foi feito após críticas ao corte de verbas da Universidade de Brasília (UnB), Universidade Federal Fluminense (UFF) e a Universidade Federal da Bahia (Ufba) que tinham sido palco de manifestações públicas.

O bloqueio afetou a Universidade Federal de Uberlândia (UFU) que teve R\$ 42,8 milhões bloqueados e ameaçou o fechamento do ano acadêmico. A instituição precisou suspender serviços e reduzir despesas. Entre as medidas estavam à redução de 50% da

quantidade de postos de trabalho nos contratos de mão de obra, suspensão temporária de contratos de prestação de serviços, suspensão do serviço de transporte 'Intercampi' intermunicipal e redução do transporte 'Intercampi' entre campi da mesma cidade.

A UFU também precisou cancelar 238 bolsas de Iniciação Científica, após a Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais (Fapemig) cortar quase cinco mil bolsas em todo o estado. Os cortes deram origem à manifestação de trabalhadores ligados a educação.

Já a Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM) teve aproximadamente R\$ 15 milhões bloqueados. A verba era utilizada para pagamento de despesas como materiais de consumo (de laboratórios, de escritório, de higiene e limpeza), serviços terceirizados (limpeza, portaria e segurança). A instituição precisou suprimir alguns contratos, devolveu imóveis alugados e adotou medidas de economia de energia elétrica

Os cortes afetaram também as atividades de pesquisa. A UFTM cortou recursos destinados aos projetos fomentados pela instituição e recursos para o desenvolvimento das empresas juniores. Manifestações de trabalhadores ligados a educação e estudantes também ocorreram em Uberaba.

O IFTM teve contingenciados 30% das verbas de capacitação, 30% das de fomento e 37% das de funcionamento da instituição. O instituto chegou a anunciar a suspensão de 70 vagas no campus de Uberlândia e 25 vagas no campus de Uberaba para o segundo semestre de 2019. No entanto, após ajustes, o processo seletivo para cursos técnicos e de especialização nas duas cidades foi retomado.

Descontingenciamento parcial

A UFU, a UFTM e o IFTM receberam parte dos recursos que estavam bloqueados pelo Ministério da Educação (MEC) no dia 30 de setembro. O MEC informou que os valores estão disponíveis para despesas de custeio das instituições, como água, energia elétrica, aquisição de materiais de consumo e outras prestações de serviço.

Com essa medida, a UFU recebeu pouco mais de R\$ 19 milhões, a UFTM R\$ 6,41 milhões e o IFTM R\$ 4,637 milhões.

[topo](#)

G1 - TEMPO REAL

Governo libera toda a verba que ainda estava bloqueada no orçamento de universidades federais

Valor liberado chega a R\$ 1,1 bilhão, quase metade do total de R\$ 2,4 bilhões que foram bloqueados em abril. MEC já tinha liberado, em meses anteriores, R\$ 1,3 bilhão.

O Ministério da Educação anunciou nesta sexta-feira (18) a liberação de todo o dinheiro que ainda estava bloqueado no orçamento de universidades e institutos federais.

O valor liberado chega a R\$ 1,1 bilhão, quase metade do total de R\$ 2,4 bilhões que foram bloqueados em abril. O MEC já tinha liberado, em meses anteriores, R\$ 1,3 bilhão. E agora, recompõe todos os recursos das universidades federais, que vinham enfrentando dificuldades. O bloqueio havia retirado cerca de 25% dos recursos para pagamento de despesas como água, luz, compra de equipamentos e serviços terceirizados.

O dinheiro que vai ser liberado agora vai sair do próprio ministério e de órgãos ligados ao MEC, que fez um remanejamento de outras áreas, considerando que, no final de novembro, mais recursos do orçamento do governo estarão disponíveis.

No final de abril, o ministro Abraham Weintraub disse, numa entrevista, que iria reduzir as verbas de universidades que, segundo ele, faziam balbúrdia. Logo depois, anunciou o bloqueio, o que gerou protestos de professores e estudantes em todo o país. Na época, a promessa era de que, se a situação das contas públicas melhorasse, as verbas seriam recompostas. O que foi feito agora.

“Não teve corte. A gente pediu para segurar 3,5% do orçamento total, teve uma grande grita. O Brasil estava numa situação extremamente vulnerável, a gente precisava dar tranquilidade para os investidores, para os agentes econômicos, que o Brasil estava mudando, seria responsável. Isso tudo foi feito e a gente começa a ver impactos reais”, explicou o ministro da Educação.

O orçamento do Ministério da Educação ainda tem R\$ 2,9 bilhões bloqueados em outras áreas, como ensino básico, técnico e profissional, além de obras e custeio do próprio ministério.

O presidente da associação que reúne dirigentes das universidades federais disse que a liberação dos recursos era urgente, porque as instituições precisaram fazer várias adaptações, suspender contratos, para conseguir se manter nesses seis meses.

“A universidade precisa de mais recursos. Ela expandiu, ela tem várias tarefas de pesquisa, tarefas de inclusão. Então, ao longo do tempo, enfrentando a defasagem, várias medidas foram tomadas. Com o bloqueio, outras medidas ainda adicionais foram tomadas, e isso, sim, criou uma instabilidade na universidade”, disse João Carlos Salles, presidente da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes).

[topo](#)

G1 - TEMPO REAL

Com desbloqueio do MEC, instituições de SC planejam suspensão de restrições e retomada de atividades

Medidas para contenção de gastos não serão mais aplicadas a partir da próxima semana na UFSC. IFSC quer liberar editais.

Com o desbloqueio total no orçamento das universidades e institutos federais anunciado pelo Ministério da Educação nesta sexta-feira (18), as instituições catarinenses planejam suspender medidas de restrição e retomar atividades que estavam paradas. Segundo o ministro da Educação, Abraham Weintraub, foi liberado R\$ 1,1 bilhão de reais – R\$ 771 milhões para universidades e R\$ 336 milhões para institutos federais.

UFSC

A Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) informou em nota que todas as medidas de contenção de gastos serão suspensas a partir da próxima semana. A Administração Central da instituição comunicou que foram liberados para a universidade R\$ 29.021.965 milhões no final da tarde desta sexta.

A UFSC também quer fazer a Semana de Ensino, Pesquisa e Extensão (Sepex) 2019,

que havia sido suspensa. A previsão é que o evento ocorra no início do primeiro semestre de 2020. Porém, na nota, a universidade afirma que ainda aguarda a liberação de emendas parlamentares e verbas de capital.

Outra decisão recente relacionada à instituição partiu dos alunos, que decidiram terminar a greve estudantil após 37 dias.

IFSC

O Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC) tem 22 unidades no estado e o bloqueio nos recursos feito em abril deste ano trouxe prejuízos.

"A gente começou a ter algumas dificuldades de compra de insumos de laboratório e de sala de aula. A assistência estudantil foi prejudicada. A gente está com três chamadas para novos alunos suspensas, chamadas também de edital de eventos científicos, para que os alunos possam participar de editais, também estavam suspensas, a gente liberou uma essa semana. E com esse desbloqueio a gente pretende então liberar essas chamadas", disse a pró-reitora de Administração do IFSC, Aline Heinz Belo.

UFFS

No Oeste, na Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), a expectativa é a mesma. Por lá, tinham sido bloqueados R\$ 5,8 milhões. Por nota, a universidade informou que, se for liberado o dinheiro, pretende atender as pendências em insumos para laboratórios e áreas experimentais, em auxílio financeiro, editais vigentes e manutenção nos campi.

Bloqueios

Desde o início deste ano, o MEC já passou por dois "cortes": R\$ 5,8 bilhões em abril e R\$ 348,47 milhões em julho.

Os bloqueios atingiram as universidades quando o Ministério da Educação reteve 30% dos recursos de custeio das universidades e institutos federais, em abril. Recursos de custeio se referem àquelas despesas correntes, como contas de luz, de água, as bolsas acadêmicas, insumos de pesquisa, compra de equipamentos básicos para laboratórios e pagamento de funcionários terceirizados.

[topo](#)

METRÓPOLES - TEMPO REAL

A duas semanas da prova, veja como se preparar para o Enem 2019

Para chegar bem no dia do exame, professores recomendam reduzir os estudos e focar na resolução de exercícios de provas de outros anos

A proximidade das provas do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) — que serão realizadas nos dias 3 e 10 de novembro — pode deixar os candidatos ansiosos, mesmo aqueles que se prepararam durante meses. Você já estudou os principais assuntos e revisou as matérias. E agora? O que fazer nestas semanas que antecedem o processo seletivo?

Para chegar bem no dia do exame, professores recomendam reduzir os estudos, focar na resolução de provas de outros anos e adotar diferentes técnicas de relaxamento para ajudar no nervosismo.

"O ideal é reduzir o ritmo de estudos, fazer provas anteriores e exercícios simulados e experimentar na prática o que é a prova", recomendou a educadora Andrea Ramal. Ela

sugere ao aluno que faça uma prova inteira, de preferência em um ambiente fechado e sem interrupções, com água e lanche para se habituar à sensação de ficar por quatro ou cinco horas debruçado sobre a prova.

“Enem é prova de resistência física, por ficar sentado tanto tempo, e psicológica. Chegar à prova com a mente muito cansada não é recomendado”, completou. Ramal aconselha também que os candidatos procurem fazer algumas atividades de relaxamento, de respiração e tenham momentos de lazer a poucos dias da prova.

Papel do professor

O professor de geografia e diretor do colégio Exatas, Sérgio Agner, enfatiza a importância do papel do professor para ajudar a amenizar a pressão que o aluno sente. “O estudante precisa entender que a prova de vestibular é apenas um momento de avaliação e não um retrato fiel de todos os estudos que ele desenvolveu ao longo do ano”, defendeu.

A rotina equilibrada também é fundamental nesse período. “O aluno precisa focar e aprofundar o que ele já sabe para ter segurança na hora do exame. Não adianta tentar aprender algo novo e ficar inseguro com o tema”, acrescenta. De acordo com Sérgio, o candidato deve saber como equilibrar os estudos e a hora de relaxar: assistir a documentários, ler livros e sair com amigos, o que é importante nessa fase da vida.

O professor aconselha: “É preciso medir os excessos”. Ao longo do ano, o estudante deve relaxar com os amigos, mas a medida que a prova se aproxima, é necessário se divertir de maneira saudável.

Andrea destaca também a importância do apoio da família nesse momento pré-Enem. “É importante evitar situações de pressão: ‘essa hora todo mundo estudando e você não’, ‘só quero ver se vai passar, seu irmão passou’. Pode não parecer, mas isso abala o candidato”, apontou.

Fique por dentro

As provas do Enem serão realizadas no dias 3 e 10 de novembro. Nesta semana, o Ministério da Educação (MEC) divulgou os locais de exame para os 5,1 milhões de participantes da edição deste ano. As informações estão no Cartão de Confirmação do candidato, que pode ser acessado na página do estudante na internet ou pelo aplicativo do Enem.

Além do local de prova, os candidatos podem conferir o número de inscrição, as datas e os horários da prova, a opção de língua estrangeira e o tipo de atendimento específico ou especializado que foi solicitado e aprovado.

[topo](#)

O DOCUMENTO - MT - TEMPO REAL

Enem é aceito em 42 instituições de ensino portuguesas

O Instituto de Estudos Superiores de Fafe (IESFafe), de Portugal, passará a usar as notas do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) na seleção de brasileiros para os cursos de graduação. Este é, segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), o 42º convênio firmado com instituições portuguesas de ensino superior.

A instituição é voltada principalmente para as áreas de educação, tecnologia, gestão de empresa e turismo. Os cursos são pagos, mas é possível pleitear bolsas de estudo, de acordo com informações na página da instituição. Os participantes do Enem 2019, segundo o Inep, já poderão se beneficiar do novo acordo.

O Enem Portugal, programa de acordos entre o Inep e as instituições de educação superior portuguesas, foi criado em 2014. Mais de 1,2 mil brasileiros que ingressaram nessas instituições por meio dos convênios do Inep.

Seleção

Cada instituição define as regras e os pesos para uso das notas. As instituições de ensino superior portuguesas signatárias de convênio são responsáveis pela comunicação oficial com os candidatos admitidos em seus cursos.

De acordo com o Inep, os convênios interinstitucionais não envolvem transferência de recursos e não preveem financiamento estudantil pelo governo brasileiro. A revalidação de diplomas e o exercício profissional no Brasil dos estudantes que cursarem o ensino superior em Portugal estão sujeitos à legislação brasileira.

Em nota, o presidente do Inep, Alexandre Lopes, diz que pretende estender os convênios também para a Espanha: “Iniciamos as tratativas com a Embaixada da Espanha para que as instituições de ensino superior espanholas também aceitem o Enem como prova de acesso”.

Na página do Enem Portugal estão disponíveis mais informações sobre o programa.

topo ↕

PORTAL EXAME - TEMPO REAL

O ministro colocou óculos de plástico em referência a um meme famoso nas redes — o do "turn down for what" — usado quando alguém "lacr" em uma discussão São Paulo — O ministro da Educação, Abraham Weintraub, encerrou a coletiva de imprensa em que anunciava o descontingenciamento total das verbas das universidades federais de uma maneira bastante curiosa: ele sacou do bolso um óculos de plástico (em referência a um meme famoso nas redes sociais — o do “turn down for what” — usado quando alguém “lacr” em uma discussão) e ainda jogou o microfone sobre a mesa, simulando ação de Barack Obama, ex-presidente dos EUA.

O ministro gostou tanto de sua reação que foi ao Twitter mostrar aos seus seguidores o que tinha feito.

Durante a coletiva desta sexta (18), Weintraub cobrou os críticos do governo ao anunciar o desbloqueio de todo o orçamento das universidades federais. Ele havia dito, em abril, que o contingenciamento era destinado às instituições que promoviam “balbúrdia” e depois congelou 30% da verba de todas.

Segundo o ministro, o contingenciamento não chegou a prejudicar nenhuma das ações da pasta. “Foi feita uma boa gestão. Administramos a crise na boca do caixa. Vamos terminar o ano com tudo rodando bem”, acrescentou. R\$ 5,8 bilhões haviam sido originalmente congelados pelo governo federal.

Apesar do anúncio, o MEC não informou de onde sairão os recursos para essa liberação,

no valor de R\$ 1,1 bilhão. Em setembro, o MEC já havia descontingenciado R\$ 1,156 bilhão para as federais.

topo ↕

PORTAL ISTOÉ - TEMPO REAL

MEC : bloqueio de verbas de universidades acabou

O Ministério da Educação (MEC) anunciou ontem o descontingenciamento do orçamento das universidades federais. “Cem por cento de todo o orçamento para o custeio das universidades federais e institutos está sendo descontingenciado neste momento”, disse o ministro Abraham Weintraub.

Segundo ele, o contingenciamento não chegou a prejudicar nenhuma das ações da pasta. “Foi feita uma boa gestão. Administramos a crise na boca do caixa. Vamos terminar o ano com tudo rodando bem”, afirmou.

De acordo com o secretário executivo do MEC, Paulo Vogel, será liberado R\$ 1,1 bilhão (R\$ 771 milhões para as universidades e R\$ 336 milhões para os institutos federais). Segundo a pasta, a medida foi possível pela realocação interna de recursos do MEC, sem nova liberação pelo Ministério da Economia.

Em entrevista coletiva ontem para anunciar o descontingenciamento, Weintraub disse que o orçamento para 2020 é o mesmo deste ano e ressaltou que receitas adicionais poderão ser conseguidas pelo Future-se. O programa incentiva a captação de verba privada pelas universidades federais.

Em abril, o MEC anunciou o bloqueio de 30% das despesas discricionárias de universidades e institutos federais. Esses recursos são usados para o pagamento de despesas como contas de água, luz e contratos de funcionários terceirizados.

Com o bloqueio dessas verbas, as universidades federais enfrentaram dificuldades. Como o jornal O Estado de S. Paulo mostrou, houve paralisação de obras em andamento, redução de uso de equipamentos como ar-condicionado, para economizar energia, e de autorizações para atividades de campo. A concessão de bolsas de intercâmbio também ficou prejudicada. As informações são do jornal O Estado de S. Paulo.

topo ↕

TERRA - TEMPO REAL

MEC libera todo orçamento bloqueado de universidades federais

Weintraub anuncia liberação de 1,1 bilhão de reais para instituições de ensino federais, fruto de uma realocação de recursos dentro da pasta. Em todo o Ministério da Educação, seguem bloqueados 2,86 bilhões de reais. O Ministério da Educação anunciou nesta sexta-feira (18/10) que vai liberar todo o orçamento das universidades e institutos federais bloqueados pelo governo neste ano. O desbloqueio foi possível graças a uma realocação de recursos dentro da pasta.

“Cem por cento de todo o orçamento para o custeio das universidades federais e institutos estão sendo descontingenciados neste momento”, afirmou o ministro da Educação, Abraham Weintraub, em entrevista coletiva à imprensa.

Segundo o secretário executivo do MEC, Paulo Vogel, estão sendo liberados 1,1 bilhão de reais dos 19,6 bilhões de reais que já estavam previstos para as despesas

discricionárias da pasta. Ou seja, não são recursos novos, mas valores realocados de outras despesas ministeriais.

Presente na coletiva, Vogel lembrou que não se trata de um desbloqueio global do ministério e que seguem contingenciados 2,86 bilhões de reais na pasta. Esse valor atinge projetos que vão da educação básica à pós-graduação.

"Em relação ao orçamento do MEC, continua contingenciado o mesmo montante, não houve descontingenciamento global do MEC, o que fizemos foi uma realocação de recursos dentro da pasta", explicou o secretário executivo.

O Ministério da Educação não detalhou quais áreas perderam dinheiro com essa realocação. Segundo a pasta, o valor liberado nesta sexta-feira corresponde a 771 milhões de reais para universidades e 336 milhões de reais para institutos federais.

Weintraub afirmou que o descontingenciamento foi possível graças ao reaquecimento da economia. "No começo, a economia estava muito fraca. Tivemos que sinalizar para o mercado uma série de compromissos com a responsabilidade fiscal", declarou.

"E tudo isso, lá atrás, eu havia dito, e falei como economista e não como ministro, que tudo isso teria, sim, impacto positivo na economia: a arrecadação subiria, o nível de atividade subiria, os empregos seriam criados e a gente poderia descontingenciar", acrescentou o ministro. "Eu disse que teríamos que administrar a crise na boca do caixa."

Weintraub informou ainda que o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), cujas provas serão aplicadas nos dias 3 e 10 de novembro, ocorrerá normalmente neste ano. "As provas já foram impressas. Os alunos que se preparem", afirmou.

Crise no MEC

O contingenciamento de verbas não é prática exclusiva do governo do presidente Jair Bolsonaro, mas é realizada de maneira recorrente por diferentes gestões ao longo dos anos.

Weintraub, contudo, instalou uma crise neste ano ao afirmar que a promoção de "balbúrdia" nos campi universitários serviria de critério para a escolha das instituições que sofreriam cortes.

Logo depois, dada a repercussão negativa da declaração, o MEC anunciou o bloqueio de 30% dos recursos discricionários de todas as universidades federais do país, sem distinção.

Esses recursos se referem a despesas correntes, como contas de luz e de água, bolsas acadêmicas, insumos de pesquisa, compra de equipamentos para laboratórios e pagamento de salários de funcionários terceirizados.

O valor bloqueado correspondia a um total de 2,4 bilhões de reais, ou 3,5% do orçamento total das universidades federais. Em setembro, o MEC anunciou a liberação de 1,15 bilhão de reais e, agora, dos 1,1 bilhão de reais que faltavam.

O contingenciamento faz parte de bloqueios anunciados pelo governo desde o início do ano e que afetaram todo o ministério. Em abril, a pasta congelou 5,8 bilhões de reais e, em julho, um novo bloqueio atingiu 348 milhões de reais. Em setembro, houve um desbloqueio de 1,9 bilhão - sendo 1,15 bilhão desse valor para as universidades.

Críticas à fala de Weintraub

Em abril, a afirmação do ministro referente à "balbúrdia" nas universidades foi alvo de duras críticas, e a medida foi classificada por especialistas de inconstitucional, por ferir o princípio da autonomia universitária.

Diante dessa e outras declarações consideradas ofensivas, o Ministério Público Federal entrou com uma ação civil pública na Justiça Federal do Rio Grande Norte contra Weintraub e a União, por danos morais coletivos causados a alunos e professores de instituições públicas de ensino.

Questionado nesta sexta-feira, o ministro diz que não se arrepende do que falou. "Estou pedindo transparência com quem paga imposto. E se isso é ser polêmico, eu sou polêmico."

"Universidade não é lugar para fazer festa onde morre gente, que é bêbado, bate a cabeça. Universidade não é lugar para produzir metanfetamina nem para plantar maconha. Universidade é lugar de pesquisa e ensino, e é por isso que a gente paga imposto", acrescentou.

[topo](#)

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

MEC libera todo orçamento bloqueado de universidades federais

Weintraub anuncia liberação de 1,1 bilhão de reais para instituições de ensino federais, fruto de uma realocação de recursos dentro da pasta. Em todo o Ministério da Educação, seguem bloqueados 2,86 bilhões de reais. O Ministério da Educação anunciou nesta sexta-feira (18/10) que vai liberar todo o orçamento das universidades e institutos federais bloqueados pelo governo neste ano. O desbloqueio foi possível graças a uma realocação de recursos dentro da pasta.

"Cem por cento de todo o orçamento para o custeio das universidades federais e institutos estão sendo descontingenciados neste momento", afirmou o ministro da Educação, Abraham Weintraub, em entrevista coletiva à imprensa.

Segundo o secretário executivo do MEC, Paulo Vogel, estão sendo liberados 1,1 bilhão de reais dos 19,6 bilhões de reais que já estavam previstos para as despesas discricionárias da pasta. Ou seja, não são recursos novos, mas valores realocados de outras despesas ministeriais.

Presente na coletiva, Vogel lembrou que não se trata de um desbloqueio global do ministério e que seguem contingenciados 2,86 bilhões de reais na pasta. Esse valor atinge projetos que vão da educação básica à pós-graduação.

"Em relação ao orçamento do MEC, continua contingenciado o mesmo montante, não houve descontingenciamento global do MEC, o que fizemos foi uma realocação de recursos dentro da pasta", explicou o secretário executivo.

O Ministério da Educação não detalhou quais áreas perderam dinheiro com essa realocação. Segundo a pasta, o valor liberado nesta sexta-feira corresponde a 771 milhões de reais para universidades e 336 milhões de reais para institutos federais.

Weintraub afirmou que o descontingenciamento foi possível graças ao reaquecimento da economia. "No começo, a economia estava muito fraca. Tivemos que sinalizar para o mercado uma série de compromissos com a responsabilidade fiscal", declarou.

"E tudo isso, lá atrás, eu havia dito, e falei como economista e não como ministro, que tudo isso teria, sim, impacto positivo na economia: a arrecadação subiria, o nível de atividade subiria, os empregos seriam criados e a gente poderia descontingenciar", acrescentou o ministro. "Eu disse que teríamos que administrar a crise na boca do caixa."

Weintraub informou ainda que o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), cujas provas serão aplicadas nos dias 3 e 10 de novembro, ocorrerá normalmente neste ano. "As provas já foram impressas. Os alunos que se preparem", afirmou.

Crise no MEC

O contingenciamento de verbas não é prática exclusiva do governo do presidente Jair Bolsonaro, mas é realizada de maneira recorrente por diferentes gestões ao longo dos anos.

Weintraub, contudo, instalou uma crise neste ano ao afirmar que a promoção de "balbúrdia" nos campi universitários serviria de critério para a escolha das instituições que sofreriam cortes.

Logo depois, dada a repercussão negativa da declaração, o MEC anunciou o bloqueio de 30% dos recursos discricionários de todas as universidades federais do país, sem distinção.

Esses recursos se referem a despesas correntes, como contas de luz e de água, bolsas acadêmicas, insumos de pesquisa, compra de equipamentos para laboratórios e pagamento de salários de funcionários terceirizados.

O valor bloqueado correspondia a um total de 2,4 bilhões de reais, ou 3,5% do orçamento total das universidades federais. Em setembro, o MEC anunciou a liberação de 1,15 bilhão de reais e, agora, dos 1,1 bilhão de reais que faltavam.

O contingenciamento faz parte de bloqueios anunciados pelo governo desde o início do ano e que afetaram todo o ministério. Em abril, a pasta congelou 5,8 bilhões de reais e, em julho, um novo bloqueio atingiu 348 milhões de reais. Em setembro, houve um desbloqueio de 1,9 bilhão – sendo 1,15 bilhão desse valor para as universidades.

Críticas à fala de Weintraub

Em abril, a afirmação do ministro referente à "balbúrdia" nas universidades foi alvo de duras críticas, e a medida foi classificada por especialistas de inconstitucional, por ferir o princípio da autonomia universitária.

Diante dessa e outras declarações consideradas ofensivas, o Ministério Público Federal

entrou com uma ação civil pública na Justiça Federal do Rio Grande Norte contra Weintraub e a União, por danos morais coletivos causados a alunos e professores de instituições públicas de ensino.

Questionado nesta sexta-feira, o ministro diz que não se arrepende do que falou. "Estou pedindo transparência com quem paga imposto. E se isso é ser polêmico, eu sou polêmico."

"Universidade não é lugar para fazer festa onde morre gente, que é bêbado, bate a cabeça. Universidade não é lugar para produzir metanfetamina nem para plantar maconha. Universidade é lugar de pesquisa e ensino, e é por isso que a gente paga imposto", acrescentou.

EK/abr/ots

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

MEC : bloqueio de verbas de universidades acabou

São Paulo

O Ministério da Educação (MEC) anunciou ontem o descontingenciamento do orçamento das universidades federais. "Cem por cento de todo o orçamento para o custeio das universidades federais e institutos está sendo descontingenciado neste momento", disse o ministro Abraham Weintraub.

Segundo ele, o contingenciamento não chegou a prejudicar nenhuma das ações da pasta. "Foi feita uma boa gestão. Administramos a crise na boca do caixa. Vamos terminar o ano com tudo rodando bem", afirmou.

De acordo com o secretário executivo do MEC, Paulo Vogel, será liberado R\$ 1,1 bilhão (R\$ 771 milhões para as universidades e R\$ 336 milhões para os institutos federais). Segundo a pasta, a medida foi possível pela realocação interna de recursos do MEC, sem nova liberação pelo Ministério da Economia.

Em entrevista coletiva ontem para anunciar o descontingenciamento, Weintraub disse que o orçamento para 2020 é o mesmo deste ano e ressaltou que receitas adicionais poderão ser conseguidas pelo Future-se. O programa incentiva a captação de verba privada pelas universidades federais.

Em abril, o MEC anunciou o bloqueio de 30% das despesas discricionárias de universidades e institutos federais. Esses recursos são usados para o pagamento de despesas como contas de água, luz e contratos de funcionários terceirizados.

Com o bloqueio dessas verbas, as universidades federais enfrentaram dificuldades. Como o jornal O Estado de S. Paulo mostrou, houve paralisação de obras em andamento, redução de uso de equipamentos como ar-condicionado, para economizar energia, e de autorizações para atividades de campo. A concessão de bolsas de intercâmbio também ficou prejudicada. As informações são do jornal O Estado de S. Paulo.

BRASIL DE FATO - TEMPO REAL

Até que a ganância nos separe

A economia travou e o óleo avançou sobre as praias, e onde está o presidente?

A economia travou, fomos alçados ao posto de país mais desigual do mundo, o óleo seguiu avançando sobre o litoral nordestino e onde mesmo está o presidente da República? Muito ocupado implodindo o próprio partido e disputando a tapa o fundo eleitoral. Vamos lá com dez pontos para entender a semana e o que está por vir.

1. Meu partido é o Twitter. Uma junção entre um oportunista à procura de um partido com oportunistas a reboque de um candidato tinha tudo para dar em confusão. Olhando por esse prisma, até que demorou para o PSL implodir. Para começar, a operação da PF em endereços de Luciano Bivar demonstrou que, no mínimo, Bolsonaro sabia antecipadamente que a PF avançaria sobre o presidente do PSL no caso das candidaturas laranja. Isso pode ter elevado a cotação de Moro com o Planalto, mas serviu para queimar mais seu filme com o Congresso. Mas o ápice da guerra interna do PSL ocorreu nesta quinta (17), com trocas de acusações, áudios vazados e mudanças na liderança do governo e do PSL na Câmara.

A revista Fórum faz um bom resumo do que foram os últimos dez dias de disputa no partido, opondo apoiadores de Bolsonaro a aliados de Bivar em uma disputa pelo controle da máquina do partido. Por enquanto, o resultado são duas derrotas para Bolsonaro com a permanência do Delegado Waldir na liderança do partido e o afastamento dos filhos de Bolsonaro do comando no Rio e em São Paulo. Além da provável suspensão da indicação de Eduardo Bolsonaro para a embaixada de Washington. A participação direta de Bolsonaro, gravado em plena articulação da disputa interna, só acentuou a derrota. Sem nem aparecer na disputa, o grande beneficiado da disputa é Rodrigo Maia, que nos bastidores negocia a fusão do DEM com ala bivarista do PSL, herdando o fundo eleitoral em disputa, ao mesmo tempo em que negocia uma PEC para uma terceira reeleição a presidência da Câmara. Sem esquecer do MDB, que se aproximou ainda mais do governo, seguindo sua vocação histórica para o fisiologismo.

Das análises, vale destacar o texto de Thomas Traumann no Poder360: para o jornalista, o medo que a classe política tinha de contrariar o bolsonarismo perante a opinião pública passou, o que ficou demonstrado na dificuldade de emplacar o filho como embaixador nos EUA e também na crise com o PSL. A guerra interna no partido reafirma uma outra dimensão deste projeto, que o aproxima do lavajatismo, como aponta o colunista Carlos Andreazza: o bolsonarismo despreza a ideia de democracia representativa e de qualquer instrumento de mediação política, e o partido se torna apenas um mecanismo formal para viabilizar eleição e sustentar as necessidades financeiras do projeto de poder. Já está mais do que claro que, seguindo as lições de Steve Bannon e Trump, o bolsonarismo aposta na mediação direta com seus "seguidores", através das redes sociais. A Revista Crusoé publicou como atuam os membros da milícia virtual bolsonarista, incluindo empresários, blogueiros e funcionários públicos, até mesmo para derrubar ministros do próprio governo.

Outra mostra da superfície destes grupos de Whatsapp podem ser lidas nesta reportagem da Carta Capital. Na semana passada, essa turma organizou uma paródia dos encontros de conservadores nos EUA, no qual Eduardo Bolsonaro foi alçado como futuro líder da extrema direita e o bolsonarismo tentou recuperar o fôlego junto aos seus apoiadores mais radicais, que saíram em uma só voz sugerindo que Bolsonaro decreta a sua versão do AI-5. Em tempo: apesar da crise, o cenário não está tão ruim para Bolsonaro e parece que a tática de manter a polarização e a tropa mobilizada surtem efeito. Em pesquisa

Veja/FSB, Bolsonaro venceria as eleições hoje em todos os cenários, inclusive com melhor desempenho que os demais candidatos no primeiro turno, batendo inclusive Sérgio Moro e Lula.

2. A tentação autoritária. Não foi ainda desta vez que o STF deliberou sobre a prisão em segunda instância. O julgamento que começou nesta quinta será retomado na próxima quarta (23). A questão em si reproduz a grande divisão existente no STF entre os defensores de seguir a Constituição na letra da lei, com a garantia de defesa e da presunção de inocência, e ministros como Barroso, que não vêem problemas em o Judiciário estabeleça as regras, substituindo o Legislativo e a Constituição. Aliás, Barroso tem a mesma compreensão dos procuradores e juízes da Lava Jato. E, nada como a possibilidade de que o STF, por tabela, beneficie Lula para dar unidade nas hostes bolsonaristas. Nesta semana, a milícia virtual bombardeou de mensagens que insinuavam uma saída autoritária. Um blogueiro chegou a dizer que o povo queria um novo AI-5 e o astrólogo Olavo de Carvalho falou em união indissolúvel entre o presidente, as Forças Armadas e o Povo. A estratégia também serviu para desviar a convocação do assessor especial da presidência Felipe Martins, olavista de carteirinha, para prestar depoimentos na CPI das Fake News.

Aliás, estes momentos também são apropriados para um bolsonarista enrustido como o General Villas Bôas sair do armário e se juntar à milícia virtual com a já clássica ameaça por Twitter. Porém, a postagem foi entendida – obviamente – como tentativa de intimidação e pode ter efeito contrário sobre o STF, o que nos leva de volta à questão de que o bolsonarismo e o lavajatismo já não metem tanto medo. Talvez não seja por acaso que uma procuradora do MPF tenha pedido a absolvição de Lula e Dilma no processo do "quadrilhão do PT", dando indireta ao punitivismo dos últimos anos por provocar "efeitos nocivos à democracia, dentre eles a grave crise de credibilidade e de legitimação do poder político como um todo". De qualquer forma, Inês é morta, e nesta sexta (18) tivemos mais uma comprovação de como a Lava Jato nos trouxe até aqui.

3. A inércia e a tragédia. Algo que se dizia na época da campanha era que Bolsonaro, afeito a bravatas e mais preocupado em jogar para a torcida, teria dificuldades em enfrentar problemas concretos de um governante. O caso do vazamento de óleo no Nordeste parece ser exatamente esse. Enquanto promove sua guerra santa, o governo não consegue agir de forma eficiente e dar uma resposta sobre a poluição que começou há quase dois meses. Já são quase 180 praias em mais de 70 municípios de nove estados nordestinos atingidas por manchas. Em extensão, já é o maior derramamento de petróleo da costa brasileira nos últimos 30 anos e maior acidente ambiental da história do nosso litoral. Nesta semana, as manchas chegaram às praias de Salvador. De acordo com especialistas, este deve ser o ponto máximo ao sul que o óleo deve atingir, uma vez que aparentemente as manchas estão retornando para estados ao norte da Bahia. De acordo com o presidente do Ibama, não restam dúvidas de que o petróleo tem origem venezuelana, ainda que não seja possível determinar a responsabilidade pelo vazamento. São cientistas brasileiros, tão atacados nos últimos meses, que estão trazendo informações valiosas para se descobrir a origem do vazamento. Barris de óleo com a marca da Shell vêm aparecendo no litoral e a informação mais recente é de que estes tambores foram produzidos e comercializados por empresas do grupo Shell localizadas na Europa e no Oriente Médio. Da tragédia, além do fato de que a imprensa do centro do país venha dedicando pouco espaço ao caso, priorizando informações aos turistas com viagem marcada para o Nordeste, fica manifesta a inépcia do governo. O ex-

ministro Carlos Minc, por exemplo, lembrou que o vazamento poderia ter sido controlado caso o governo tivesse colocado em prática o Plano de Contingência para Incidentes de Poluição por Óleo em Águas sob Jurisdição Nacional, previsto desde 2013, mas o material de prevenção e os protocolos de ação foram ignorados pelo governo. "No dia seguinte, o ministério deveria solicitar as fotos do Inpe, as fotos dos satélites e a Marinha tinha que ver as rotas dos navios na região. Não era para ver isso um mês depois, mas sim no dia. O ministro é um inepto. Cinco semanas depois ele põe o pé numa praia do Nordeste e diz que tem que agir rapidamente", disse Minc. Segundo o Estadão, a comissão responsável por acionar o plano foi extinta no canetaço de Bolsonaro, que encerrou com vários conselhos federais, e apesar de a área técnica do Ministério do Meio Ambiente pedir a restauração do organismo, o pedido não foi atendido. Nesta semana, a associação dos servidores do ministério declarou que o episódio demonstra a situação atual da política ambiental do país, sem gestão, sem planejamento e ignorando a área técnica.

4. O pior lugar do mundo é aqui. O IBGE divulgou na quarta (16) os resultados da Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios. De acordo com o levantamento, a concentração de renda voltou a piorar e o índice que mede a desigualdade foi o maior da série histórica, iniciada em 2012. Os números do IBGE mostram que o rendimento médio do grupo de 1% mais ricos do país cresceu 8,4% em 2018, enquanto o dos 5% mais pobres caiu 3,2%. No ano passado, o índice de Gini, que mede a concentração e desigualdade de renda, subiu para 0,509, depois de ficar estável nos dois anos anteriores, quando foi de 0,501. O número é o maior da série iniciada em 2012, e leva em conta o rendimento médio dos brasileiros para todos os trabalhos. O índice de Gini varia de zero a 1. Quanto mais próximo de zero, mais perfeita é a distribuição de renda de um país. Quanto mais perto de 1, mais desigual é uma economia. Ao longo dos últimos anos, o melhor resultado para o índice de Gini foi observado em 2015, quando marcou 0,494. Em síntese, o Brasil é a democracia mais desigual do mundo, ficando atrás apenas da monarquia do Qatar no ranking geral. Já um artigo publicado na revista The Lancet Global Health, realizado como parte de um programa conjunto Brasil-Reino Unido de pesquisa sobre o sistema de saúde brasileiro, mostra que a recessão econômica no Brasil aumentou as taxas de mortalidade adulta em 4,3% entre 2012 e 2017, concentrada em negros e pardos, homens, e pessoas em idade ativa. Os pesquisadores atribuem 31 mil mortes adicionais à recessão. Onde não houve aumento significativo na mortalidade? Nos municípios com maiores gastos no SUS e no Bolsa Família.

5. O grande irmão. Discussão mais restrita a especialistas que passou um tanto quanto despercebida e avançou com medida provisória, o Cadastro Base do Cidadão vem gerando preocupação. Ainda no dia 10, Bolsonaro instituiu uma base unificada das informações pessoais dos cidadãos brasileiros. Em teoria, a medida visa a melhorar a eficiência dos serviços públicos e facilitar a vida do cidadão que precisa peregrinar para reunir documentos. O problema é o seguinte: em um primeiro momento, o Cadastro reunirá informações como nome, CPF, filiação, título de eleitor, PIS, mas em um segundo momento poderá reunir dados biométricos como digital, íris, voz e até a forma de andar. Um bom texto para entender problema foi publicado pelo site de tecnologia do UOL: para o autor, o decreto acerta ao determinar que as suas regras servem para orientar o compartilhamento de dados entre órgãos com a finalidade de simplificar os serviços públicos e orientar a definição de políticas públicas, por exemplo, mas o problema começa quando o decreto assinado por Bolsonaro introduz conceitos que não existem na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, sancionada em 2018, e até

conflitam com ela, como na questão da privacidade. Em direção parecida, Ronaldo Lemos afirma que dados como biometria e genéticos são considerados sensíveis pela LGPD, mas pelo decreto de Bolsonaro podem ser compartilhados. "Da forma como foi redigida, a medida permite um amplo compartilhamento de dados pela administração pública federal, sem que o cidadão seja informado sobre isso. Dados coletados em um hospital ou universidade poderiam ser utilizados para outras finalidades distintas. Em outras palavras, o cidadão perde o controle sobre onde seus dados irão parar no âmbito governamental", escreve. No Intercept, Tatiana Dias lista os 51 dados que atualmente formarão o supercadastro. "Na prática, a canetada do presidente criou uma ferramenta de vigilância estatal imensa, que vai bem além de informações pessoais básicas como CPF, filiação, data de nascimento", escreve a jornalista. A coalizão "Direitos na Rede", que reúne uma série de entidades da sociedade civil, publicou nota criticando o caráter ambíguo do decreto e defendendo que o Congresso o derrube. Tudo isso acontece em um país cujos dados dos cidadãos não são exatamente bem protegidos, como ficou demonstrado com recentes vazamentos de informações do Inbra e do Detran do Rio Grande do Norte, que expôs dados da CNH de milhões de brasileiros, inclusive do presidente.

6. Sob ataque permanente. Surgiu com força nesta semana a informação de que o governo estaria preparando a fusão entre a **Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior)** e o CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), com uma medida provisória pronta para ser assinada. De acordo com reportagem do Jornal da USP, a pressão pela fusão estaria partindo do MEC, como forma de consolidar seu controle sobre as universidades públicas federais, que dependem do CNPq para financiar suas atividades de pesquisa científica. O governo justifica a fusão com base no papel semelhante que os órgãos exercem e na economia de recursos. O resultado seria a criação de uma agência vinculada ao MEC, intitulada Fundação Brasileira para a Ciência. CNPq e **Capes** foram criados em 1951. À **Capes**, cabe a expansão, consolidação e avaliação da pós-graduação stricto sensu (mestrado e doutorado), além de atuar na formação de professores da educação básica. Já o CNPq tem como principais atribuições fomentar a pesquisa científica e tecnológica e incentivar a formação de pesquisadores. Mais de 70 entidades científicas, acadêmicas e tecnológicas assinam um manifesto contra a fusão dos órgãos argumentando que a coexistência da **Capes** e do CNPq é fundamental para o desenvolvimento e sua fusão vai fragilizar o investimento em ciência.

Em outra frente, 68% das universidades federais já rejeitaram a adesão ao projeto Future-se. Apesar da rejeição, o governo apresentou um novo texto para o projeto, onde ainda exige que a universidade que ingresse no projeto comprometa-se em reduzir pessoal. Além disso, a contratação de professores teria como instrumento um "contrato de desempenho", figura jurídica não existente, que permitiria "autonomias especiais" para quem tiver atingir determinados índices. A proposta também abre brecha para contratações mais precárias.

7. Cruzada. Ainda sobre as eleições para os conselhos tutelares e a influência das igrejas evangélicas sobre o voto das periferias, a Carta Capital publicou no dia 12 uma reportagem mais cética. De acordo com o levantamento, apenas em São Paulo as candidaturas laicas, como define a reportagem, foram maioria, enquanto em cidades como Belo Horizonte, Recife e Porto Alegre foram as candidaturas ligadas às igrejas neopentecostais que fizeram maioria. No Rio de Janeiro, o Conselho Municipal dos

Direitos da Criança e do Adolescente recebeu mais de 300 denúncias de fraude, em meio a uma guerra entre milicianos, traficantes, católicos e evangélicos. Trata-se de um cenário bastante complexo: nesta semana, veio à tona um relatório do Ministério Público do Rio revelando que a união entre as milícias e o narcotráfico já controla cerca de 180 localidades em municípios da Baixada Fluminense. Recentemente, reportagem da revista Época mostrou uma outra face deste fenômeno crescente nas periferias do Rio: os traficantes que também são radicais religiosos. Até setembro deste ano, a Comissão de Combate à Intolerância Religiosa, órgão que reúne membros de várias religiões e representantes do TJ e do MP, contabilizou 176 terreiros fechados após ataques ou ameaças de traficantes. Em seu canal no YouTube em que discute os desafios da esquerda, a socióloga Sabrina Fernandes oferece uma chave para discutir a onda evangélica nas periferias: há mais diversidade do que parece e é preciso encontrar caminhos para o diálogo.

8. É complexo. Se o Brasil é complexo, imagina o Rio de Janeiro. Na mesma cidade em que se observa o avanço do conservadorismo das igrejas neopentecostais, as escolas de samba vêm adotando um viés bastante crítico nos enredos para o Carnaval 2020. Segundo reportagem do jornal O Globo, pelo menos em oito das 13 escolas do Grupo Especial em 2020 escolheram sambas com temas politizados, com diretas a referências diretas a Bolsonaro. Atual campeã, a Mangueira vai imaginar como seria se Jesus voltasse à Terra, criticando os "profetas da intolerância" e afirmando que não há futuro com "Messias de arma na mão". Já a Portela alfineta tanto Bolsonaro quanto o prefeito Marcelo Crivella ao cantar a história dos índios que habitavam o Rio antes da chegada dos portugueses: "Índio pede paz mas é de guerra / Nossa aldeia é sem partido ou facção / Não tem bispo, nem se curva a capitão". Na São Clemente, as referências incluem fake news e laranjas no enredo "O conto do Vigário".

9. Alcântara. Os líderes partidários do Congresso acordaram a votação do acordo entre Brasil e Estados Unidos para uso da base de Alcântara para a próxima terça (22). O acordo foi uma das concessões em troca de nada feitas por Bolsonaro no encontro com Donald Trump no início do ano. O espectro dos seus defensores incluir o governador do Maranhão Flavio Dino (PCdoB) a Eduardo Bolsonaro, que considera a expulsão de 800 famílias de quilombolas gerará desenvolvimento para a região, usando como parâmetro de prosperidade a Guiana Francesa. Já os opositores ao projeto alertam que além dos impactos sociais, o projeto implica em perda de soberania, pois proíbe o acesso de brasileiros a locais da base utilizados pelos EUA e impede o uso dos recursos no programa espacial brasileiro. Deputados do PT e PSOL cogitam inclusive acionar o STF para impedir a cedência da base

10. Ponto final: nossas recomendações de leitura

Números assustadores sobre a saúde mental dos professores da rede estadual de São Paulo. Por dia, 111 docentes foram afastados por transtornos mentais ou comportamentais, em função principalmente das más condições de trabalho. Já são 27 mil licenças médicas por esses motivos até o mês de agosto deste ano, segundo reportagem do Brasil de Fato, com base em dados obtidos pela Lei de Acesso à Informação (LAI).

Nesta entrevista de vinte minutos para o canal Planeta Azul, o economista e ex-ministro Luiz Carlos Bresser Pereira explica didaticamente os motivos da crise econômica

brasileira: falta de interesse dos empresários e desmonte da capacidade de investimento do Estado. Bresser também aponta porque a economia não crescerá no governo Bolsonaro, pela falta de políticas anticíclicas, além de um balanço das políticas econômicas dos últimos governos e das falhas nos programas de PT e PSDB.

No Congresso em Foco, Maria Mello e José Antônio Moroni aproveitam a crise do PSL para discutir a necessidade de uma reforma do sistema político. "O processo que elegeu Bolsonaro aposta no esvaziamento da política, portanto na impossibilidade de mudança do sistema. Também tem concepção ditatorial, pois elimina o contraditório. Apesar do discurso eleitoral antissistema, o discurso também é a favor da eliminação das contradições – passando o sistema a ser o próprio Bolsonarismo", escrevem. Os autores lembram que partidos com lacunas programáticas também tem problemas de representatividade e democracia interna.

No El País, Vladimir Safatle lembra o papel de oposição consentida do MDB na ditadura militar para alertar que o governo Bolsonaro está produzindo e escolhendo sua própria oposição, entre antigos aliados. O governo escolhe os temas e os termos para o debate público, enquanto falta uma oposição real, com a capacidade de impor no debate público os tópicos de outra agenda.

O técnico do Bahia Roger Machado protagonizou um momento histórico do esporte com um discurso contundente sobre o racismo, não apenas no futebol, mas na sociedade brasileira. O vídeo pode ser assistido aqui. O técnico reafirmou suas posições nesta entrevista para a revista Época: "Eu me vejo também como um ativista político dentro do futebol. Muita gente diz que futebol e política não se misturam, mas eu discordo. Viver é fazer política".

Cientistas brasileiros e norte-americanos simularam o que aconteceria se toda a Floresta Amazônica fosse convertida em pastagem. Resultado: a quantidade média de chuvas que cairia sobre o Brasil diminuiria 25%, praticamente inviabilizando o agronegócio também. Além disso, sozinho o Brasil tornaria inútil a redução da emissão de carbono no mundo, preconizada pelo Acordo de Paris. Quem explica é esta reportagem da revista Piauí.

Obrigado por ler o Ponto. Se você gostou do conteúdo, pode encaminhar este e-mail aos amigos e sugerir a inscrição na newsletter. Bom fim de semana.

Edição: Vivian Fernandes

topo ↕

GAZETA DO POVO – PR - TEMPO REAL

MEC desbloqueia 100% do orçamento das universidades federais

O Ministério da Educação (MEC) anunciou, na manhã desta sexta-feira (18), o desbloqueio total dos recursos das universidades e institutos federais que estavam contingenciados.

"Todas as universidades e institutos federais estão tendo o custeio integralmente liberado", afirmou o ministro da Educação Abraham Weintraub. "É um descontingenciamento na despesa de custeio das universidades e institutos federais, estamos descontingenciando o restante que ainda estava bloqueado. Estávamos em torno de 85% já descontingenciado e, agora, chegamos a 100%".

O MEC, na verdade, não recebeu nenhum desbloqueio em seu orçamento da Casa Civil e do Ministério da Economia. O que a pasta fez foi realocar recursos que estavam liberados em outras áreas para o orçamento das universidades e institutos. Ainda seguem bloqueados recursos de outras áreas dentro do ministério.

No dia 30 de abril, o MEC havia anunciado o bloqueio de R\$ 7,4 bilhões de despesas discricionárias. Cerca de um mês mais tarde, o valor foi revertido para R\$ 5,8 bilhões, e permaneceu até o dia 30 de setembro, quando foram liberados R\$ 1,156 para as universidades e institutos federais.

"As universidades foram tratadas de forma prioritária em relação à média das outras áreas do governo do Brasil, e serão tratadas de forma prioritária ano que vem. Estamos dando direção clara para onde elas têm que ir, que é o Future-se", disse ele.

Questionado por jornalistas se ele se arrepende de ter falado em "balbúrdia" nas universidades, no início do ano, Weintraub afirmou que não voltaria atrás. "Pela primeira vez, tem um governo que tem respeito pelo dinheiro do pagador de imposto. As universidades são caríssimas para o pagador de imposto. São fortunas gastas como se não houvesse amanhã", disse.

Fusão CNPq e Capes

Durante a coletiva de imprensa, o ministro disse que "o presidente vai tomar uma decisão técnica com base em eficiência" sobre a suposta fusão do CNPq com a Capes.

"Nós, do MEC, vamos seguir o que o Bolsonaro decidir em conjunto com os ministérios. A palavra final é do presidente, e o que ele decidir eu estou bem tranquilo com o processo todo", disse ele.

topo ↕

JORNAL DA CIÊNCIA - TEMPO REAL

Como salvar a educação

Apesar da crise e da ineficácia do sistema, é possível mudar o ensino público no Brasil. Propostas existem e a demografia joga a favor

O tema educação voltou à pauta nacional. Nada a comemorar, contudo. Esse retorno deu-se em um contexto marcado por turbulências político-ideológicas, uma seca aguda de verbas, protestos nas ruas e incertezas em torno do financiamento de um quinhão expressivo da pesquisa nacional. Parece ruim? Pois a situação tende a piorar. É isso o que indicam as análises preliminares das dotações orçamentárias do governo federal para 2020.

Considere o caso das universidades. O orçamento das instituições federais foi fixado em R\$ 54 bilhões para 2020. Desse valor, R\$ 7,9 bilhões (15%) só serão liberados se o Congresso Nacional aprovar uma verba complementar. Para isso, os parlamentares terão de autorizar a quebra da regra de ouro, mecanismo que impede o governo de contrair dívidas para pagar despesas correntes como salários e contas de luz.

Há mais. No Projeto de Lei Orçamentária Anual (Ploa) de 2020, os recursos previstos para a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, vinculada ao Ministério da Educação (MEC) e responsável pela concessão de bolsas de mestrado e doutorado, somam R\$ 2,48 bilhões. Esse valor representa um corte de 41,6%

em relação a 2019. De acordo com uma análise feita pela Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), o dinheiro disponível para bolsas vai passar de R\$ 2,68 bilhões, em 2019, para R\$ 1,22 bilhão, em 2020. Ou seja, cairá para menos da metade (-54%).

Veja o texto na íntegra: Valor

O Valor Econômico não autoriza a reprodução do seu conteúdo na íntegra para quem não é assinante.

topo ↕

NEXO - TEMPO REAL

Apoio à ciência: o que está em jogo no projeto de unir agências Para reduzir custos, Ministério da Educação prepara proposta de fusão entre Capes e CNPq. Para cientistas, medida fere independência de órgãos e faz parte de ataques do governo à pesquisa

Um projeto elaborado pelo MEC (Ministério da Educação) enviado em outubro de 2019 a outros órgãos do governo federal propõe a fusão das duas principais agências federais de apoio à pesquisa acadêmica: a **Capes**, vinculada ao MEC, e o CNPq, que está na pasta de Ciência e Tecnologia. O resultado da fusão seria uma fundação gerenciada pelo MEC.

A principal justificativa do governo para a proposta é a economia de recursos com pessoal e sistemas. O MEC não informa qual seria o valor economizado. O Ministério da Economia concorda com a junção dos órgãos e também fala em vincular ao BNDES outra agência de fomento, a Finep (Financiadora de Estudos e Projetos), hoje ligada à pasta de Ciência.

A ideia de fusão é proposta em meio à crise financeira que tem comprometido o pagamento de bolsas e a manutenção de projetos científicos bancados por **Capes** e CNPq. A falta de recursos, que não é inédita, se agravou em 2019. O MEC propõe que a nova fundação seja gerenciada pela pasta sob a justificativa de que neste ano lidou melhor com a escassez de recursos do que a Ciência. Nesta sexta-feira (18), a Educação liberou R\$ 1,1 bilhão para compensar o contingenciamento em universidades e institutos federais no início do ano.

A proposta opõe o Ministério da Educação de Abraham Weintraub, que tem apoio da Economia, e o da Ciência e Tecnologia, comandado por Marcos Pontes. O astronauta afirmou em 11 de outubro que a pasta é contrária à fusão por ser “prejudicial ao desenvolvimento científico do país”. Dois dias antes, ele havia dito que, apesar de a junção “não fazer sentido”, se ela ocorresse o ideal seria que a nova fundação ficasse sob seu ministério.

A comunidade científica critica a proposta, afirmando que **Capes** e CNPq são órgãos independentes e que há risco de a eventual fusão prejudicar o andamento de políticas nas áreas de ciência e tecnologia. A ideia também não foi bem recebida entre parlamentares, inclusive da base aliada do governo. O senador Major Olímpio (PSL-SP) cobrou explicações e estudos detalhados sobre a economia da fusão.

Desde o início do ano cientistas têm criticado o governo federal por promover cortes em uma área que, para eles, deveria ser prioritária. Bolsonaro e integrantes do Executivo

também são acusados de negar a ciência, por contestar e interferir em órgãos como o Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais), que divulga dados sobre desmatamento.

A junção dos dois órgãos depende da aprovação do Congresso. O Executivo pode enviar à Casa um projeto de lei ou uma medida provisória, que tem tramitação mais acelerada. Segundo a Folha de S.Paulo, o MEC elaborou um rascunho de medida provisória e o enviou ao Ministério da Ciência para avaliação. A proposta também está sob análise na Casa Civil. A Educação afirma que a decisão final de fusão das agências depende do presidente Jair Bolsonaro.

O que faz a **Capes**

A **Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior)** é uma fundação vinculada ao Ministério da Educação, fundada em 1951, que busca “assegurar a existência de pessoal especializado” para “atender às necessidades dos empreendimentos públicos e privados que visam ao desenvolvimento do país”.

É um órgão que, na prática, atua para formar profissionais de alta qualificação, investindo principalmente na pós-graduação stricto sensu (mestrado e doutorado) no Brasil por meio de bolsas. A partir de 2007, a agência também passou a atuar na formação de professores da educação básica (que contempla educação infantil até ensino médio).

Investimento na formação de professores para a educação básica, tanto presencialmente quanto à distância

A **Capes** apoia cerca de 92,5 mil bolsistas na pós-graduação, além de 100 mil profissionais de educação básica. São 4.296 programas de pós-graduação strictu sensu em 400 instituições no Brasil e no exterior.

A agência já financiou pesquisadores premiados fora do Brasil e autores de contribuições científicas em diversas áreas do conhecimento, como epidemiologia, letras, economia, políticas públicas e urbanismo. A avaliação da pós-graduação serve como instrumento para as universidades na busca de excelência acadêmica de seus mestrados e doutorados.

A situação orçamentária do órgão
ATÉ 2019

Depois de atingir o ponto mais alto em 2015, com quase R\$ 10 bilhões de recursos previstos para o ano, a **Capes** viu seu orçamento se reduzir a partir do ano seguinte, com quedas consecutivas entre 2016 e 2019, justificada pela escassez de recursos do governo federal. Neste ano, o orçamento aprovado para a agência foi de R\$ 4,25 bilhões (até outubro, R\$ 2,92 bilhões foram pagos). Uma parte desses recursos está bloqueada desde maio, quando se iniciou um contingenciamento generalizado de recursos do governo e do MEC. Isso resultou na suspensão de mais de 7.000 bolsas de pesquisa financiadas pela agência. Meses depois, o Ministério da Educação liberou parte desses recursos, mas até outubro o órgão ainda tinha R\$ 549 milhões congelados no orçamento.

EM 2020

A agência deve perder metade do orçamento em 2020, segundo proposta encaminhada pelo governo ao Congresso. De R\$ 4,25 bilhões, valor autorizado para 2019, os recursos podem cair para R\$ 2,20 bilhões — o valor ainda precisa ser aprovado por Câmara e Senado para valer. O MEC afirma que garantirá mais R\$ 600 milhões além desses recursos, e a **Capes** tenta convencer deputados a aprovar mais R\$ 300 milhões em emendas parlamentares, segundo a Folha de S.Paulo.

O que faz o CNPq

O CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) é uma agência vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. Ele foi criado em 1951 e tem como função “fomentar a pesquisa científica e tecnológica e incentivar a formação de pesquisadores”, desempenhando papel importante na formulação de políticas de ciência, tecnologia e inovação no país.

Assim como a **Capes**, o CNPq é um órgão de fomento da ciência, que também fornece bolsas a projetos de pesquisa. A diferença é que, enquanto a **Capes** financia bolsas sempre vinculadas a programas de pós-graduação, com objetivo de aprimorar a educação de quem está no ensino superior, o CNPq investe em outros tipos de projeto e é mais voltado ao desenvolvimento do saber científico, da inovação e da tecnologia. São órgãos complementares, mas que não têm funções idênticas.

As atividades do órgão

Investir no desenvolvimento da pesquisa científica e tecnológica

Promover a inovação tecnológica

Realizar estudos sobre o desenvolvimento científico e tecnológico

Elaborar normas e instrumentos de apoio e incentivo à pesquisa

Auxiliar na formação de políticas públicas na área de ciência

Atualmente, o CNPq concede mais de 80 mil bolsas para pesquisadores que realizam diferentes projetos em todas as áreas do conhecimento em instituições de ensino, no Brasil e no exterior, e empresas. As bolsas contemplam desde trabalhos de estudantes brasileiros no ensino médio até de ensino superior, além de projetos independentes de pesquisa.

Um dos projetos que recebem apoio do CNPq, por exemplo, é o Sirius, um gigantesco acelerador de partículas localizado em Campinas (SP) que quando pronto, em 2020, deve permitir a visualização em altíssima resolução de estruturas de vírus e proteínas (para a produção de vacinas), entre outros materiais. É a máquina mais cara e sofisticada do Brasil e pode colocar o país na vanguarda de certos tipos de pesquisa.

A situação orçamentária do órgão

ATÉ 2019

Ao menos desde 2016 cientistas reclamam de redução da estrutura e de recursos para o CNPq. Neste ano, o orçamento aprovado, de R\$ 1,22 bilhões (até outubro, R\$ 1 bi já foi pago), já vinha com previsão de recursos insuficientes. Seria possível pagar bolsas até agosto. Entre setembro e outubro, as contas vencidas foram pagas com recursos de última hora. A pasta ainda precisa de R\$ 250 milhões para manter bolsas durante o ano inteiro. O Ministério da Ciência solicitou recursos para a Economia, mas foi ignorado, segundo a própria pasta.

EM 2020

A agência deve ganhar um pouco mais de recursos em 2020, segundo proposta de orçamento encaminhada ao Congresso. De R\$ 1,22 bilhão, valor autorizado para 2019, os recursos podem subir para R\$ 1,27 bilhão — o valor deve ser aprovado por Câmara e Senado para valer.

Como a proposta de fusão foi recebida

A comunidade científica fez críticas à proposta de junção de **Capes** e CNPq, afirmando que caso ela se concretize haverá riscos e prejuízos para o sistema de políticas do governo federal voltadas à ciência. Do início de outubro até quinta-feira (17), mais de 40 entidades da academia e das áreas científica e tecnológica assinaram manifestações contrárias à ideia.

Uma carta de cientistas enviada a todos os senadores e deputados do Congresso Nacional no dia 2 de outubro afirma que “qualquer extinção, fusão ou incorporação dessas agências [CNPq, **Capes** e Finep, agência que pode ser incorporada ao BNDES] será prejudicial e lesiva ao funcionamento do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação”, nome dado ao conjunto de instituições e políticas voltadas às áreas.

Esses cientistas afirmam que, em países desenvolvidos, há múltiplas agências governamentais de apoio à pesquisa científica. Uma nota da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência do dia 9, citando o presidente da entidade, Ildeu de Castro Moreira, afirma que os argumentos de economia em favor da fusão “não convencem”.

“Elas têm diferentes objetivos, diferentes finalidades. Há mais de seis décadas, vêm apoiando e fomentando as pesquisas, a formação de recursos humanos qualificados, o desenvolvimento científico e tecnológico, cada uma com suas funções próprias, e com muito sucesso. O aprimoramento é sempre importante e bem-vindo, mas **Capes** e CNPq devem continuar independentes e complementares”

Ildeu de Castro Moreira

presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, em nota publicada pela entidade no dia 9 de outubro de 2019

Em 11 de outubro, o presidente do Sindicato Nacional de Gestores em Ciência e Tecnologia, Roberto Muniz, afirmou ao jornal Folha de S.Paulo que acredita que o governo tenta reduzir drasticamente o sistema de ciência e tecnologia e “mudar o foco só para pesquisa aplicada, que gere recursos e lucros” em um cenário de crise orçamentária. “É um risco para a soberania nacional, porque sem produzir conhecimento básico o país fica refém dos países que produzem esse conhecimento”, disse.

Alguns temem ainda que as ações do governo levem ao fechamento permanente do CNPq, que tem sido mais afetado do que a **Capes** pela escassez de recursos. Uma nota de agosto de servidores públicos federais em ciência e tecnologia afirma que esse é “um risco real”. Eles criticam o governo Bolsonaro por “decisões políticas deliberadas” na área e por “reiteradamente desprezar a ciência”.

topo ↕

O DOCUMENTO - MT - TEMPO REAL

Comissão debate cortes orçamentários na Educação e as metas do PNEP

A Comissão de Educação da Câmara promove audiência pública nesta terça-feira (22) para debater os cortes orçamentários na Educação e as metas do Plano Nacional de Educação. O debate atende a requerimento do Professor Israel Batista (PV-DF).

PNE prevê ampliação do investimento público para 10% do PIB, mas meta ainda está longe de ser atingida

O parlamentar explica que o PNE 2014-2024, aprovado por unanimidade no Congresso Nacional, prevê a ampliação do investimento público de 6% para 10% do Produto Interno Bruto (PIB) em 10 anos. “Passados quase 4 anos de vigência, a meta ainda está longe de ser cumprida”, afirma.

“Os cortes orçamentários realizados durante o ano de 2019 na pauta da Educação, incluindo o orçamento direto ao MEC, FNDE e cortes de bolsas **Capes** e CNPq sem dúvida impactam diretamente na qualidade da Educação brasileira e no cumprimento das metas estabelecidas no PNE”, acrescenta.

Foram convidados:

- representante do Ministério da Educação;
- a vice-presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação do Estado do Paraná, Marcia Baldini;
- a presidente do Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed), Cecilia Motta;
- o Secretário de Assuntos Jurídicos e Legislativos da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, Gabriel Magno Pereira Cruz;
- o presidente da União Nacional dos Estudantes, Iago Montalvão;
- o presidente do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, Jerônimo Rodrigues da Silva;
- o presidente da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior, João Carlos Salles; e
- a presidente do Movimento Todos pela Educação, Priscila Cruz.

[topo](#)

AGÊNCIA ESTADO - TEMPO REAL

MEC libera orçamento de universidades e institutos federais

Verba de R\$ 1,1 bilhão virá de remanejamentos internos da pasta; segundo Weintraub, nenhuma ação do ministério será prejudicada

BRASÍLIA - O Ministério da Educação (MEC) anunciou nesta sexta-feira, 18, o descontingenciamento do orçamento das universidades federais, que foi possível a partir de um remanejamento do orçamento da pasta.

"Cem por cento de todo o orçamento para o custeio das universidades federais e institutos estão sendo descontingenciados neste momento", disse o ministro da Educação, Abraham Weintraub.

Segundo ele, o contingenciamento não chegou a prejudicar nenhuma das ações da pasta.

"Foi feita uma boa gestão. Administramos a crise na boca do caixa. Vamos terminar o ano com tudo rodando bem", acrescentou.

CLIPPING



De acordo com o secretário executivo do MEC, Paulo Vogel, estão sendo liberados R\$ 1,1 bilhão dos R\$ 19,6 bilhões que já estavam previstos para as despesas discricionárias do MEC. Vogel disse que o valor está sendo realocado de outras despesas ministeriais.

Enem

Na entrevista coletiva, Weintraub disse ainda que o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), cujas provas serão aplicadas nos dias 3 e 10 de novembro, ocorre tranquilamente neste ano.

"As provas já foram impressas. Os alunos que se preparem."

